



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

| CPI - FUNDOS DE PENSÃO                        |                     |                   |              |
|---|---------------------|-------------------|--------------|
| EVENTO: Audiência Pública e Reunião Ordinária | REUNIÃO Nº: 2647/15 | DATA: 03/12/2015  |              |
| LOCAL: Plenário 3 das Comissões               | INÍCIO: 10h26min    | TÉRMINO: 15h53min | PÁGINAS: 123 |

| DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO  |
|--|
| DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO - Membro da Diretoria Executiva da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF.<br>ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Membro da Diretoria Executiva da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF.<br>MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA - Membro da Diretoria Executiva da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF. |

| SUMÁRIO |
|---------|
|---------|

|   |
|---|
| Apreciação de requerimento e tomada de depoimentos. |
|---|

| OBSERVAÇÕES |
|-------------|
|-------------|

|   |
|---|
| Houve exibição de imagens.<br>Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.<br>Há expressões ininteligíveis.<br>Há oradores não identificados em breves intervenções.<br>Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. |
|---|



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Ordinária da CPI dos Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 30ª Reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata. *(Pausa.)*

Solicitada a dispensa pelo Deputado Rocha.

Está em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, está em votação a ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião foi convocada para deliberação de requerimento e para tomada de depoimento dos Srs. Antonio Augusto de Miranda e Souza, Délvio Joaquim Lopes de Brito e Max Mauran Pantoja da Costa, membros da Diretoria Executiva da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF.

Convido-os para que tomem assento à mesa.

Antes de passar a palavra aos depoentes, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar. Como são três os depoentes, vamos adaptar a questão regimental para reduzir o tempo de cada um para 15 minutos, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão se inscrever previamente junto à Secretaria. O Relator disporá de 30 minutos; os Sub-Relatores, de 10 minutos. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para interpelações.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não, Deputado Rocha.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Eu gostaria de fazer uma solicitação: já que hoje esta CPI tem poucos membros presentes aqui, eu solicitaria que nós déssemos a cada depoente o tempo de 20 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A Mesa terá uma tolerância para as conclusões das apresentações.

Para atender as formalidades legais, peço que seja firmado pelos depoentes o termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito que façam a leitura.



**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Antes de iniciar, eu queria dizer que, seguramente, os últimos 10 dias foram de muita apreensão e expectativa por parte de vários dos senhores e senhoras aqui presentes, todos interessados na continuidade dos trabalhos desta CPI, na linha de investigação e na linha de proposição a que temos nos dedicado durante esses dias. Aqui, todo dia era um termômetro novo. Não haveria prorrogação ou a prorrogação seria de 10 dias, 12 dias, 15 dias, 20 dias, 30 dias. Acabou prevalecendo aquilo que a Comissão deliberou por unanimidade.

Eu queria agradecer aos Deputados e Deputadas aqui presentes, porque foi essencial a forma como esta Comissão se colocou, à unanimidade, na votação do requerimento pela prorrogação por 60 dias, porque foi um argumento decisivo para que o Plenário referendasse aquilo que era a expectativa e o desejo daqueles que têm participado desta CPI.

Mais do que ninguém, vocês têm sido testemunhas da forma criteriosa e imparcial com que temos conduzido os trabalhos, realmente com o sentimento de que podemos nos transformar em uma CPI útil para o Brasil, útil para o País. Isso está comprovado no sorriso, na felicidade e no brilho no olhar de cada um daqueles que nos aguardam. (*Palmas.*)

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, quero apenas complementar que, por unanimidade, aprovamos nesta CPI e, por unanimidade, sem qualquer tipo de objeção, também aprovamos no plenário desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeitamente. A unanimidade conseguida aqui firmou o convencimento para que, no plenário, fosse referendado



aquilo que foi decidido aqui. Acredito que essa foi uma vitória conjunta de todos os Parlamentares, aos quais, desde já, eu agradeço.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Enio Verri.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, quero apenas fazer um reconhecimento. Não é comum, mas temos que fazer o reconhecimento público quando é justo. Até este momento, V.Exa. tem conduzido esta CPI como de fato deve ser: de forma muito clara, muito direta. V.Exa. não tem sido tendencioso. O resultado não poderia ser diferente quando do apelo de V.Exa. e do Deputado Sergio Souza pela prorrogação.

Por isso, nós da bancada do PT nos sentimos muito à vontade para apoiar o pedido de V.Exa., porque entendemos que, primeiro, mais 30 dias para ouvirmos mais pessoas e 30 dias para o relatório permitiriam um relatório muito mais sério. O que temos ouvido até agora exige que seja feita uma coisa muito séria. Então, também quero dizer que é um reconhecimento ao trabalho de V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, se me permite, só a título de esclarecimento, como serão as datas? Nós iremos até o dia 22 e depois retornaremos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deputada Erika, depende muito do calendário do Congresso daqui por diante. Nós vivemos fatos novos, de ontem para hoje, com a abertura e deflagração do processo de *impeachment* na Casa. Não sei até que ponto isso levará ou não à agenda de convocação durante o recesso. Isso é uma coisa que vamos ter que discutir quando todos nós tivermos mais ciência do cenário que irá se estabelecer. Se fosse pelo cenário que tínhamos até a votação da prorrogação, a Comissão deveria trabalhar, salvo engano, até o dia 17, última quinta-feira — no dia 22, terça-feira, já quase antevéspera de Natal, não sei se haveria quórum para algum tipo de deliberação —, e retornaríamos em fevereiro, com o retorno natural dos trabalhos. A Comissão iria até o dia 19 de março. Já foi feita a contagem do prazo pelo nosso Secretário, Saulo.

Então, se você tira 30 dias disso, daria por volta de...



**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Daria 19 de fevereiro para as deliberações. A partir de 19 de fevereiro, em princípio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em princípio.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Obviamente, se não houver recesso, nós vamos tocar direto os 30 dias mais 30 dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Isso é o que vai ser deliberado pelo Plenário. Ainda não temos como avançar. Eu sei que a Deputada quer virar o Natal e o Ano-Novo trabalhando nos Fundos de Pensão.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - É claro. Com certeza. Todos nós queremos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Deputado Enio já não concorda muito. Mas é algo para se responder de forma muito direta.

Eu queria aproveitar para dizer que esse elástico do tempo também deu horas de sono para os nossos Consultores, que estavam trabalhando quase que virados, para poderem apresentar relatório até a semana que vem. Foi bom, porque deu uma adiantada no trabalho e, agora, vai haver mais condição de se ter um alinhamento. É a realidade. Alguns dos senhores pensavam que iriam se ver livres de mim ainda neste ano, mas vão ter que me suportar por mais 60 dias. Muito pelo contrário! É claro que é uma brincadeira, uma descontração.

Quero agradecer à equipe de Consultores, que tem se dedicado. Através do seu trabalho, terão condição de fazer, em 60 dias, um encaminhamento no nível da expectativa que temos com esta Comissão.

Volto a dizer que esta é uma Comissão que tem o interesse de ser útil ao País. Na CPI da Crise do Sistema de Tráfego Aéreo, da qual participei nós acompanhávamos os atrasos, as filas, o desrespeito ao consumidor, até os acidentes que aconteceram. Com essa CPI, conseguimos trazer uma legislação nova, um modelo novo para os sistema aéreo brasileiro, que hoje é um exemplo de organização e pontualidade — é claro que com exceções, que são naturais.

Com os fundos de pensão, a nossa expectativa é — quem sabe? — agir da mesma forma e, a partir de 2016, conseguir ter um impacto tão grande na governança desses fundos que possamos medir a história dos fundos de pensão no Brasil como antes e depois dos trabalhos desta Comissão.



Então, agradeço aos Srs. Consultores e às Sras. Consultoras pelo empenho. Caminharemos juntos por mais alguns meses para fazer história neste País. (Palmas.)

Antes de iniciar, nós temos uma pauta que foi pedida pelo Relator, que está na COP 21, ainda sem saber se haveria prorrogação ou não. Por isso, nós temos apenas um item para deliberação.

Trata-se do Requerimento nº 469, do Sr. Sergio Souza que “*requer que seja requisitado à Polícia Federal o compartilhamento de informações e documentos colhidos na Operação Miqueias que façam menção à prática de possíveis ilícitos, ou no mínimo convivência para a prática dos mesmos pelo Banco de Nova Iorque BNY Mellon e seus administradores*”.

O requerimento é de autoria do Deputado Sergio Souza.

Coloco em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A partir da semana que vem, nós iremos pensar sobre eventuais deliberações de requerimentos dos quais esta CPI precisará. Terei que me reunir com o secretário Sérgio também, para que possamos refazer esse calendário. Nós tínhamos cogitado a possibilidade de fazer reuniões às quartas-feiras, mas não será mais necessário para a semana que vem. Então, voltaremos à agenda normal dos trabalhos.

Agradeço a presença do Sub-Relator substituto — hoje Relator — Marcus Pestana, que está substituindo o Relator Sergio Souza, pela presença. Ele vai nos acompanhar.

Vamos iniciar os trabalhos.

Nós temos aqui uma ordem. Há preferência na ordem, para os senhores?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Délvio? Primeiro o Antonio Augusto?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Primeiro o Délvio.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nós vamos ouvir os três. E, em relação às perguntas, haverá uma lista de inscrição só, para que possam ser feitos os questionamentos, a fim de otimizarmos o uso do tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Délvio Joaquim Lopes de Brito.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Bom dia a todos. Exmo. Sr. Deputado Efraim Filho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Sr. Délvio, eu até vou ficar aqui, acho, neste início. Coincidentemente, hoje, também, temos a Convenção Nacional do Democratas, que está acontecendo no Senado, no Auditório Petrônio Portela. Então, daqui a pouco, vou ter que me deslocar até lá, e retornarei. É só para deixar todos a par aqui da situação.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Exmo. Sr. Deputado Efraim Filho, digníssimo Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Deputado Marcus Pestana, Sub-Relator da Comissão, Exma. Sra. Deputada, Srs. Deputados membros desta Comissão, prezados colegas, membros participantes dos Fundos de Pensão, aqui presentes, prezados colegas participantes da FUNCEF, primeiramente, eu gostaria de agradecer a esta CPI a oportunidade de vir a esta Casa para auxiliar nesses trabalhos, que têm uma importância enorme para todo o sistema de previdência complementar brasileiro, que atualmente apresenta resultados negativos bastante expressivos, e que podem vir a impingir ônus extraordinários inesperados e — por que não dizer? — injustos aos seus participantes. (*Segue-se exibição de imagens.*) Em 2014, nós, colegas da FUNCEF, todos auditores, diante da situação que se apresentava, já naquele momento, de um déficit expressivo na FUNCEF já há 2 anos, e sem nenhuma discussão transparente sobre as causas e como solucioná-las, resolvemos nos juntar em uma chapa para concorrer às eleições da FUNCEF. Então, eu, meus colegas que estão aqui presentes — Max e Augusto —, além de seis outros auditores, concorreremos a cargos da Direção Executiva dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Fomos eleitos com uma expressiva margem com relação aos nossos concorrentes. De 132 mil votantes possíveis, quase 52 mil se manifestaram. Desses, nós conseguimos uma votação expressiva de 25.201 votos. Estamos aqui, então, hoje, como representantes dos mais de 130 mil participantes ativos, aposentados e pensionistas



desse que é, hoje, o terceiro fundo de pensão brasileiro. A FUNCEF, hoje, tem um total de 137 mil participantes. Desses, mais de 3 mil estão com a idade de 75 anos, e 49 acima de 94 anos. É em nome desses que nós trabalhamos, nos dedicamos dia a dia, porque o único objetivo nosso deve ser aquele de pagar os benefícios devidos a essas pessoas. Nós trabalhamos na FUNCEF com quatro planos de benefícios. O REG/REPLAN não salgado e salgado era, originalmente, o único existente na FUNCEF, em 1977, quando de sua criação. Posteriormente, em 2006, num processo de saldamento — posteriormente eu vou fazer uma digressão um pouco mais pormenorizada dele —, foi criado o REG/REPLAN salgado, o REG/REPLAN não salgado e o Novo Plano. O REB foi um plano criado em 1998. O REB e o Novo Plano se caracterizam por serem planos de contribuição variável, isto é, o benefício a ser percebido pelos participantes após a aposentadoria depende de dois fatores cruciais: do nível de contribuição que eles fazem e do sucesso da aplicação desses recursos no mercado financeiro, enquanto que o REG/REPLAN, na sua origem, era um plano de benefícios definido, cujo valor do benefício era determinado pelo salário do empregado ao final do período laboral. A FUNCEF, desde 2012, começou a apresentar déficits sucessivos. Pelo que se pode ver nesta lâmina, ele veio num movimento crescente, passando de pouco mais de 5% no consolidado do salgado e não salgado, do REG/REPLAN, para 20%, mais ou menos, se juntarmos os dois em 2014. Aí agora houve até uma mudança, hoje, com a publicação de uma nova norma de equacionamento — mas, até ontem, nós deveríamos fazer o equacionamento, no REG/REPLAN salgado, de 5 bilhões 142 milhões e, no não salgado, de 401 milhões. Tivemos essa modificação nesta lei, nesta resolução do CNPC, que foi publicada hoje, e pela nova regulamentação, na verdade, o valor a ser contabilizado, posicionado em setembro deste ano — lógico que, até o final do ano, haverá variações decorrentes da atividade da FUNCEF nesse período —, mas se pegarmos o balancete de setembro, o valor a ser equacionado passaria daqueles mais de 5 bilhões no REG/REPLAN salgado para 2,2 bilhões, enquanto que no REG/REPLAN não salgado não haveria necessidade de equacionamento no ano que vem. Então, hoje, na configuração atual, nós temos que... no ano que vem, teremos necessidade de fazer equacionamento no plano REG/REPLAN salgado. É importante dizer que esse alívio que está sendo dado neste ano aos participantes



desses planos, no ano que vem já vai haver — é uma previsão, segundo previsões do cenário que nós apontamos — um incremento no valor a ser equacionado. Então, esse alívio é neste ano, no ano que vem teremos uma conta um pouco maior para ser paga. Uma preocupação que nós temos — logicamente nós temos que estudar com mais profundidade as consequências dessa nova normatização — é de que a questão do equacionamento, que antes tinha um caráter extremamente único — poucas vezes era para existir equacionamento — vá se tornar uma figura um pouco mais presente na vida dos participantes. Há essa possibilidade. O que causou esse déficit? Nós temos a convicção de que esses déficits foram criados por vários fatores conjugados. Não foi apenas um tipo de fator que determinou esse déficit, mas a conjugação de fatores: estruturais, determinados por fragilidades existentes na própria concepção dos planos, relativos à gestão tanto dos investimentos, quanto do passivo e o exigível contingencial; e fatores conjunturais — não podemos nos eximir de sofrer as consequências de uma atividade econômica com queda bastante acentuada —, além de fatores determinados por uma fiscalização inadequada dos fundos de pensão. E aí, logicamente, isso não se restringe apenas à FUNCEF. Na minha fala, eu vou me ater mais à questão do passivo, porque, como Diretor de Benefícios da FUNCEF, é a parte que mais diz respeito à minha atuação lá. Nesse primeiro quadro, nós vemos, no REG/REPLAN não saldado, as principais hipóteses adotadas para determinar o valor do passivo atuarial do plano. Nós temos aí que realmente estamos fazendo adequações ao longo dos anos — esse é um quadro de 2006 para cá — e colocamos um destaque no período de 2013 para frente, a partir de quando, por determinação legal, nós tivemos que fazer testes de aderência dessas hipóteses de forma bastante estruturada e periódica, inclusive para a entrega à fiscalização. O outro quadro mostra o REG/REPLAN saldado: a mesma situação que nós vemos. Estamos fazendo o acompanhamento dessas hipóteses. Para sermos aprovados hoje, nós temos um processo bastante complexo dentro da Fundação. Nós fazemos um trabalho, dentro da Fundação, para uma área específica de atuários. E, ao mesmo tempo, fazemos um trabalho com uma consultoria externa contratada, que pega os dados das massas de participantes da FUNCEF e verifica se aquelas premissas que nós adotamos estão adequadas ou se precisam ser mudadas. Todo esse trabalho é feito durante vários meses. Passamos ainda por um



comitê de assessoramento técnico na área de benefícios, e só depois desse período todo é levado à aprovação tanto da Diretoria Executiva, quanto do Conselho Deliberativo. E ainda, o Conselho Fiscal, por determinação regulamentar, tem de fazer uma manifestação sobre a adequação dessas premissas. Isso nos leva à primeira constatação — em alguns lugares, nós vemos discussões a respeito: que, na verdade, nesse período em que a FUNCEF tem apresentado esses déficits sucessivos, o passivo atuarial da empresa tem se comportando de maneira adequada. Tanto que, pelo que se está vendo nesse gráfico, a variação desse passivo atuarial é inferior à própria meta atuarial. O que está acontecendo, o que se verifica nisso é que, realmente, a parte de investimentos não consegue acompanhar nem a variação do passivo, nem a meta atuarial. Esse é o quadro do não saldado. No saldado, nós vemos ainda mais claramente isso com um alinhamento entre o passivo e a meta — estão bastante alinhados — e o investimento, infelizmente, não conseguindo acompanhar essa mesma variação. Como eu falei anteriormente, nós passamos por um processo de saldamento do REG/REPLAN em 2006, e foi um marco dentro da FUNCEF. Foi um marco dentro da FUNCEF e também dentro da Caixa. Por quê? Porque, naquele momento, nós saímos definitivamente de um plano de contribuição definida para um plano de contribuição variável... Desculpem, de benefício definido para um plano de contribuição variável. E por que aconteceu isso? Bom, nós temos que retroceder a 2003, quando houve um acordo entre a Caixa e a FUNCEF para pagar uma dívida que a patrocinadora tinha com a FUNCEF, decorrente ainda lá da criação da FUNCEF, em 1977. Quando a FUNCEF foi criada, logicamente, a Caixa já tinha lá a sua massa de empregados, e esses empregados todos entraram na FUNCEF. Para fazer frente às obrigações dessa massa já preexistente, a Caixa tinha a obrigação de patrocinar o valor das reservas matemáticas necessárias para pagar esses benefícios. E essa dívida, que foi criada em 1977, começou a ser paga normalmente pela Caixa ao longo do tempo. Mas na década de 90, o TCU se insurgiu contra esse pagamento, fazendo um questionamento sobre o valor a ser pago. Esse questionamento teve como consequência a interrupção dos pagamentos feitos pela Caixa e, posteriormente, a judicialização dessa questão. Essa questão ficou judicializada até 2003, quando a Caixa e a FUNCEF entraram em acordo para o pagamento dela. E o que levou a



Caixa a fazer esse acordo? Num plano de benefício definido, a Caixa ficava refém desse plano para fazer qualquer alteração em seu plano de cargos e salários. Por quê? Porque toda alteração no seu plano de cargos e salários era transferida para os aposentados da Caixa, e isso tinha um custo elevado. A Caixa vinha de uma década, como já foi mostrado aqui por outros expositores, em que não tivemos praticamente nenhum aumento salarial. Na década de 90, nós tivemos aumento salarial de 1% durante a década toda. Nessa questão, que estava tanto atrapalhando a Caixa, na questão da política de cargos e salários, quanto os próprios participantes da FUNCEF, por causa do represamento desse valor de benefício, criaram-se as condições ideais para se fazer esse acordo. E nesse acordo, a Caixa colocou alguns condicionantes: ela pagaria esse valor, que estava, como eu falei, vinculado a uma dívida preexistente, que era a constituição de reservas para os empregados da Caixa, lá de 1977. E condicionou que esse valor, ele deveria ser mantido num fundo apartado e destinado a promover alterações no plano de benefícios da Caixa, para adequá-lo à legislação, que era a nova Lei Complementar nº 109 e a Lei Complementar nº 108, de 2001 e, além disso, a criação de um novo plano de contribuição variável. Então, os trabalhos começaram a ser feitos por um grupo de trabalho tripartite: o de participação FUNCEF/Caixa e representantes das entidades representativas dos empregados da Caixa. E foi financiado o saldamento basicamente com esse fundo de ajuste que foi criado. A Caixa pagou a dívida, essa dívida foi transferida para um fundo destinado a promover essas mudanças. Além disso, nos anos de 2003, 2004 e 2005, os valores dos superávits criados pela FUNCEF foram também transferidos para esse fundo. Então, ao invés de se transferir, como previsto naquela época, e hoje também, os superávits para a conta de reserva contingencial, esse dinheiro foi desviado para esse fundo e, em 2006, utilizado para o pagamento dessas alterações. Além disso, a Caixa, no processo de convencimento dos participantes — não só a Caixa, desculpem; a Caixa, a FUNCEF, nesse grupo tripartite —, definiu o que seriam vantagens a serem pagas àquelas pessoas que fizessem a opção pelo saldamento. Entre elas, foi concedido o reajuste para os participantes existentes naquela época, para os aposentados. Além disso, foram criados dois fundos dentro do plano, o Fundo para Revisão de Benefícios — FRB e um Fundo de Acumulação de



Benefícios — FAB e pagos pecúlios para as pessoas desistirem das ações existentes naquele momento contra a FUNCEF e a Caixa. Esse processo de saldamento foi aprovado pelos empregados da Caixa, num plebiscito realizado entre 24 e 28 de outubro de 2005. De um total de 72.554 participantes existentes naquela época, 23.756 votaram. Desses, 19.356 votaram a favor e 4.404 votaram contra. É importante salientar que, com relação ao total de participantes daquela época, 26,67% votaram a favor. A imensa maioria não votou ou votou contra. Outro ponto muito importante para o passivo da FUNCEF é a questão do exigível contingencial. O que é esse exigível? São valores com que a FUNCEF arca para pagar benefícios decorrentes de ações judiciais envolvendo Caixa e seus empregados. É um exigível, é uma obrigação que nós assumimos, mas decorrente de problemas na política de pessoal da patrocinadora e de sua relação com os empregados. Só para se ter ideia, nós temos hoje 224 rubricas judiciais implantadas na FUNCEF. Para fazer frente ao pagamento dessas rubricas, nós precisaríamos de uma provisão matemática de mais de 94 milhões de reais, valor esse que a patrocinadora não nos repassa, porque é entendimento da patrocinadora que ela tem de se ater aos estritos limites das sentenças judiciais. Se essas sentenças judiciais não comandam o pagamento dessas reservas, ela não paga. Ao mesmo tempo, nós assumimos a obrigação de pagar o benefício. Nós temos hoje, contabilizado em dezembro de 2014, um valor já provisionado de 1 bilhão 289 milhões de reais dentro da FUNCEF, separados para fazer frente a prováveis ações que vamos perder na Justiça para pagar esses benefícios. Essas ações têm como principais objetos esses que se encontram nessa lâmina que apresento aos senhores. Como se vê, a imensa maioria decorre da relação trabalhista com a Caixa: função de confiança, CTVA, hora-extra, efeito gangorra, PCS. Diferenças salariais e reflexos, principalmente, já estão claramente definidas como de responsabilidade da patrocinadora. Só isso corresponde a mais de 88% do valor para o provisionado. Então, é um valor que nós, na FUNCEF, assumimos a obrigação e é decorrente da relação trabalhista com a patrocinadora. A FUNCEF e a Caixa têm realizado ações tentando dar solução a esse exigível. Entre elas houve a criação de um grupo de trabalho FUNCEF/Caixa há alguns anos. Com esse grupo de trabalho, já conseguimos duas ações positivas: a assinatura de um acordo operacional para a redução do passivo em que a Caixa assume a



responsabilidade por alguns objetos. Então, a Caixa assume a responsabilidade por auxílio-alimentação, cesta alimentação, abono e PAMS. Todos os benefícios pagos sob esses objetos estão sendo repostos pela Caixa. Ao mesmo tempo temos algumas questões decorrentes de parcelas não contributivas. A patrocinadora recolhe contribuição. Esse dinheiro está na FUNCEF. Não podemos pagar benefício para ele, porque não existe previsão regulamentar, mas esse dinheiro está lá e já conseguimos pelo menos a devolução, via acordo, entre Caixa, FUNCEF e participante, com a interveniência da própria PREVIC. Entretanto, o principal objeto, o que tem maior impacto na FUNCEF, que é o repasse das reservas matemáticas decorrentes daquelas ações, como mostrado anteriormente, a CAIXA tem-se mostrado totalmente intransigente e não aceita fazer o pagamento. Essa é uma última lâmina que eu gostaria de mostrar para os senhores, que é exatamente o custo que tivemos, fora o saldamento. E digo isso porque até hoje, com o trabalho que estamos fazendo de apuração das coisas que aconteceram na FUNCEF, não conseguimos determinar exatamente qual foi o custo do saldamento e se aquele fundo de ajuste criado lá em 2003 foi realmente suficiente para arcar com esse custo. Mas esses são quadros que mostram o custo para cada adequação de hipótese para a FUNCEF no período de 2006 até 31 de dezembro de 2014. Como se vê, rubricas judiciais e contingentes previdenciários, que dizem respeito ao exigível contingencial, como já disse a V.Exas., tem um custo enorme, tanto no não saldado, quanto no saldado. Ao mesmo tempo, esses fundos criados em 2006 para incentivar as pessoas a fazer a migração para o novo plano e fazer o saldamento também pesam enormemente já no custo do REG/REPLAN saldado. Isso é o que eu gostaria de trazer a V.Exas. aqui. É uma pequena apresentação inicial, mas tenho a intenção de, posteriormente, nas perguntas e respostas, prestar os esclarecimentos necessários. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Agradeço ao depoente.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Antonio Augusto de Miranda e Souza.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Bom dia. Exmo. Sr. Presidente em exercício, Deputado Rocha; Exmo. Deputado Marcus Pestana, Sub-Relator desta Comissão; demais Parlamentares presentes, colegas aposentados aqui presentes, da FUNCEF, do POSTALIS; senhoras e senhores; a FUNCEF



encontra-se numa situação deficitária desde 2011 e tem havido um intenso debate sobre as causas dessa situação que suscitaram a criação desta CPI. Temos a expectativa de que ela nos ajude a compreender todo esse cenário que culminou nessa situação de deesequilíbrio em que a FUNCEF se encontra. Nós vamos apresentar aqui um ponto de vista a respeito de diversos fatores que, em nosso entendimento, contribuíram para a situação deficitária que a FUNCEF está no momento nos seus planos de benefício definido REG/REPLAN. Esta análise vai englobar especialmente as questões de equilíbrio na gestão dos investimentos, a questão da compatibilidade dessa gestão com a evolução da maturidade dos planos, com o enfoque dado pela FUNCEF ao setor de investimentos estruturados — que nada mais são do que projetos, alguns de natureza de infraestrutura, outros de interesse empresarial — e qual é o tratamento legal previsto na legislação para essas situações. *(Segue-se exibição de imagens.)* Primeiramente, vamos tratar aqui da situação dos cinco maiores fundos de pensão de patrocínio privado. Todos eles encontravam-se superavitários em 2014, nessa ordem de grandeza de valores aí demonstrada no eslaide. SISTEL, VALIA, FUNCESP, Fundação Itaú-Unibanco e Fundação Atlântico apresentaram resultados superavitários em 2014 e possuíam esse desenho de alocação de recursos em carteira de investimentos. Esses percentuais aí são a soma dos investimentos que esses fundos de pensão possuem nos segmentos de renda variável — seja em bolsa de valores ou em participações em empresas —, investimentos estruturados — que são esses projetos empresariais ou de infraestrutura — e investimentos imobiliários. A soma desses percentuais em todos esses cinco fundos de pensão é inferior à média do setor de fundos de pensão no Brasil, apurada periodicamente pela Associação Brasileira de Entidades de Previdência Complementar — ABRAPP. Entre parênteses, eu enfatizo especialmente o investimento que esses mesmos fundos de pensão possuem no segmento de investimentos estruturados, que, em nosso entendimento e conforme a boa técnica — e os analistas compreendem isso — é dos três segmentos o de maior risco. Passando para o próximo, nós vamos fazer um comparativo com os principais fundos de pensão de patrocínio estatal federal. Temos aí os três com superávit apurado até 2014. A PREVI, notadamente, é a de maior destaque. Depois vêm Real Grandeza e a INFRAPREV, praticamente, em equilíbrio. E, abaixo, estão os quatro



dos maiores fundos de pensão de patrocínio estatal — FAPES, POSTALIS, PETROS e FUNCEF —, todos com o resultado deficitário; não por acaso alguns deles são objeto desta CPI. Em seguida, há um mesmo comparativo com o desenho de investimentos naquelas mesmas categorias de investimentos considerados como os de maior risco. Ou seja, a soma dessas três categorias é significativamente superior à média do setor apurada pela ABRAPP, conforme eu falei anteriormente. E, notadamente, no que diz respeito ao investimento estruturado, essa mesma distância relacionada ao tratamento da média do setor é significativamente superior. No próximo eslaide eu vou demonstrar como está o *ranking* quanto à proporção de investimentos estruturados que os principais fundos de pensão de natureza estatal possuem. Vejam que a FUNCEF ocupa o terceiro lugar nesse *ranking*, concentrando praticamente 11% da sua carteira nesse setor. A média do setor, conforme apurado pela ABRAPP, é de 3,3%, em dados de 2014. No próximo eslaide há um quadro que mostra a série evolutiva da composição anual dessa carteira, como ela foi sendo construída. Notem que esse movimento começou em 2004, com a aprovação de dois investimentos em Fundos de Investimento em Participações, cuja sigla se chama FIP, que concentra principalmente esse tipo de investimento nesse segmento. Foram investidos, em 2004, 181 milhões nesses dois investimentos. E, em 2004, a FUNCEF ainda se encontrava superavitária. Apurou-se um superávit de 316 milhões. Na evolução da série, percebe-se que a FUNCEF foi, especialmente a partir de 2009, incrementando substancialmente seus investimentos nesse segmento, mesmo a despeito da situação de desequilíbrio financeiro já apresentada naquele exercício. O resultado foi uma carteira de praticamente 6 bilhões de reais, ao final de 2014, em um universo de 51 Fundos de Investimento em Participações que concentram quase 200 empresas investidas por meio desses fundos. No próximo eslaide, vou fazer um comparativo entre o crescimento dessa carteira, na linha verde; a situação do equilíbrio atuarial da FUNCEF, na linha vermelha; e nas barras azuis está o montante investido a cada ano nesse mesmo segmento, que praticamente faz uma leitura de correlação inversa: quanto mais eu invisto em investimentos estruturados, maior é a situação de desequilíbrio que o plano apresenta. No próximo eslaide eu concentrei alguns dos maiores Fundos de Investimento em Participações em que a FUNCEF detém participação. Na primeira



linha está o valor investido; na segunda, o valor atualizado, conforme o último balancete; a rentabilidade auferida ao final desse período, entre o investimento e a última posição; qual era o seu índice *benchmarking* que ele deveria alcançar, que o gestor deveria ter perseguido no seu investimento, na seleção dos seus ativos e na gestão desses investimentos; qual é o índice atuarial compatível com o mesmo prazo de investimento e o *quantum* de recursos que já foram devolvidos aos investidores, que são as amortizações. As cores na linha de resultado demonstram a quantidade de Fundos de Investimento e Participações que apresentaram resultados não só inferiores ao proposto ou previsto, como também à referência atuarial esperada para o mesmo período. Alguns deles já representaram, inclusive, perda de capital em relação ao investido originariamente. Aqui estão os nove maiores Fundos de Investimento em Participações em que a FUNCEF detém investimentos. Aqui eu estou falando de FIPs tradicionais; não estou falando aqui de FIP Sondas, não estou falando de FIP RG Estaleiros, não estou falando de FIP Desenvix e outros equivalentes. Ou seja, não estou falando dos fundos proprietários; aqui está somente a carteira de fundos tradicionais. No próximo eslaide vou falar a respeito da questão da maturidade do REG/REPLAN. Vejam que, a partir de 2007, a curva de crescimento do montante de recursos destinados a benefícios concedidos é superior à queda de benefícios a conceder, que compõem na sua somatória o total de provisões matemáticas que o plano deve reunir e agrupar. Isso é um indicador de que o plano adquiriu o perfil de maturidade, é uma das características que demonstra isso. No segundo eslaide vou mostrar que a trajetória de proporção de assistidos no plano também apresentou essa mesma trajetória de crescimento. Ela superou os 50% a partir de 2011, aproximadamente. Ou seja, é mais uma característica da maturidade do plano. E no próximo eslaide vou fazer a comparação entre esses dois indicadores de maturidade — proporção de benefícios concedidos, proporção de assistidos no plano — e a trajetória de investimentos em renda fixa desses mesmos planos. A boa prática que a própria PREVIC dissemina junto aos gestores de fundos de pensão defende que, quanto maior a maturidade do plano, maior deve ser a sua programação de investimentos na linha do conservadorismo, da previsibilidade, para conseguir com isso casar as expectativas e os compromissos frente à gestão dos recursos à sua disposição. No próximo eslaide,



eu também faço uma análise entre o desempenho da somatória daquelas três carteiras: segmento de renda variável, estruturados e imobiliários na linha verde; a carteira de renda fixa, na linha laranja; e o comportamento da meta atuarial, na linha vermelha, frente à Taxa SELIC praticada no exercício. Notem que apenas em 2009, 2012 e 2013, praticamente, houve uma Taxa SELIC aprovada no Conselho Monetário Nacional inferior à meta atuarial que deveria ser perseguida pelos planos naquela ocasião. E o movimento da carteira de renda fixa não acompanha essa lógica que foi demonstrada no cenário macroeconômico. Então, não há nessa análise evidências que corroborem esse movimento de crescente exposição nos investimentos de maior risco frente à composição de maturidade e de ambiente macroeconômico existente no País naquele momento. No próximo eslaide vou enfatizar o que está previsto na legislação a esse respeito. No art. 7º da Lei Complementar nº 109 é afirmado que o objetivo dos planos deve ser o de assegurar não só a transparência, mas também a solvência, a liquidez e, principalmente, o equilíbrio econômico e atuarial dos planos. A mesma lei complementar, no seu art. 9º, § 1º, informa e enfatiza que essa aplicação de recursos deve observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, que regulamentam a matéria. A atual legislação que estabelece esses critérios é a Resolução nº 3.792, uma resolução do Conselho Monetário Nacional que determina que os administradores devem — é um dever — observar não só princípios de segurança, rentabilidade, mas também solvência, liquidez e transparência na administração dos planos. E, por último, a mesma resolução enfatiza que o gerenciamento desses ativos de investimento deve sempre perseguir e garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre os planos. Por enquanto, eu vou encerrar aqui. Coloque-me à disposição para os colegas participantes desta reunião. Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Quero agradecer ao depoente e já passar a palavra ao Sr. Max Mauran Pantoja da Costa.

V.Sa. tem 15 minutos.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar todos os Parlamentares presentes na Casa na pessoa do Deputado Rocha e do Relator Sergio Souza; cumprimento a Deputada Erika, colega de Caixa;



cumprimento todos os demais colaboradores presentes e, principalmente, cumprimento os colegas de sorte, nossos colegas participantes da Fundação da Caixa Econômica Federal e de todas as demais fundações aqui também presentes. Cumprimento também aqueles que, interessados, também participantes da Fundação, estão nos assistindo pela Internet Brasil afora — e somos quase 140 mil participantes preocupados com a situação da Fundação. Vou começar apresentando aqui essa tabela que mostra a evolução da dívida fechada, do déficit fechado, de 31 de dezembro de 2014 até setembro de 2015. *(Segue-se exibição de imagens.)* Vejam que ela evoluiu, daquele momento, dezembro de 2014, de 6,5 bi para, em setembro de 2015, alcançar o número de 11,2 bilhões. Esse é o tamanho do déficit consolidado nos nossos planos de benefícios. Esse gráfico que apresento a vocês traz a curva de equilíbrio da Fundação — consolidada, naturalmente, até porque até 2006 havia apenas um plano, mas a partir de 2006 ele continua sendo consolidado — evoluindo desde 1995 até setembro de 2015. Vocês vejam que, apesar de alguns percalços, de alguns momentos críticos, como em 98, quando a gente teve um déficit significativo, superior a 700 milhões, para um ativo de aproximadamente de 5 bilhões. Posteriormente, em 2000, também houve outro déficit bastante robusto de 1,4 bi, para um déficit que regulava em torno de 6,7 bi. Ele manteve, sim, equilíbrio até em 2008. Ou seja, ele não apresentou no consolidado negativo até 2008 — memorizem esta data. Em 2008, a gente apresenta um déficit de 2,4 bilhões, para um recurso garantidor de 31 bilhões. Em 2008, após esse déficit, ocorrem algumas alterações internas, entre elas algumas formas de precificar alguns ativos. E essa crise que se agravava em 2008 é protelada, adiada e volta a surgir a partir de 2011, 2012, 2013, 2014 e continua agora em 2015. Essa linha pontilhada verde representa aqueles recursos que o Délvio e o Augusto já citaram aqui, relacionados com o volume de recursos que deixaram de constituir os resultados da Fundação e foram constituir aqueles fundos destinados a financiar os projetos de reestruturação. Esses são os ajustes que foram condicionados à Fundação pela sua patrocinadora, para que a dívida — que na época, pelas contas apuradas pela Fundação, regulava em torno de 4 bilhões — fosse quitada, em 2003, pelo valor de 2,7 bilhões. Nesse momento, uma série de exigências foram feitas pela Caixa, que disse: *“Eu só pago a dívida de 2007* — uma dívida já constituída e um dívida financeira, não era atuarial



— se você fizer certas coisas. Eu quero que você reestruture, mude o modelo de *Benefício Definido para Contribuição Variável*”. Uma das outras exigências que não foram citadas, mas que acrescento — além de implementar uma série de institutos no novo plano —, era que houvesse apenas um outro plano. A exigência era que esse plano fosse substituído e fosse mudado o modelo de BD para CV. Era para se ter um plano só. Hoje nós temos um plano antigo BD saldado; temos um plano não saldado BD; e também temos dois planos CV — eu não compreendo até hoje o porquê desse desenho. Bom, mas sem entrar na crítica do modelo, para não discutir o que é melhor, o que é pior para cada um, a questão que essa linha vermelha nos traz à reflexão refere-se, primeiro, às condições. Tratava-se de uma dívida constituída em 77 para pagar serviços passados daquelas pessoas que, em 77, quando o plano da Caixa foi criado, quando a Fundação FUNCEF foi criada, já trabalhavam na Caixa. Então, precisava pagar um ágio. Ela pagou uma parte e ficou de pagar o restante — pagou em torno de 20% a 30%, mas ficou de pagar o restante no futuro. A Caixa veio pagando, conforme Délvio apresentou aqui, até 93. Em 93, o TCU apresentou alguns questionamentos sobre alguns detalhes da dívida. Essa dívida foi suspensa. Em 2003, essa dívida foi paga. O valor, estimado por nós em algo em torno de 4 bilhões, pago para a quitação dessa dívida foi 2,7 bilhões. E esse valor, em vez de integrar os resultados para constituir as reservas legais — reservas de contingências, reservas especiais para quitar algum pagamento futuro de benefícios temporários —, foi alocado nesses fundos destinados a financiar as reestruturações que a Caixa tinha interesse. Vejam aí que no tracejado verde, em 2005, além da dívida de 2,7, os resultados de 2003, 2004 e 2005 do fundo também foram destinados para esses mesmos fundos de reajuste. Os valores que deveriam sensibilizar os resultados da Fundação, para os fins legais, foram utilizados para esses fundos constituídos especificamente para financiar as mudanças desejadas e impostas. Em 2007, esse fundo chegou a acumular 6,7 bilhões — está aí na linha verde — e continua ainda assim, mesmo depois de 2005, mesmo havendo utilização parte de alguns resultados após 2005 e 2006. Vocês podem ver aí nessa cor azul, em 2006, quando ocorreu o saldamento, que era uma das propostas resultantes do grupo de trabalho para atender as exigências da Caixa. Em 2008, houve uma reabertura do saldamento. Em 2010, houve uma última reabertura do saldamento.



Daí para adiante não houve mais, exceto alguns casos obtidos judicialmente. Bom, senhores, na sequência, na linha de baixo, vocês acompanham outro aspecto interessante de fazer comparação nesse gráfico: refiro-me à relação desse gráfico de resultados com um ativo muito importante da Fundação, que é a Carteira Ativa II, Fundo de Investimento de Ações — FIA. Leia-se: Vale do Rio Doce ou antiga Vale do Rio Doce, hoje Vale. Nós ingressamos nesse ativo em 97 com 251 milhões. Ele manteve-se a preço de custo basicamente até 2001 ou 2002, quando houve uma primeira mudança de precificação. A precificação, em 2002, passa a ser com base em uma média dos resultados espelhados em bolsa com adicional de um ágio, para precificar o preço de “controle” — entre aspas. Havia um termo de controle e participação assinado entre Caixa, PREVI e PETROS, que estavam juntos nessa carteira. Em 2007 e em 2008, quando a gente acusa esse déficit bastante robusto e que nos assusta — de 2,4 bi —, muda-se novamente a forma de precificar. Saiu-se do modelo da média ponderada dos últimos 6 meses para um método de precificação baseado em contratação de laudos de empresas especializadas no mercado. Essa contratação dá um fôlego novo porque, como vou mostrar mais na frente, vamos ver em outra curva a relação como seriam os preços pelo método atual desse ativo e como ficaram os preços pelo novo método. E o importante aqui é frisar que essa precificação elevou o valor patrimonial desse ativo, mas sem que pudéssemos realizar esse ativo, porque há um acordo de acionista que nos impede de vender essas ações até 2017. Mas a gente reconheceu, mesmo não podendo realizar esse ativo, essas variações, tanto as variações pelo método antigo — que era a média nos 6 meses —, como a variação do método novo — com base no laudo econômico-financeiro. O fato é que, com a queda da bolsa e a queda dos valores do minério de ferro, esse ativo começa a despencar. Chegou a 180 dólares a tonelada do minério de ferro, mas caiu para 50 dólares ou 40 dólares e alguma coisa. E a ação, que passou de 60, 70 ou 80 reais o dólar — e o Augusto trouxe o preço aqui, devo tê-lo em uma transparência mais na frente —; hoje está regulando em torno de 20 reais, ou menos de 20 reais a ação desse ativo. E isso tudo impactou a carteira. Como ele chegou a quase 20% da nossa carteira consolidada — e esse único ativo chegou a quase 20% da nossa carteira consolidada —, quando ele caiu, chegando a quase 10, depois foi para 9 ponto alguma coisa e, hoje, está



5,6. Então, esse ativo impactou fortemente esse resultado que vocês estão vendo aqui, porque tanto ele impactou por um motivo estrutural quanto conjuntural, pois eu mudei o método de avaliação. Portanto, ele passa a impactar conjuntamente quando o preço da ação cai na bolsa. A próxima tela mostra o nosso principal plano, que é o plano saldado, em termo de ativos. Em torno de 90% dos ativos estão nesse plano. Aqui está mesma curva, a curva do resultado acumulado. Vocês vejam que aquele déficit que a gente apresentou na curva anterior, quase a totalidade dele está nesse plano. De 11.196 bilhões de déficit, 10.103 bilhões estão concentrados nesse ativo. E na parte de cima desse gráfico estão os resultados anuais, os déficits anuais. O gráfico de baixo é o resultado acumulado, e o resultado de cima é anualizado. Podemos perceber que, basicamente, a curva do saldado mantém uma forma geométrica parecida com a curva do consolidado, pela representação significativa que ele tem diante da carteira toda. Bom, no próximo gráfico eu trago para vocês exatamente aquilo que já falei antes, qual seja a diferença ativo Vale calculado pelo método antigo — que está em azul — e a evolução desse ativo calculado pelo método novo de precificação — ao lado, em vermelho. Vocês percebem que houve uma diferença muito grande. Isso impactou naturalmente os nossos resultados. Se não tivéssemos feito essa mudança em 2008 por conta daquele déficit grave que aconteceu, muito provavelmente o que nós estamos vivendo hoje de déficit de 11,3, a gente já tinha vivido há alguns anos antes, o.k.? A própria auditoria independente fez referência a esse fato da precificação a laudo, principalmente desse ativo. E eu aqui faço um parêntese, porque não é só esse ativo que é precificado a laudo. Vários dos nossos ativos são precificados a laudo: o ativo Sondas, o Sete Brasil. Por exemplo, em 2013, ainda no operacional, foi precificado a laudo, e o laudo elevou o valor patrimonial desse ativo em 73%, para agora estar revertendo e estar praticamente tendo que lançar tudo em provisão, no momento, por conta da crise que esse ativo vive. Bom, mas voltando aqui à nossa Carteira Ativa II, a KPMG/2010 escreveu o seguinte: “(...) Carteira Ativa II (...) está valorizado por meio de laudo de avaliação econômico-financeiro elaborado por empresa especializada (...)”. Continua: “Ressaltamos que a mensuração do referido montante (2,2 bi) — nesse ano de 2010, a diferença — foi efetuada por meio da utilização de técnicas que são significativamente afetadas pelas premissas utilizadas, incluindo as



*taxas de desconto e as estimativas de fluxos de caixa quando da efetiva realização desse investimento*". Então, vocês percebem aí que existem premissas e existem estimativas com algum nível de técnica para projeção, mas que — principalmente nos cenários como os que a gente vive, onde tudo o que foi projetado, nas nossas projeções, no início do ano, final do ano para este ano, já está descasando — podem não se realizar. No entanto, integralmente, os resultados a laudo foram contabilizados nos resultados. E isso impactou uma série de consequências, inclusive pagamento de benefício, ingresso de gozo de novos aposentados em benefícios, nos valores desses, não é? Então, ela conclui: "(...) *Os valores podem vir a ser substancialmente diferentes dos registrados*". Óbvio, não é? Há projeções, há estimativas, há hipóteses por trás disso. Aí a reflexão que eu trago é: quando a gente age, literalmente, pelo reflexo do laudo, reconhecendo aquilo que o laudo elevou patrimonialmente, sem que tenha entrado financeiro de fato... "*Valuation não paga benefícios*." Não adianta nada eu dizer que a Vale chegou a 10 bi, precisar realizar esses 10 bi, e agora ele não valer nem 5 bi. Essa é uma reflexão profunda nessa relação que, talvez nas legislações a serem construídas, nas mudanças, tem que ser levada em consideração. A CVM tem que levar em consideração a qualidade principalmente desses laudos que são produzidos. Já existe uma discussão na CVM — eu acompanhei outro dia no jornal —, uma preocupação dela com relação a esses laudos produzidos, porque esses laudos produzidos por empresas têm repercussões financeiras muito grandes para muita gente, inclusive para cisões, retirada de participação em Bolsa. Ou seja, os minoritários têm que ter uma segurança de que os laudos que são produzidos têm um mínimo de confiança. Bom, a atuação dos diretores nesse caso. Vocês viram que, diante desses números de 11,3 bi, quando a gente fizer o equacionamento, principalmente se a gente adotar, porque é optativo, o novo modelo, em vez de equacionar cinco ponto alguma coisa bi, a gente vai equacionar apenas 2 bi. Qual é o problema? Ocorre que a gente tem, no consolidado, um déficit de 11 bi, que deve fechar esse ano num valor estimado talvez superior a 13 bi. Nós estamos no final do fechamento do balanço. E, no final do fechamento do balanço, tem um monte de laudos ainda que a gente vai receber precificando patrimonialmente um monte de ativos, principalmente aqueles ativos robustos que Augusto mostrou aqui de FIPs — Fundos de Investimento em



Participações. Então, esses onze ponto alguma coisa bi ainda podem passar de 13 bi no fechamento do ano, quando a gente reconhecer os efeitos de Vale, reconhecer os efeitos de Sondas, reconhecer os efeitos de cinquenta e tantos FIPs que são precificados a partir de um laudo produzido pelo gestor do fundo, que é um gestor terceirizado, sobre o qual a gente não tem nenhuma gestão, nenhum poder de interferência na construção desse laudo, como deveria ser. Mas se espera que a qualidade desse laudo seja a melhor possível, porque vai implicar, vai ter uma série de repercussões aqui em termos de pagamentos de benefícios. Então, a partir do momento em que a gente assumiu, além de melhorar, procurar dar mais vigor ao que está previsto na legislação em relação à transparência, necessária e obrigatória, dos dirigentes da fundação e da fundação para com os seus donos, para com seus participantes... E vocês podem ver mudanças significativas na forma como a gente publica os nossos demonstrativos, a partir do ano que eu assumi, mudanças significativas no detalhamento. A gente saiu do modelo mais consolidado. Ainda estamos trabalhando e evoluindo isso para um modelo mais detalhado, mais analítico, para que qualquer um de vocês possa enxergar isso que foi construído nesse laudo. Isso aí está tudo nas notas explicativas anuais do nosso balanço. Elas são ricas. Sugiro que todos vocês desenvolvam o hábito de acompanhar. Com essas notas explicativas, vocês podem construir exatamente esse gráfico que eu construí. Isso aí foi tirado da publicação dos nossos balanços, desde 1995 para cá. Então, a gente está trabalhando para aumentar a transparência. Queremos chegar ao nível máximo de transparência possível. Dadas as limitações técnicas apenas, e não motivações outras que não sejam técnicas, a gente tem que chegar ao máximo nível de transparência, pura e simples, para com os participantes. Temos adotado uma premissa, um comportamento bastante prudencial na questão, nos debates de propostas de investimentos, com uma série de sugestões que a gente apresentou, inclusive relacionadas já à política de investimento aprovada no ano passado, a política de investimento que está sendo discutida ainda para ser aprovada neste ano. Então, nós estamos colocando a nossa digital, tentando trazer uma percepção, porque não adianta eu querer compensar esse déficit aumentando o risco, senão eu viro um jogador de cassino. Eu tenho que ter noção de que é preciso identificar corretamente a origem desses déficits para precificá-los no tamanho correto e



buscar, através da rentabilidade dos investimentos, resultados sempre de forma prudente. A questão dos FIPs é uma questão que a gente pretende, dos três, banir. A gente já conseguiu, no ano passado, contingenciar, mas enquanto esses FIPs, esse modelo de FIP for o que está sendo apresentado, e ele não é exatamente o modelo que se utiliza nos Estados Unidos e na Europa, a gente pretende não permitir, pelo menos naquilo que depender dos nossos votos, que haja novos aportes, novos ingressos e novos investimentos, novas propostas de FIP. A questão da governança. A gente está trabalhando para enriquecê-la também. Vocês viram, em alguns representantes da FUNCEF que por aqui passaram anteriormente, que nós temos aí uma governança evoluída, do momento que eu conheci a FUNCEF, na década de 90, como auditor, e no momento atual. Hoje a gente tem várias áreas envolvidas na busca de oportunidade, prospectando investimentos. Nós temos três áreas que prestam o suporte na análise de cada oportunidade, inclusive a minha área na parte de Conformidade e de Risco. Temos dois órgãos deliberativos, tanto a Diretoria e o CD — o CD dentro do limite previsto na norma, da alçada —, e vários órgãos consultivos internos, GTs — Grupos de Trabalhos e Comitês, que auxiliam tanto a diretoria colegiada como o conselho deliberativo. Qual é o problema? Então, por que, diante de uma governança tão apregoada como essa, a gente ainda continua errando tanto em termos de resultados nos nossos investimentos? Essa setinha piscando ali, Minerva, é um voto de qualidade que o Presidente, tanto do CD quanto da Diretoria Executiva, tem. Todo esse debate, toda a discussão, toda a qualificação que essas várias instâncias de discussão das propostas de investimento, tanto verticais como horizontais, apresentam, ela pode ser simplesmente destruída por uma coisa chamada voto de qualidade. Ele atropela todo o debate anterior. Percebem? Então, é importante... *(Palmas.)* Obrigado. É importante que isso seja um motivo de preocupação no esforço de melhorar a regulamentação do sistema todo, dada a importância que esse sistema tem para toda a economia brasileira, como Délvio falou, envolvendo recursos da ordem de 700 bilhões de reais. Bom, senhores, outros... Já venceu o meu tempo, eu vou... Aqui é só uma rápida demonstração da distribuição atual dos nossos investimentos, de acordo com a Norma CMN 3.792. Vocês veem renda fixa. Aí nós temos 28 bilhões, com uma informação importante aqui: quando a gente fala em renda fixa,



geralmente as pessoas tendem a pensar que isso aqui são, exclusivamente, títulos públicos, com garantia soberana, com rentabilidade atualmente muito elevada. Não. Dentro dessas rendas fixas aqui há títulos corporativos, títulos de empresas, que também compõem esses 25,94% aqui, então, que não têm a garantia soberana que um título público tem. Renda variável, 28%. Aí um terço é precificado literalmente em Bolsa, com base no resultado do preço da Bolsa lá, como qualquer um pode conferir. Um terço quase é Vale; e outro terço aí é laudo. Aí vêm os demais. Eu vou passar à frente para não me detalhar mais. Operações com participantes, eu destaco aqui 2,43 bilhões, sendo uma das que têm melhor rentabilidade atualmente para os nossos resultados. Investimentos estruturados, Augusto já mostrou, 5,5 bilhões aprovados, já aportados. São 6,6 bilhões comprometidos. Vamos encontrar os FIPs aí. Era isso. Eu interrompo aqui e fico à disposição da Casa para os esclarecimentos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Quero agradecer aos depoentes.

Antes de passar a palavra ao Relator, o Deputado Marcus Pestana, quero dizer que hoje estou sentindo a falta do pessoal da In Press, Parece-me que não vieram.

Queria perguntar, antes de passar a palavra ao Relator, se foi oferecido aos senhores o serviço da In Press, para prepará-los para esta oitiva? *(Palmas.)* E, mais ainda, para complementar: se os senhores acham correto que os participantes paguem alguém para vir depor numa situação em que estão em suspeição. Se os senhores acham correta essa prática.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Tanto não achamos correto que votamos contrário à contratação e o aditivo contratual que foi celebrado. Isso foi um dos... das oportunidades de voto de Minerva que tivemos, recentemente, na diretoria, com a nossa manifestação contrária. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Qual o custo dessa contratação?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Eu teria que me recordar aqui, mas foi algo em torno de 300 mil reais mesmo, parece, nos dois contratos, no principal e no aditivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Pagos pelos participantes.

Com a palavra... Pois não.



**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Eu fui... Foi-me oferecido o serviço da In Press, mas eu declinei, em coerência com a minha votação, de ter votado contrário. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Concedo a palavra ao Relator, o Deputado Marcus Pestana.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, Deputado Rocha; Sras. e Srs. Deputados; Diretores da FUNCEF; bom dia a todos.

Vocês expressam um sentimento de mudança. Vocês refletem um novo momento e a tomada de consciência dos segurados participantes da FUNCEF, que externaram isso na eleição.

Eu gostaria que vocês, com essa vivência já de alguns meses compartilhassem... É claro que, na CPI, nós não somos um grupo de estudo sobre Previdência. Nós teremos uma faceta propositiva, mas é evidente que a CPI tem um foco mais em malversação, dolo, operações fraudulentas, o aspecto penal. Esse é o foco investigativo. Mas, de qualquer forma, é muito útil, porque nós teremos, certamente, essa questão do voto de Minerva abordada na nossa proposição aqui na Comissão, tenho certeza. Mas eu queria que vocês colocassem... É um fundo que vai caminhar para o déficit de 13 bilhões, provavelmente. Para um patrimônio de 75, já começa a ser um desequilíbrio grave, que vai onerar os participantes já no curto prazo, porque estamos caminhando para essa repactuação agora no próximo ano. Eu queria que os senhores clareassem — os senhores tangenciaram a questão — o processo de governança, o papel das diversas diretorias e do Presidente, dos conselhos, dos gestores e administradores e das empresas de classificação de risco. Como é feito o processo de avaliação? Não em abstrato, nós estamos falando de algumas operações muito exóticas, algumas, e outras com uma exposição excessiva da FUNCEF, como é o caso da Sete Brasil.

Depois eu vou pedir um detalhamento concreto, mas queria que um de vocês, quem achasse que poderia, sintetizasse uma avaliação desse processo de decisão. Tocou-se na questão do voto de Minerva, mas, quando se resolve aplicar 1,1 bilhão na Sete Brasil, como é o rito, como chega e qual é o processo decisório, quais são as práticas consolidadas para levar a pó, quase a preços... Não sei se os senhores



têm o preço atualizado do investimento total na Sete Brasil, mas deve estar o quê? Em 1 bilhão e meio?

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Chegou a 1,7...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Chegou a 1,7. Então, é um grau de exposição e que também contrasta com a postura da PREVI.

Eu queria, inicialmente, que os senhores fizessem uma avaliação do processo de governança. Como é que se dá no concreto? Como se chega, por exemplo, ao Fundo Multiner? O BVA, que era, sabidamente, um banco que não dava segurança nos seus investimentos, não tinha travamento e que já estava com uma exposição, uma fragilidade muito grande, identificada pelo mercado e pelas autoridades monetárias. Como é que se dá esse processo?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Eu vou comentar aqui, inicialmente, e conto com a colaboração dos demais colegas, depois, em complemento. Estamos há quase 18 meses lá na FUNCEF. Então, eu posso falar do que eu experimentei, e, do resto, eu posso interpretar, olhando retrospectivamente atas, votos, resoluções, enfim. Existe sobre a FUNCEF um desequilíbrio de poder que é simbolizado pelo voto de Minerva, presente tanto na diretoria quanto no conselho deliberativo. Voto de Minerva este sobre o exercício e o direito da Presidência, de ambas as instâncias, diretoria executiva e conselho deliberativo, também ambos de indicação da patrocinadora. Então, a insistência desse instrumento, ela coloca uma força desproporcional para que os representantes da patrocinadora, que notadamente são diretores de investimentos, o próprio Presidente, os diretores de participações, enfim, dependendo do fundo de pensão, tenham um empoderamento para encaminhar as suas proposições que entendem ser pertinentes para a sua política de investimento, suas estratégias de investimento. Mas não se restringe somente a essa figura. Existe também a necessidade, já identificada e já debatida antes, quando eu estive aqui no dia 20 de agosto, falando pelo FIDEF, de rebalancear esse empoderamento. Vou fazer um exemplo aqui bem sucinto e pontual sobre uma coirmã, que é a PREVI. Na PREVI, a política de investimento não é preparada, elaborada pela diretoria de investimentos. Ela é separada, ela é apartada, ela está numa diretoria chamada de planejamento. Por quê? Para ter um balanceamento adequado de governança. Quem planeja não é



quem executa. Quem estabelece condições e tal não é quem vai operacionalizar depois essa política. Então, esse balanceamento mínimo é uma boa prática da PREVI.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - É um conceito clássico da boa gestão, a segmentação de funções.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Não é, infelizmente, adotada na FUNCEF. Entendemos que deva ser adotada. Mas não se restringe a isso também. Nós temos comitês na FUNCEF, comitês criados em 2007, 2008, na reforma estatutária, mas não os empoderou. Eles são comitês consultivos. São chamados quando o conselho deliberativo, especialmente o seu Presidente, entende que seja necessário o seu acionamento. Dentre esses comitês, existe o comitê de investimentos. Apesar de o Estatuto estabelecer que, a partir de determinado percentual dos recursos garantidores, a decisão de ingresso ou qualquer modificação do investimento acima de 1% seja decidida não só na diretoria, mas no conselho deliberativo, não necessariamente ela vai passar no comitê. O comitê, se o conselho deliberativo entender, ou especialmente o seu Presidente entender que é o caso, acionará para que ele aprecie o assunto e manifeste-se sobre ele em caráter apenas de recomendação, apontar eventuais riscos, eventuais aspectos a serem observados, mas se restringe a isso. Na real grandeza, o comitê é quem decide os investimentos. A proposta vem da diretoria, mas o comitê, composto de participantes, de membros da patrocinadora, do fundo de pensão, conjuntamente, é que vai apreciar aquela matéria e vai deliberar sobre ela, num aspecto mais amplo de governança. É uma prática interessante, a ser espelhada. Então, eu acho que esses dois exemplos aí, de práticas existentes e outros fundos de pensão, podem ser incorporados e podem enriquecer e aprimorar o processo de governança, sempre nesse aspecto de que quem planeja não executa, quem executa não controla. Esses princípios têm que ser observados para que a preservação das decisões de investimentos seja calcada na melhor prática, na melhor técnica e no melhor procedimento.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Aproveitando isso, já entrando no caso concreto da Sete Brasil, você acha que essa diferença de postura... A PREVI investiu, parece-me, 350 milhões, um grau de exposição aceitável...



**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Cento e oitenta milhões.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Cento e oitenta. Tinha-se a perspectiva do pré-sal, mas uma tecnologia não totalmente dominada, um projeto inovador, ousado, com um grande grau de subsídio embutido, porque não seria competitiva a Sete Brasil, com os preços internacionais, mas se dava naquele cenário de otimismo, com o pré-sal. Mas a volatilidade do preço do petróleo colocava sempre na perspectiva de longo prazo, que interessa aos fundos de pensão. E o que acabou acontecendo? O pré-sal só é viável a partir de 50, 60 dólares. E está abaixo disso. Como foi isso? Que tipo de indução... Por que a FUNCEF investiu 1,1 bilhão e depois, na segunda chamada, investiu outro tanto, que dá, em preços atualizados, 1,7 bilhão que é... E a PREVI, na avaliação de risco, na segunda chamada, não foi.

Então, como é que os senhores avaliam concretamente esse investimento, *vis-à-vis* o processo de governança?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Eu não estava lá. Então, eu vou olhar a leitura que a gente tem do acervo de registro lá. Mas relembro aquilo que eu enfatizei aqui na nossa apresentação inicial. Qual era o momento em que a FUNCEF estava em termos de déficit, em 2012? Ela ingressou, em 2011, com 350 milhões, já era o dobro, praticamente, da PREVI. Acompanhou a mesma proporção da PETROS. Ambos entraram com 350. Passado 1 ano, a Sete Brasil incorporou mais 21 encomendas de navios-sonda, de 7 passou para 28 ou 29. Veio a proposta de aumento de capital. Naquele momento, a FUNCEF já tinha apresentado déficit no exercício anterior, já estava naquela curva de maturidade que eu apresentei anteriormente, especialmente no REG/REPLAN, de onde vem metade dos recursos do investimento das FIP Sondas. A proposta original trazida para a diretoria não era de 1 bilhão de reais, era de 600 milhões de reais aproximadamente, para ficar dentro do escopo da diretoria. A diretoria entendeu, por razões que eu não sei precisar, eu não estava presente lá, porque não está registrado também, que não. Vamos manter a mesma proporção, 19,2% do investimento, que representaria não acrescentar mais 600 milhões, e sim mais 1 bilhão de reais ao investimento originariamente de 350. Então, passei a ser detentor de uma parcela de 1 bilhão 350



milhões na Sete Brasil. O cenário de petróleo era favorável, naturalmente, naquele momento — naquele momento. O pré-sal era, e ainda é, um potencial imenso a ser explorado, mas são projeções, perspectivas, estimativas. E, ao concentrar numa empresa que tem um único cliente, que é a PETROBRAS, é um risco inerente ao processo. E isso teria que ter sido mensurado e sobrepesado na hora de uma decisão de ingresso.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu faria duas perguntas adicionais sobre esse assunto. Vocês têm registro lá, bem precoce, de que a Sete Brasil virou uma central de propinas, de corrupção ativa? Em todos os seus contratos havia um percentual rígido? Quer dizer, o dinheiro, o sagrado dinheiro dos segurados da FUNCEF estaria financiando uma máquina de corrupção e propina. Há registros e há providências lá dentro da FUNCEF?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Na FUNCEF, não. Na FUNCEF, não. Não há.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - De tentar reaver de quem meteu a mão?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Não. O que há, sim... Há uma expectativa imensa sobre qual vai ser o desfecho dessa negociação PETROBRAS-Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vocês estão participando?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Há várias informações na imprensa quanto a eventual desinteresse da PETROBRAS em prosseguir com esse contrato. Se isso acontecer, certamente a FUNCEF terá que acionar os responsáveis pelo investimento e eventuais corresponsáveis por essa inviabilidade que o projeto adquiriu.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vocês estão participando desse processo? Os três diretores participam desse processo de renegociação?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Quando ele vem à diretoria. Quando ele vem à diretoria. Ele é conduzido pela Diretoria de Participações, que é a responsável pela gestão do investimento após a sua seleção.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Hoje há um olhar otimista sobre a possibilidade de sucesso dessas tratativas?



**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Eu diria que há um olhar realista. E esse realismo, hoje, ele é amargo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu só vejo a possibilidade se a PETROBRAS fizer uma grande operação de salvamento da Sete Brasil. Mas ela não está se aguentando nas próprias pernas, tem a sua própria agenda de problemas. A segunda empresa mais endividada do Ocidente vai salvar a outra? Quer dizer, provavelmente 1 bilhão e 700 do patrimônio dos trabalhadores da Caixa foi jogado pela janela numa aventura desse tipo. *(Palmas.)*

Eu não quero ocupar o tempo dos meus colegas. Então, eu pediria a vocês que anotassem. No mesmo sentido da Sete Brasil... Eu acho que o desenho de governança, as falhas, as lacunas... Não ficou claro. Agência de avaliação de risco: sempre que um investimento é apresentado à diretoria, ele vem com avaliação externa de risco?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Avaliação própria, na maioria dos casos.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Interna?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Interna. Mas essa gerência de risco, ela é recente. Ela tem 5 anos aproximadamente.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas tem um corpo qualificado para fazer essa avaliação.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Sim, tem.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Então, eu queria, do ponto de vista das soluções e das propostas de alteração, está bem claro, do processo de governança, que vocês, como nosso foco é apurar desvios, distorções, comentassem a visão de vocês, quer dizer, que é retroativa. Vocês não estavam lá. Mas o que vocês já apuraram nos estudos sobre investimento na Gradiente, empresa sabidamente falida? Não é 1,7 bilhão, mas são 34 milhões. Um déficit de 13 bilhões é feito de muitos 34 milhões. De grão em grão, a galinha enche o papo, como se diz no popular.

Então, Gradiente, a visão que vocês têm; BANCOOP, qual o prejuízo, qual a visão que vocês têm; Shopping Center Araraquara; Fundo Multiner, que me parece... O BVA expôs tantos fundos de Previdência, e alguns investiram 2 meses antes da



intervenção do Banco Central. É quase inacreditável o sistema de avaliação. E qual a intervenção do Dr. Humberto Gault nessa operação do BVA. O Grupo EBX, o Shopping Bougainville, em Goiânia...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sim, tem a avaliação. Eu não estou datando só no período de vocês, não.

Um imóvel em Santa Catarina. O que se sabe é que, na gestão do patrimônio imobiliário da FUNCEF, há um caso em que a avaliação da própria Caixa era de cerca de 24 milhões, se não me falha a memória. E, 6 meses depois, a FUNCEF compra por quarenta e tantos milhões. Florestal Fundo de Investimentos, que é mais recente. E a TRISUL Incorporadora e Construtora, em São Bernardo do Campo, galpões industriais. Com isso, eu me dou por satisfeito.

Se vocês percorrerem, cotejando o processo, as falhas que ocorreram de governança, qual é o diagnóstico que vocês têm sobre esses investimentos? Essa é uma das faces do desastre desse déficit, que não foi só em função, como foi demonstrado aqui, do contexto macroeconômico; foi em função também de uma série de operações questionáveis, em que começamos a perceber que houve malversação, que houve algo mais, além de falhas de governança.

E, por último, a questão da maquiagem contábil, porque fica claro que os ativos estão precificados artificialmente. E a correção será feita este ano, nessa questão da precificação?

Com isso, eu fico satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Aproveitando ainda o tempo do nobre Relator, o Deputado Marcus Pestana, eu queria que os depoentes também mencionassem como foi, como se comportaram os diretores eleitos nesses investimentos todos.

E, só para registrar, a In Press está aqui presente, sim, só que, desta vez, assessorando a Deputada Erika Kokay. *(Palmas.)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - A palavra está com os depoentes.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Bom, de uma forma geral, vale a observação que Augusto fez no início, de que a nossa visão sobre



investimentos passados é retrospectiva a partir de dossiês, documentos, principalmente relatos registrados em atas. Lógico que alguns investimentos desses que a gente examinou, incorporando alguns desses aqui citados, eles apresentam algum padrão que me deixam bastante curioso. Por exemplo, esse modelo de FIP, em que se contrata um fundo terceirizado para gerenciar, ele, na minha avaliação, é de uma vulnerabilidade atroz. Na maioria dos casos que a gente mergulhou fundo, principalmente, nos casos de fundo de FIPs aqui denominados, apelidados de fundos proprietários, em oposição àqueles FIPs tradicionais em que existe um conjunto grande de investidor, um conjunto grande de empresas investidas, o FIP proprietário é aquele em que entramos até o limite de 25% num FIP, e a própria empresa de origem — outro sócio, geralmente — entra com os outros 75%. Daí, dá para perceber que exista uma assimetria de governança absoluta. Por mais que a gente tente negociar algum nível de poder na governança desses FIPs, você vai estar com 25%, tendo que nomear conselheiros, às vezes, sem as condições necessárias, sem o mesmo nível de conhecimento de quem está ali na diretoria diariamente, tanto na presidência da empresa investida quanto na diretoria financeira, e com uma participação periódica mensal, muita das vezes servindo apenas para homologar decisões. A forma como as propostas chegam lá dão muito pouca possibilidade de qualquer aprofundamento maior, qualquer análise mais estendida. Lógico que a gente conta com uma participação de técnicos da casa, quando é possível, mas só o início da assimetria já é um problema para esse fundo. Outro aspecto que percebi em alguns fundos, e isso me chamou a atenção e me deixou curioso: nesses casos de fundo proprietário, geralmente quando se analisa o PL da empresa candidata a ser investida, ele tem um valor, o patrimônio líquido de “x”, quando ele é incorporado ao FIP, ele multiplica por 10, 20 vezes, esse valor e nós compramos até 25% desse FIP, não da empresa. Ora, com 25%, eu poderia comprar inclusive a própria empresa pelo PL original. Então, há certos aspectos que precisam ser esclarecidos. Lógico, não sou eu quem vai ter que esclarecer isso, porque extrapola, são coisas passadas, a gente está tendo é que lidar com um monte desse problemas hoje, tentando minimizar os problemas que eles trouxeram. Mas, se você retornar à origem, a origem dela desperta dúvidas e perguntas, e essas perguntas têm de ser respondidas. Isso vale para boa parte dos FIPs ditos



como FIPs proprietários e até mesmo alguns FIPs em que há mais de uma empresa investida, uma dúzia, dois, três, quatro, alguns deles apresentam essa mesma característica. Um FIP desses, 75%, uma única empresa investida, a Sete é um modelo, a Florestal, quebrou, praticamente perda total. Você perde todo o capital que aportou e ainda perde a perspectiva de rentabilidade que inclusive você, muitas das vezes, já compatibilizou, com a variação patrimonial como eu exemplifiquei aqui no caso da Sete Brasil. A gente entrou dois mil e alguma coisa, eu não lembro agora de cabeça, mas, em 2013, a gente já reavaliou essa empresa, por laudo, a empresa, a gestora, a administradora responsável pelo controle e acompanhamento nos encaminhou um laudo dizendo que a gente poderia reprecificar, a gente que eu digo — a fundação não estava lá nesse momento —, mas a fundação já poderia reprecificar esse ativo em 73%. Ora, isso foi contabilizado, isso refletiu inclusive em pagamento de benefícios, em cotas, referentes ao tamanho das cotas daquelas pessoas que vão entrar em gozo e benefício nesse período em que isso esteve precificado com o valor adicional ao valor de custo em 73%. Percebe? Então, tem, sim, muitas dúvidas, muitos investimentos que eu não saberia, eu teria de estar lá no momento para ter uma opinião mais balizada, mas os documentos que a gente examina nos deixam cheios de dúvidas.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Só explique o precificar.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - O laudo?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - São perdas ou acréscimos?

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Não. Em 2013... Quando a gente entra num FIP, geralmente a gente precifica o valor de custo, vai aportando. É o valor financeiro do que você aportou, com queda apenas das despesas que o próprio fundo consome, e ele consome despesa. Esse é outro aspecto que tem que ser repensado, se o País pretende continuar investindo em FIP. Geralmente as despesas são cobradas para remunerar o gestor do fundo e são cobradas sobre o valor compromissado do aporte. Então, se você tem um comprometimento no FIP de 500 milhões, por exemplo — têm FIPs que investiram esse valor ou mais e têm 1 bilhão no outro —, a gente paga um percentual que, em alguns casos, chegou a 2% e teve caso que chegou até 2,5%, paga um valor de 2% sobre o valor comprometido, independente de ter aportado alguma coisa, independente de ele ter



investido alguma coisa, normalmente a título de remuneração pela gestão desse FIP. Esse próprio processo já vai consumindo o valor da cota de origem. Aí, se não bastasse isso, chega o momento em que o gestor mesmo, aquele que está cobrando um percentual, contrata uma empresa para fazer avaliação econômico-financeira daquela empresa investida, quando ela já investiu, e a empresa econômico-financeira, no caso da Sete, diz: “*Olha, esse investimento que você fez, em 2008, 2009, agora valorizou patrimonialmente...*” Sem nenhum financeiro envolvido, só patrimonialmente, pelo resultado da percepção que o analista que fez a avaliação teve, em termos de premissas, de séries de perspectivas de rentabilidade que ele tem no futuro. Ele fala: “*Valorizou 73%*”. A gente chega, pega esses 73% e contabiliza lá. E passa...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Eu teria que fazer uma auditoria, na análise de quem produziu o laudo, mas é uma questão que tem que ser discutida, inclusive para trazer mais prudência para esse sistema.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - É o crescimento do papel.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Isso vale tanto para a FIP, vale para carteira imobiliária, porque nós temos uma carteira imobiliária enorme. Citaram-se aqui alguns empreendimentos imobiliários na pergunta do Deputado. Isso são coisas que ofendem, ameaçam, porque o equilíbrio necessário fica ameaçado. Eu estou contabilizando lá uma coisa, 73% acima, aí chega na hora de realizar ou antes da hora de realizar e, de repente, ela cai para menos da metade do valor de ingresso, de aporte nominal, percebe? Então, existe, sim, muitos. Agora, com relação ao presente, na nossa participação...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sobre isso, Sr. Presidente, permita-me, o que o senhor sugere para que possamos corrigir esse processo? O senhor já sugeriu alguma coisa, alguma proposição? O que seria necessário sugerir para que nós possamos vir a corrigir?

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Eu vou responder sua pergunta em complemento à pergunta dele, para dar ordem. Então, com relação à nossa participação, por exemplo, a partir de junho de 2014 para cá, à medida que a gente foi tomando conhecimento das propostas, porque elas vinham



sucessivamente, e à medida que a gente teve tempo para analisar fatos passados, a gente apresentou uma série... Além de ter se convencido que alguns tipos de investimentos precisam ser paralisados imediatamente e requalificados, para serem merecedores novamente de investimento da FUNCEF, porque a FUNCEF tem que ter como compromisso o retorno, nós apresentamos uma série em série. O primeiro foi na política de investimento, onde a gente contingenciou, por exemplo, o FIP, uma política de investimento já em curso. A gente chegou: *“Olha, o que a gente tem visto em FIP tem nos deixado preocupados.”* Chamamos — e nos reunimos — o diretor de investimento estava conosco — os diretores eleitos — e fechamos um acordo de que não haveria mais investimentos em FIP sem que houvesse retorno dos investimentos anteriores. Como praticamente não estava havendo retorno, isso já foi um contingenciamento naquele momento em que se freou aquele afã. Havia muitas propostas chegando de novos FIPs serem beneficiados com esse tipo de...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Quer dizer que poderia ser pior ainda?

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Sim, se não tivéssemos feito essa proposta, se não tivesse evidência de contingenciamento, certamente teria havido outros FIPs, porque eles estiveram na lista, na fila, para serem apreciados por nós. *(Palmas.)*

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Veja, todos os FIPs deram prejuízo? Não houve retorno?

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Eu tenho uma tabela aqui, Deputada, que mostra que a maioria deles está com problema. Estamos recebendo agora, especialmente com a crise econômica, uma série de pedidos de reestruturação das condições originais. Quando você faz uma opção de ingressar numa proposta de investimento dessas, o que você faz? *“Quanto que eu vou ter de retorno?”* Alguém chega, apresenta a proposta, a proposta entra pelas áreas de investimento. A Diretoria de Investimento e a Diretoria de Participações não são dos eleitos, são dos nomeados pela patrocinadora. Então, a prospecção entra por essas áreas e, após prospectados e analisados por aquele processo de governança que demonstrei aqui, vai para discussão em diretoria. Tendo conhecimento desses casos que a gente recebeu lá, e não me lembro agora nominar quantos foram, mas foram



alguns, principalmente no ano passado, antes da nossa reunião para contingenciar, nós chegamos à conclusão seguinte: Esses FIPs, da forma como estão desenhados e estruturados, eles estão se convertendo em verdadeiras vacas leiteiras, beneficiando-se dos recursos da fundação. Primeiro, eles chegam e apresentam uma proposta, geralmente via Power Point, dizendo que vão desenvolver uma série de projetos num certo tempo e a perspectiva de retorno é “x”. Passa pouquíssimo tempo depois de aprovado, eles já começam a ratear literalmente, começam a mudar as condições originais do negócio fechado, começam a dilatar prazo de entrega de projetos; começam a pedir novos aportes, aportes adicionais; acelerar o calendário de aportes. Ou seja, há uma série de mudanças das condições originalmente contratadas que, certamente, se a gente ceder, vai reduzir a nossa perspectiva de retorno. Então, se eu pego um FIP que diz que vai me entregar em 5 anos tantos projetos e que esses projetos vão me dar uma rentabilidade “x”, eles chegam e: *“Olha, eu não vou poder te entregar mais em 5 anos; agora vão ser em 10 anos.”* Ora, a minha taxa de retorno esperada já foi para o brejo. Eu já vou ter que estar lutando com esse FIP para ele conseguir rentabilizar pelo menos aquilo que a lei obriga, que é a meta atuarial.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O senhor poderia nos encaminhar, porque houve também investimentos que superaram a meta atuarial. Se fosse possível — Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir —, o senhor poderia encaminhar o resultado desse investimento, porque nós tivemos aqui um aporte maior de Belo Monte, que, parece-me, foi aprovado sem nenhum voto contrário, um aporte superior. Aliás, com voto dos eleitos de Belo Monte, se não me falha a memória. Aliás, acho que o plano de investimento da FUNCEF, em 2014, também foi aprovado com voto dos eleitos.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Prezada Deputada, Belo Monte não é esse modelo, é participação direta. Não é FIP.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu sei.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Participação direta é outra relação. Eu posso discorrer mais sobre ela. Foi uma discussão bastante tensa e essa discussão acontece também em FIPs. Qual é a discussão? Você entrou num negócio, aí surge a crise. Você acabou de entrar e disseram que, se você aportar



tantos por cento naqueles 25%, o negócio vai rodar tranquilo e, lá na frente, vai ser entregue. Em Belo Monte.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Eu vou pedir à Deputada Erika Kokay — estamos sendo bastante tolerantes; o que importa aqui é o esclarecimento — que deixe ele terminar. Depois do Deputado Samuel Moreira, V.Exa. fala.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - É só uma questão mesmo de procedimento. Ainda está no período de resposta do Deputado Marcus Pestana.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Está. Ele continua respondendo.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Então, nada impede ter um aparte da Deputada Erika Kokay, mas pediríamos um pouquinho de objetividade nas respostas.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Então, só fechando: são investimentos sem garantias, são investimentos que você fica refém. Você entra com dinheiro e ainda fica devendo. Você faz um aporte. Eu me comprometi com 500 milhões, vou aportando 100 milhões. Se eu não quiser aportar o restante, eu estou sujeito a um processo do FIP, que, por sua vez, está sujeito a um processo da empresa compromissada com o investimento. Então, há uma gestão terceirizada em que a gente tem muito pouca governança sobre eles. Limita-se, geralmente, a conselhos esporádicos. E geralmente, via de regra, tem acontecido com bastante frequência, muda-se o processo contratado lá atrás. Está acontecendo agora. Belo Monte foi um desses, apesar de não ser FIP, por ser participação direta, na qual ou você perde o que você já investiu... É uma proposta de mudança das condições: *“Você entrou nisso, a regra era essa. Eu vou mudar. Se você não quiser mudar, o que eu vou fazer, eu FIP? Eu Vou trazer um outro sócio que vai trazer o capital e você vai ser diluído.”* Então, a opção é quase uma Escolha de Sofia. Depois que você entra, fica refém desse modelo. Ou você acompanha a proposta, ou você aceita a diluição, e existe caso de sucessivos... ou prorrogação ou ingresso de novos investidores, em que você vai sendo diluído sucessivamente. Então, há caso em que se troca o 25%, se recusa a acompanhar para socorrer o processo adicionalmente naquilo em que você se comprometeu, vem um sócio que compra 50% do negócio e diz que vai trazer dinheiro novo. Você imediatamente já foi diluído de 25% para 12,5%. Isso quando ele não pede mais dinheiro. Além de acontecer



isso, ainda pede, na sequência, mais dinheiro para você socorrer o negócio. Entrou um novo sócio que trouxe mais dinheiro, e eu ainda vou ter que fazer socorro adicional daquilo que não estava previsto? Isso não para por aí. Às vezes vem mais um sócio, uma nova diluição, uma nova proposta e você cai de 12% para 6% e assim por diante. Esta é uma tendência. Se você acompanhar esse negócio, fica refém daquilo que eu falei no início. Isso é quase se tornar uma vaca leiteira, é uma condição sem a qual você não pode fazer nada: ou aceita a diluição, ou socorre com novos aportes sem garantia nenhuma de que a nova proposta com novo aporte vai ser cumprida, como não foi cumprida a primeira. Acho que eu consegui atender às dúvidas tanto da Deputada quanto do Deputado.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Max, encaminhe depois os resultados conclusivos.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Eu tenho aqui.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Realmente não se entrou detalhadamente em cada um dos investimentos. Mas quero recomendar que, para todos esses que têm uma configuração suspeita, fossem imediatamente abertas auditorias, porque o aprendizado é essencial. Pelo menos isso, para ficar o aprendizado. O prejuízo já aconteceu. (*Palmas.*)

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Nós temos feito exatamente isso, Deputado. Toda a vez que a gente lida com um assunto desses, em que se percebe que existem coisas carentes de explicações, pedimos auditoria. Quando essa auditoria retorna e a gente percebe que ela não esclareceu as nossas dúvidas, a gente pede que o resultado desse trabalho seja encaminhado para o Conselho Deliberativo para avaliação da necessidade de abrir um processo administrativo, para apurar se houve ou não responsabilidade. Isso tem sido... Não foi um nem... Eu pessoalmente já pedi vários casos.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - O senhor me permite, por favor? Posso complementar? Srs. Deputados, só complementando um pouco essa questão da governança, não foi tocada aqui eu acho que uma questão também muito importante, que é a questão da própria política de pessoal existente na FUNCEF. Isso porque já tivemos aqui outros depoentes da PREVI demonstrando que lá na PREVI eles têm uma postura diferente. A maioria dos empregados da



PREVI é oriunda do Banco do Brasil, enquanto na FUNCEF a maioria vem do mercado. Significa que um é melhor do que outro? Não. Não significa. Com certeza, não. A questão é a possibilidade de vínculo com o fundo e, ao mesmo tempo, também, a questão da própria estabilidade da pessoa, porque termos um processo de governança muito bem desenhado não significa que ele é muito bem executado. Essa execução passa, além da qualificação das pessoas, pela própria possibilidade de as pessoas agirem corretamente e de forma independente. Creio que Belo Monte — outra questão também muito interessante é a de Belo Monte — mostra a importância de uma atuação dos nossos conselheiros nas empresas investidas. No caso de Belo Monte, nós tivemos, realmente, um aumento de capital, que foi aprovado por todos nós. Mas isso foi possível por quê? Porque tínhamos lá, e temos até hoje, a atuação... O Diretor Augusto, que está aqui presente, faz parte do Conselho de Administração. E conseguimos ter uma atuação dentro de Belo Monte e um conhecimento do que estava acontecendo, o que nos deu tranquilidade para aprovar isso. É uma coisa que... Nós temos hoje conselheiros em várias investidas da FUNCEF. O que nós temos que fazer é melhorar a atuação desses conselheiros. Nós temos diretores que estão nessas empresas investidas e nós temos que cobrar não só dos diretores, mas de todos os conselheiros que estão lá, uma atuação mais efetiva, uma atuação que nos dê tranquilidade para poder decidir dentro da FUNCEF com os dados reais da empresa. É isso o que eu gostaria de complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Vou passar a palavra para o Deputado Samuel Moreira, que é o próximo inscrito. Depois para a Deputada Erika Kokay, Deputados Pompeo de Mattos e Assis Carvalho, que estão aqui presentes.

Estamos tratando aqui de governança da FUNCEF. Chegou uma informação de que a FUNCEF tem uma revista produzida pela Bangraf, uma gráfica dos bancários de São Paulo ligada ao Sr. Vaccari, já conhecido da imprensa, conhecido de todos. Esse contrato já acabou faz algum tempo, e como se dá o pagamento de uma empresa contratada se não existe mais contrato? Isso é correto? Como foi feito isso ou como está sendo feito isso? Quem está pagando essa conta?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - A diretoria que contrata o serviço tem autonomia de alçada para selecionar e indicar o fornecedor para impressão dessas revistas da FUNCEF. Como a comunicação social é a área



responsável pela elaboração da revista e é subordinada à Presidência da FUNCEF, cabe a ela autorizar — nesse caso, autorizou — a contratação da Bangraf para prestação desses serviços.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Mas esse contrato, pelo menos pela informação que eu recebi, já teria expirado. Mesmo assim...

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Tem feito contratações avulsas da prestação do serviço, da impressão da revista, sem formalização contratual existente no momento.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Se permite, vocês detectaram alguma irregularidade nesse contrato com a Bangraf?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Entendemos que era necessário fazer uma cotação de preços.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Vocês constataram alguma irregularidade?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Não há cotação de preços.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Mas vocês constataram alguma irregularidade no contrato com a Bangraf? (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Deputada Erika, a Lei Complementar nº 109 fala... Infelizmente este é um dos problemas da regulamentação dos fundos de pensão no Brasil: a lei prevê coisas a serem regulamentadas pela PREVI, pela Secretaria de Previdência Complementar, mas essa regulamentação não acontece. O art. 71 da lei complementar prevê a vedação de relação com partes interessadas, mas a depender de uma regulamentação conforme estipulado no regulamento a ser emitido pelo órgão de fiscalização, que seria a PREVIC hoje. Como essa regulamentação não há, teoricamente não há como se definir o que é parte relacionada. Entendemos que é uma parte relacionada evidentemente. Então, aconselha-se a boa prática... O Código de Boas Práticas de Governança corporativas disciplina que a relação com partes relacionadas deve ser evitada ou evidenciada, justificando as razões pelas quais a escolheu. (*Palmas.*)

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Mas não se constatou, no contrato, nenhuma irregularidade? (*Manifestação na plateia.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Quero aqui só justificar a minha pergunta.

Na verdade, o que nós estamos apurando nesta CPI aponta para a existência de um direcionamento — inclusive, depois do Deputado Samuel Moreira, vou fazer uma pergunta a V.Sa. sobre outro fato — dos investimentos dos fundos para atender interesses político-partidários. O Sr. Vaccari já é bastante conhecido aqui desta CPI e de outras. Então, isso é só para justificar.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Desculpe-me, eu não tenho o conhecimento profundo do processo eleitoral.

Foram eleitos individualmente ou em chapa?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Em chapa.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Em chapa, eleitos.

Havia algum mote de campanha na eleição de vocês, algum apelo, alguma mensagem principal para a eleição?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Eu acho que o próprio nome da chapa já sintetizava as nossas duas principais preocupações que nos levaram a participar do processo eleitoral, que eram, justamente, o controle e o resultado. Melhorar o controle das atividades da FUNCEF, dos processos da FUNCEF para, com isso, gerar os resultados que são esperados e necessários à FUNCEF, que é o equilíbrio patrimonial que ela precisava alcançar.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Em algum momento houve um confronto com a outra chapa, do ponto de vista de influência política, diminuição de influência política ou existência de influência política na FUNCEF?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Confronto? Como assim?

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Vocês disputaram uma eleição, não foi?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Vocês achavam que poderia haver influência política na diretoria? Chegaram a passar algum tipo de mensagem sobre isso? Tinham como meta eliminar influência política?



**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Nós entendemos que é necessário, sim, proteger a FUNCEF com as melhores práticas de governança, dentre as quais...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu estou perguntando... Desculpe-me.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Qualquer insinuação que venha a ser feita nesse sentido é, na verdade, percebida pelos participantes como algo presente há muitos anos na fundação, nos fundos de pensão, de uma forma geral.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - O senhor quer complementar alguma coisa? Eu percebi que o senhor...

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - O modelo, apesar de ter havido uma conquista, uma evolução durante as últimas décadas, onde os participantes alcançaram cadeiras na diretoria, nos conselhos, ainda há uma assimetria muito forte de poder. Então, é natural que quem chegue lá para presidir a fundação, para dirigir as diretorias responsáveis pelos investimentos... Eles foram nomeados pela patrocinadora e foram nomeados por uma relação, naturalmente, de confiança, além dos requisitos técnicos necessários para sentarem em uma cadeira daquelas. E relação de confiança requer, no mínimo, algum alinhamento de propósitos e de projetos quando se indica essa pessoa. E a gente percebe que esse é um processo, da forma como está construído, inevitável. Por exemplo: se chega uma proposta mesmo que não seja uma ordem de investimento sugerida pela patrocinadora lá, eu me pergunto como é que fica, da parte dos dirigentes nomeados, a recusa dessas propostas. Daí a necessidade de recuperar o equilíbrio necessário para que no impasse, três a três, não haja deliberação impositiva por parte do presidente, porque, senão, está valendo a vontade, não dos participantes de prudência, mas...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu não sei se me fiz entender. A minha pergunta era se no processo eleitoral vocês, em algum momento, disseram ou fizeram uma campanha no sentido de se eleger contra... E dizendo que pretendiam ou que existia influência político-partidária dentro da diretoria. Eu fiz uma pergunta direta.



Vocês fizeram campanha com esse tipo de argumento ou esse tipo de proposta? Em algum momento, vocês achavam que havia influência político-partidária? Vocês achavam que havia?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Na campanha não foi falado nenhum... Na campanha não foi colocado isso como plataforma de campanha. Nós temos sete itens, que estão aí disponíveis para quem quiser pesquisar na Internet: quais são os nossos setes temas motivadores para disputar e convencer os colegas quanto à necessidade de aprimoramento na gestão da FUNCEF. Como o Max já falou, o desenho atual de todos os fundos de pensão permeia e possibilita essa possibilidade. Agora, ela não vai ser consignada documentalmente.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Então, está bom. Na campanha vocês não disseram em momento nenhum que havia influência político-partidária? É isso?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Que eu me recorde, não.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Está sendo gravado aqui. Eu estou fazendo uma pergunta tão simples e objetiva.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Sim. A nossa campanha teve um...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu posso pular. Vocês não querem responder...

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Não... A resposta que eu dei eu pensei que tivesse alcançado... Então, eu vou aprofundar um pouquinho mais. Influência política. O partido que está naturalmente dirigindo a empresa vai nomear os seus dirigentes, tanto da empresa quanto do... Se é esse tipo de influência, a gente já conhece que existe. Se é esse tipo de influência...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu estou falando de ingerência político-partidária, ingerência político-partidária de membros de partidos influenciando nas decisões da FUNCEF.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - De minha parte, eu não me lembro de ter abordado esse tema na campanha. De minha parte. Só para



esclarecer aqui, nós fomos uma chapa montada de última hora, a partir do conhecimento que a gente teve, por sermos auditores, da tendência de evolução dos resultados da fundação. Nós nos inscrevemos lá, em condições bastante assimétricas, sem recursos praticamente nenhum. Gastamos 2 mil e 5 reais, contabilizados, prestada a conta nessa campanha, e basicamente todo o objeto central da nossa campanha foi o déficit que a FUNCEF caminhava para apresentar naquele momento, que a gente já antecipava. Esse foi o principal eixo da nossa campanha.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Vamos caminhar. Passada a campanha, vocês acham que existe ou existiu, detectaram ou não, existe ou existiu, vocês acham que pode ter existido ou exista esse tipo de ingerência?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Só para aclarar mais a situação. Eu estou acompanhando a CPI desde o início, eu participei praticamente de todas as sessões, aqui todos os diretores que foram indicados pela patrocinadora, salvo alguma exceção, que não lembro, que não recordo, são filiados ao Partido dos Trabalhadores, pelo menos no caso da FUNCEF.

Eu acho que o Deputado queira saber se os que concorreram à eleição tinham ligações partidárias com o Partido dos Trabalhadores.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Não... Eu quero chegar...

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - O senhor é filiado a algum partido?

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Eu sou filiado a um partido, mas não é o PT.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - O.k. Pronto. Só isso.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu estou só evoluindo.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Isso é claro.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Mas não é essa a questão.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - O senhor é filiado. Nós também somos filiados. É um direito natural de todo mundo.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - A questão é ouvir a opinião de vocês. Eu não tenho objeção nenhuma quanto à pessoa ser filiada. Eu não tenho objeção nenhuma. É um direito. Eu estou dizendo de "ingerenciamento", presença de pessoas de fora da diretoria influenciando, conversando, visitando...



Vocês tinham isso como uma visão clara, tinham isso como uma proposta de alteração de método de governança? Hoje vocês podem afirmar se existe ou existiu ingerenciamento de partido político, de lideranças, de dirigentes partidários na FUNCEF?

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Permita-me. Vou tentar responder. A FUNCEF tem um patrimônio de mais de 50 bilhões de reais. É lógico que isso...

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Cinquenta e seis bilhões.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Isso, 56 bilhões. É lógico que isso chama a atenção de qualquer empresário ou do ente governamental. É onde está o dinheiro. O Brasil precisa de dinheiro, e é lógico que vão procurar fundos de pensão, não só a FUNCEF, que é o terceiro, o PETROS, a PREVI. Qualquer outro fundo de pensão é procurado. Isso acontece. Eu acho que não podemos de forma alguma falar que isso não acontece. *(Palmas.)* O que nós temos que ter é uma estrutura de governança que permita que nós escolhamos os nossos investimentos, seja de onde vierem, mas aqueles investimentos que sejam feitos com rentabilidade para a FUNCEF.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Nós não estamos fazendo juízo de valor. Nós estamos só perguntando para constatar.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - A diretoria da FUNCEF recebeu visitas, por exemplo, de filiados de partido...

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Eu gostaria de chegar a isso. O que nós tivemos notícia durante a campanha, durante a campanha, foi a presença do Sr. Alberto Youssef na FUNCEF, que teria ido lá a pedido de um Deputado daqui da Casa, o Sr. André Vargas. A notícia que nós tivemos foi essa.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - E que o negócio não foi realizado.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Exato. Exatamente. Eu ia chegar... A notícia que nós tivemos é que ele foi com uma proposta, e que essa proposta não foi completada. Essa proposta chegou lá, se não me engano, às vésperas da deflagração das confusões da Lava-Jato. Essa foi a notícia que tivemos.



**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Dirigentes partidários? Vaccari alguma vez por lá?

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Não tive nenhum conhecimento de algum desses dirigentes indo lá.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Algum de vocês também acha que não teve nenhum tipo de...

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Deputado, só para enfatizar uma questão. A nossa proposta de campanha, vamos dizer assim, e de atuação, caso viéssemos a ocupar — o que, de fato, acabou acontecendo —, era de enfatizar a nossa atuação eminentemente pela técnica. Se houver ou se pretendia haver alguma ingerência político-partidária, se houve no passado ou se se pretendia fazer no futuro, nós nos propusemos a evitar que isso acontecesse e a não aceitar que isso acontecesse.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Mas achavam que isso acontecia?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Não podemos afirmar se isso acontecia ou não, porque isso...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Tudo bem. Estou fazendo uma pergunta. Tá bom. Vocês fizeram isso... É porque normalmente...

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Nós nunca testemunhamos, depois da nossa chegada lá, a presença de quem quer que seja de personagens da vida pública brasileira. Agora isso...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Isso pode ter sido feito exclusivamente por uma afirmação ou por uma afirmação em função da existência de algo contrário. Foi isso que eu quis perguntar. Mas tudo bem. Pode ter afirmado isso exclusivamente por afirmar. Isso podia já existir e vocês confirmando. Ou vocês confirmaram isso porque isso não existia — existia outro tipo de “ingerenciamento”. Estou só tentando chegar a essa conclusão. Mas vamos caminhar.

Vocês disseram que têm exemplos de FIP que foram prejudiciais, malfeitos. Têm alguns exemplos claros? Vocês poderiam nos enviar uma relação do que vocês acham de investimentos claros que causaram esses prejuízos? Tudo bem? Vamos combinar desse jeito?



**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Podemos relacionar. Temos, sim.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Há outra questão. Vocês conhecem Milton Lyra? Já ouviram falar? (*Pausa.*) Não ouviram nem falar em Milton Lyra? Não ouviram falar?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Eu não me recordo.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Eu também não.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - É só Milton Lyra ou tem outro nome?

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Desculpem-me. Eu posso estar confundindo o nome. Eu não me recordo... Recentemente saiu uma notícia da Sete Brasil. Houve um envolvimento no POSTALIS do grupo Galileo. Lá, no grupo Galileo, surgiu a presença de Milton Lyra, que, segundo consta, teve participação, em algum momento, na construção da participação da FUNCEF na Sete Brasil. A Sete Brasil vocês acharam que foi um bom ou um mau negócio? O que vocês acham da Sete Brasil?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Vou pedir ao amigo Deputado Samuel Moreira que faça as perguntas. Depois, eles respondem, para facilitar.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Não as tenho. Eu quero saber a opinião sobre a Sete Brasil, depois, os desdobramentos, se acham que houve influência governamental, política, para a decisão desse investimento e a criação da Sete Brasil. Eu gostaria também de saber se ouviram falar do Milton Lyra nessa participação da Sete Brasil. Quero saber também, da mesma forma, sobre Belo Monte. E quero a relação dos exemplos de FIP de investimentos, uma relação dos maus exemplos que vocês acabaram de dizer que existem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Antes de passar a palavra aos depoentes, eu queria relembrar aqui uma pergunta que fiz ao ex-Diretor de Investimentos Demóstenes Marques, relacionada ao Sr. Antonio Augusto. Eu falei sobre uma reportagem que saiu na revista *ISTOÉ*, e ele aqui disse que havia representado V.Sa. ou teria uma sindicância ou alguma coisa do gênero na FUNCEF por conta de uma conduta sua nessa entrevista.



Aqui ele o desqualificou, dizendo que V.Sa. tinha mentido, que era desleal, e outras coisas mais. Acho que V.Sa. acompanhou esse depoimento. Eu queria aproveitar que o Deputado Samuel Moreira tocou no assunto. V.Sa. falou — pelo menos é o que está na revista — que o Governo passou a usar os fundos de pensão para viabilizar concessões públicas e empreendimentos em que o mercado não tinha interesse. Essa foi a afirmação que V.Sa. fez. Eu gostaria que V.Sa. aprofundasse mais isso e dissesse se, de fato, V.Sa. mentiu, se foi desleal. V.Sa. acompanhou o que disse o Sr. Demóstenes Marques. Eu queria que V.Sa. aprofundasse isso.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sr. Presidente, eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Quero só concluir, Deputado Samuel.

V.Sa. falou do Governo, não é? Em que Governo se passou isso, a utilização desses fundos para viabilizar esses investimentos? Havia algum interesse do Partido dos Trabalhadores sobre esses fundos? É na mesma linha do Deputado Samuel Moreira. O senhor conhece também o Sr. Carlos Alberto Caser? *(Pausa.)*

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Trabalhamos juntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Trabalhou junto, não é? Mas qual é a sua relação com ele?

Bem, a princípio, seriam esses os questionamentos.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu só queria complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu recebi a solicitação de que enviasse à CPI — eu acho justo, é possível que nos envie — os contratos com a empresa *media training*, o processo de análise e aprovação desse contrato.

**(Não identificado)** - Já foi enviado.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Já foi enviado?

**(Não identificado)** - Já.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Acabei de receber a solicitação. Achei que não haveria problema em solicitar, mas, se já está enviado, tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Está registrado.

Com a palavra os depoentes. *(Pausa.)*



**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Deputado Rocha...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - V.Exa. fez a pergunta. Sobre a questão da qualificação que foi levantada, eu queria saber se ele foi ou não condenado na 9ª Vara Cível. É sobre essa situação que V.Exa. lhe perguntou. Eu queria que ele respondesse, para isso ficar nos Anais desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Aproveite para falar também sobre esse processo interno, essa questão da confidencialidade dentro da FUNCEF.

A palavra está com o senhor.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - O Conselheiro Demóstenes, atual Conselheiro da FUNCEF e Diretor de Investimentos, entre 2004 e 2012, da FUNCEF, ele insurgiu-se contra o teor da reportagem feita pela *ISTOÉ* em junho de 2014, que entrevistou a mim e outros colegas de outros fundos de pensão, dentre outras personalidades, inclusive, se não me falhe a memória, o Senador Paulo Paim. Na ocasião, a matéria, de produção e responsabilidade da revista, de seu repórter e de seu editor, era intitulada *Como o PT perdeu poder nos fundos de pensão*. Quando eu recebi a proposta de entrevista do repórter, ele me consultou, ele me perguntou como foi, teria sido a nossa companhia, quais foram os temas que foram debatidos durante o processo eleitoral e que suscitaram a nossa inesperada vitória. E discorri a respeito das preocupações que os participantes possuem em relação à governança, à situação de déficit que a FUNCEF já apresentava desde 2011, desde 2012, melhor dizendo, às dúvidas suscitadas pela falta de informações a respeito do acompanhamento de investimentos, da rentabilidade de investimentos, e qual a relação que isso teria com a situação de desequilíbrio atuarial que a FUNCEF apresentava e continua apresentando no seu principal plano de benefício, que é o REG/REPLAN. Então, discorri a respeito dessas considerações e, para a minha surpresa, ao ver a reportagem, o jornalista, lá pelas tantas, fazendo referência ao episódio do encontro do Alberto Youssef com a FUNCEF, reunião que ele teve lá, a princípio, que eu teria afirmado que tais encontros poderiam suscitar algum tipo de negociata. Na segunda-feira imediatamente após, encaminhei para a *ISTOÉ* um pedido de esclarecimento para que fosse dado o direito de resposta na sua página destinada aos leitores. Não foi



acolhido. Isso foi “circularizado” para os diretores, e não houve a devida reparação nesse aspecto pontual das minhas declarações à *ISTOÉ*. O Conselho Deliberativo, por proposição do Conselheiro Demósthene, aprovou a abertura de uma comissão, a convocação do Comitê de Ética, para apreciar se houve ou não houve afronta ao código de conduta da fundação. Esse parecer ainda está em análise pelo Conselho, não teve um desfecho conclusivo quanto a isso, mas a principal consideração é se eu teria me pronunciado em nome da FUNCEF sem ter recebido autorização para tanto. A própria FUNCEF, quando na segunda-feira seguinte fez uma nota de esclarecimento sobre o teor dessa reportagem, alegou que não foi procurada pela reportagem ao preparar e elaborar essa matéria. A meu ver, de forma contraditória, afirma que eu me pronunciei em nome da fundação. É justamente essa contradição que está sendo debatida no âmbito tanto do Comitê de Ética quanto do processo judicial que o Diretor Carlos Borges moveu contra mim, alegando...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Já há algum resultado, alguma condenação?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Nenhuma condenação com relação a essa ação na Justiça?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Não. Ela está em segunda instância.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sim. E qual o resultado da primeira instância?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Na primeira instância, foi vitoriosa a tese de que houve dano moral ao doutor...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O senhor foi condenado por danos morais em primeira instância?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - A condenação só acontece com o trânsito em julgado, como a senhora sabe muito bem.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Na primeira instância o senhor foi condenado. É preciso registrar isso aqui.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Não.



**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - É porque o senhor recorreu para a instância. É um recurso normal.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - A condenação se dá em segunda instância ou terceira instância, se for o caso.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Juridicamente, não se diz condenado. Ele perdeu a ação na primeira instância. Não foi condenado.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Perdi a ação na primeira instância.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Pronto. Então, o senhor perdeu a ação.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Ele perdeu a ação em primeira instância.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Perdi em primeira instância, como em qualquer processo judicial pode acontecer.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Qualquer, não. A pessoa ganha ou a pessoa perde. O senhor perdeu a ação na instância.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Na segunda instância, está em grau de recurso. É isso?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Está na segunda instância.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Ele entrou com recurso porque perdeu na primeira. Na primeira, a pessoa perde ou ganha. Ele perdeu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Quero assegurar a palavra aqui ao depoente para ele concluir.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Então, no âmbito da FUNCEF ainda não houve um desfecho decisório a respeito, se houve ou se não houve infringência ao código de conduta. E, no âmbito judicial, o processo segue tramitando, como naturalmente acontece, em segunda instância, pedindo, no meu caso, a reapreciação da matéria, sob o meu ponto de vista de que não cometi nenhum tipo de irregularidade ou feri nenhum princípio ético ou de conduta ao que cabe a um diretor falar para os seus representados, no caso, os participantes. Então, o termo de confidencialidade, que eu não invoquei e eu creio que não poderia ser



invocado nesse caso, ele foi incorporado à FUNCEF basicamente em função de ela assumir-se como gestora de investimentos. Então, ela tem que submeter-se a um processo, junto à Comissão de Valores Mobiliários, para habitar-se a essa gestão de investimentos e, conseqüentemente, coobrigar-se a algumas prevenções, dentre as quais, evitar comentar e proibir que seja comentado qualquer decisão de compra e de venda de investimentos que tenham comercialização e liquidez no mercado e tenham algum impacto financeiro no mercado decorrente desse volume de comercialização que a FUNCEF, como investidora institucional, possa vir a fazer. Então, a pretensão do termo de confidencialidade restringe-se a isto: prevenir que qualquer ação de negócios feitos pela FUNCEF venha a causar favorecimento ou prejuízo a quem quer que seja dentro do que a regra do sistema de investimento hoje no Brasil estabelece.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu só gostaria de pontuar que, primeiro, o senhor está respondendo por dois aspectos: um aspecto é o de ter falado em nome da FUNCEF, numa apuração interna, e o segundo é por danos morais, ou seja, por ter proferido e atacado a honra de alguém, sem qualquer tipo de fundamentação. Nesse sentido, o senhor perdeu em primeira instância; recorreu em segunda instância, o que é um direito seu.

Eu queria, antes de fazer as minhas perguntas, dizer que eu tenho um respeito muito grande pelo Max. Eu conheço a sua atuação como auditor da Caixa. Sei os benefícios que você provocou à FUNCEF no que diz respeito à auditoria que foi feita à época e como você teve a coragem de denunciar todos os malfeitos naquele momento em que vocês fizeram auditoria pela Caixa Econômica Federal na FUNCEF. Além disso, eu lhe tenho também uma amizade, uma relação de amizade, que há muitos anos nós temos.

Portanto, quando eu falo dos FIP, eu acho muito importante que sejam realmente enviados todos os FIP e os seus resultados, porque nós precisamos aproveitar esta CPI para poder estabelecer travas para que nós possamos ter o impedimento, que os FIP possam originar déficit para os fundos de pensão. Inclusive, nós podemos fazer uma recomendação à CVM para mudanças dos



processos, para que nós possamos conter qualquer tipo de prejuízo em potencial que possa haver para os fundos. Então, é muito importante que nós possamos ter esses documentos — eu sei que você disse que já está com eles aqui — e possamos fazer uma análise mais apurada.

Mas eu queria dizer, para além disso, primeiro, que eu concordo que nós temos que eliminar o voto de minerva, e tenho feito essa defesa aqui da eliminação do voto de minerva. O voto de minerva é previsto na lei, não é uma coisa que vem da FUNCEF. Entretanto, ele não tem que existir. Agora, também é preciso que situemos... porque, veja, na forma como é feito, dá a impressão de que os prejuízos da FUNCEF vieram em função do voto de minerva. Pelo que eu constatei nos trabalhos desta CPI, não houve nenhum investimento que provocasse prejuízo à FUNCEF que tenha sido decidido pelo voto de minerva. Isso não significa que nós não tenhamos que eliminar o voto de minerva. Eu acho que é correto que nós tenhamos também que eliminar o voto de minerva.

Algumas coisas penso eu que nós deveríamos sugerir; outras delas é o limite de remuneração. Eu concordo que os membros da FUNCEF têm que estar no Conselho de Administração, mas têm que estar no Conselho de Administração recebendo por isso? Então, veja, penso eu que nós deveríamos ter esse olhar, porque me parece que vocês também participam dos conselhos de administração e também ganham para isso, não é?

Inclusive, parece-me, Dr. Augusto, que o senhor está no conselho da Sete. Então me causa um pouco de estranheza porque a Sete é um ponto fora da curva, eu acho. Ela é um ponto fora da curva. Ela provocou um prejuízo para a FUNCEF. E nós temos nos dedicado a avaliar a Sete com muita profundidade. Já fizemos várias audiências específicas para a Sete.

Então, quando o senhor fala e responde ao Deputado Marcus Pestana que só conhece os andamentos das negociações da Sete quando elas chegam à diretoria, causa-me estranheza, primeiro, porque se deve ter uma postura proativa, como esta CPI tem tido com relação à Sete, chamando vários depoentes, várias pessoas, para podermos investigar a própria Sete, porque ela realmente provocou um prejuízo e nós queremos que esse prejuízo seja ressarcido para o fundo de pensão, e também pelo fato de o senhor fazer parte do conselho da própria Sete, remunerado,



inclusive, para isso, parece-me. Então, penso que deveríamos ter uma postura mais proativa.

Outro aspecto é que, na exposição que nós vimos, estamos detectando quais são os problemas: o problema da Vale, que foi pontuado mais uma vez; um passivo que foi originado pela Caixa... Eu acho que a Caixa tem que ser responsabilizada por esse passivo. Não é o fundo que tem que arcar com ele, porque foi a Caixa. Se não foi essa gestão, não importa, mas foi a Caixa que provocou e deu os elementos para esse passivo. Então, penso que o que nós estamos vendo aqui no dia de hoje com relação ao déficit não se diferencia muito do que nós já vimos em outras ocasiões, o peso do passivo, o peso da própria Sete, porque é um ponto fora da curva nos investimentos mais estruturados. Nós temos investimentos na Invepar que dão retorno, na Engevix, se não me engano, que dão retorno também. Inclusive, foi aprovado, acho que com a abstenção dos dois diretores, mas foi aprovado com voto de diretor eleito. Aliás, o plano de investimento também foi aprovado pelo conjunto dos diretores.

Eu digo isso, Max, porque você sabe como nós lutamos para que tivéssemos paridade tanto no conselho, que é previsto em lei... Mas, no conselho diretivo ou executivo, não sei como chamam, na diretoria executiva, não existe previsão legal para que haja a paridade. E há a paridade. É preciso desconstruir o voto de minerva.

Mas eu venho aqui para, além disso, fazer alguns questionamentos para o Sr. Augusto. Primeiro, eu gostaria que o senhor me respondesse se é verdadeiro que o senhor contratou para trabalhar com o senhor concunhado, cunhada, e se tem algum impedimento dessa prática de nepotismo no estatuto da FUNCEF, porque eu acho que também é outro aspecto que nós devemos considerar.

Eu também gostaria de saber sobre a informação que aqui me chegou — e gostaria que o senhor me confirmasse ou não — de que houve uma contratação feita na sua gestão, na sua diretoria, que foi registrada enquanto reclamação na ouvidoria da FUNCEF, que diz respeito à empresa que presta o serviço de corretagem do seguro de vida e saúde da fundação, questionando a transparência do processo de cotação de preço, que foi conduzido por V.Sa. Gostaria de saber o que diz respeito a isso, por que essa empresa que faz esse serviço de corretagem está questionando essa cotação de preço.



E gostaria também que o senhor pudesse me responder se é verdade que o senhor chegou a fazer uma viagem particular por uma agência de viagens que seria contratada pela FUNCEF. Pelas informações que eu tenho, o senhor fez essa viagem para Porto Seguro e não tinha feito os pagamentos. Como não tinham sido feitos os pagamentos para a agência Mundo Tour, houve a obrigação de pagar; e houve a mudança da empresa, portanto, que agora é uma empresa chamada Voe Tour, mas que o senhor chegou a se utilizar de uma relação, fazer uma viagem particular a partir de relações estabelecidas na sua condição profissional como membro da própria FUNCEF.

Então, eu gostaria que isso fosse esclarecido para que não paire dúvidas, porque as coisas, ao serem esclarecidas, diminuem o seu próprio tamanho e porque nós, veja, temos um apreço muito grande pelos diretores eleitos. Diretor eleito é luta dos trabalhadores e trabalhadoras da própria Caixa. E digo que é muito importante que nós possamos preservar essa conquista que tivemos na democratização dos próprios fundos.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Quero só registrar que a Mesa tem sido bastante tolerante: V.Exa. usou 8 minutos, sem usar o tempo de Líder.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu agradeço, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Com a palavra os depoentes.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Primeiramente, Deputada Erika Kokay, essa informação creio que lhe foi passada de forma equivocada sobre eventual viagem particular que eu teria feito sem ter custeado todas as suas despesas. Não sei quem lhe passou, mas ela é totalmente improcedente. Tenho inclusive os comprovantes de pagamento de qualquer viagem que eu tenha feito com agenciamento da Mundo Tour, porque ela presta esse serviço a todos os empregados da FUNCEF, não diferenciadamente para mim. Tenho todos os comprovantes que foram feitos de toda e qualquer viagem que em tenha feito em caráter particular. Posso disponibilizar aqui à CPI de forma tranquila.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu fiz algumas perguntas e não me considero contemplado nas respostas. Eu vi que o tema aí...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Saiu um pouco do tema da CPI.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Não, não. Foi consequência de uma pergunta que legitimamente o senhor fez...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Eu vou deixar V.Exa. depois do Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Foi consequência de uma pergunta legítima que o senhor fez, que acabou tomando o debate.

Eu gostaria de saber sobre a Sete Brasil. Eu gostaria de saber essas opiniões. Eu gostaria de ouvi-los. (*Palmas.*)

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Respondendo objetivamente à Deputada Erika Kokay, sou, sim, conselheiro fiscal da Sete Brasil desde julho deste ano, ou seja, há 4 meses. Posso apresentar as atas das reuniões das quais participei da Sete Brasil, onde requeri uma série de esclarecimentos sobre processos que estão sendo movidos contra Barusco, ex-presidentes, ex-diretores, que tinham suspeição quanto às suas práticas relacionadas, na gestão de recursos dentro da Sete. Há diversos processos em andamento contra ex-dirigentes da Sete Brasil, processos esses movidos pela própria Sete Brasil contra esses ex-dirigentes, que estão tramitando na esfera judicial cabível, no Rio de Janeiro especialmente. Quanto à relação de FIP, Deputado Samuel, eu acho que...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - A Sete Brasil ainda. Qual é a opinião de vocês sobre a origem desse investimento?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - A Sete Brasil originou-se do pré-sal. O pré-sal foi uma descoberta...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu pergunto o seguinte: foi bom ou foi ruim?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Nós nos expusemos demasiadamente a esse investimento.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - O senhor acha que foi um investimento de muito risco, que não deveria ser feito?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - A prudência, como apresentei e enfatizei na nossa introdução aqui, deve nortear sempre toda e qualquer análise de investimentos.



**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O.k.**

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Então, entendo que nossa exposição, considerando o fato de que os cenários trazidos para o investimento eram basicamente projeções; o fato de que apenas um único cliente era o atendido pela Sete Brasil, no caso, a PETROBRAS, como fator de risco; e, terceiro, a situação atuarial da FUNCEF não permitiria, a meu ver, o nível de exposição que esse investimento trouxe para os recursos dos fundos de pensão.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - O.k. Vocês não fariam esse investimento se dependesse de...?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - O.k. Eu quero fazer ainda mais uma pergunta: vocês acham que houve algum “ingerenciamento” do ponto de vista governamental para esse investimento?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Não há condições de afirmar isso, Deputado Samuel, porque projeto de Estado pode ser transformado em projeto de Governo a depender da condução em que as coisas se dão. Então, não há como demonstrar ou afirmar houve ou não houve, porque é indemonstrável isso. O que há — e isso tem havido, desde a nossa chegada à FUNCEF — é um incremento substancial no rigor das análises de toda e qualquer proposta de investimento que viemos a receber.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - O.k., está bom. Eu não vou me estender muito.

Quanto a Belo Monte, eu queria saber, na mesma linha, se também faria esse investimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Já vou inscrevê-lo para a próxima...

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, eu queria fazer esse apelo. Eu acho que está muito prudente, tranquilo... O Deputado Samuel tem ajudado bastante, mas poderia entrar na ordem de inscrição novamente, porque senão a discussão não avança.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eles não me responderam, ficaram em outro debate!



**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Só a questão de Belo Monte. Belo Monte está com o início da sua geração de energia previsto para fevereiro, daqui a 3 meses, na casa de força menor; na principal, em março. Então, é investimento que está se concretizando, mas teve inúmeros percalços, ao longo da sua trajetória, que impactaram substancialmente a sua rentabilidade. A FUNCEF ingressou, inicialmente, com um valor menor do que o atual, que é de 730 milhões, adquiriu participações de outros integrantes do consórcio, para chegar a esse patamar. Então, proporcionalmente à situação em que a FUNCEF se encontrava, dentro daquela trajetória que nós apresentamos aqui inicialmente, não recomendaria no mesmo nível de exposição, embora a confiança quanto... Até pela nossa atuação lá no Conselho de Administração, temos boas seguranças quanto à concretização do projeto. Mas, como todo e qualquer projeto, embute uma série de riscos, que têm que ser sopesados e administrados, na hora de uma decisão de ingresso.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - É outro investimento que o senhor não faria?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Não nessa magnitude. Eu gostaria de responder à Deputada Erika.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Ah, sim, sim!

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Se me permite, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Pois não.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Deputada Erika, a contratação de corretora de seguros, ela precedeu de todo um processo amplo de divulgação na imprensa. Nós abrimos um edital de habilitação para todas as corretoras que viessem a ter interesse em desfrutar ou participar desse processo seletivo, porque, para nossa surpresa, essa corretora de seguros, ela não possui contrato com a FUNCEF. Ela está vinculada a um contrato com a atual prestadora de serviços de saúde suplementar, que é a Bradesco, e está intermediando esse contrato por intermediação do Bradesco. Então, nós queremos mudar essa relação. E, quando se muda uma relação que é aí praticamente de 7 anos — ela ingressou no ambiente da FUNCEF em 2007, sem contrato, prestando esse serviço de intermediação e, a nosso ver, de maneira não de tão boa qualidade... Entendemos



que era hora de mudar. Mudanças incomodam, Deputada, especialmente aqueles que têm relações estabelecidas há muito tempo. Então, é natural que todo e qualquer fornecedor insurja-se. Como em qualquer processo de edital de licitações, aqueles que se sentem prejudicados, derrotados, ingressam com toda a sorte de argumentações que seriam cabíveis. Entendemos, para assegurar a transparência e a lisura e qualquer suspeição que possa ter havido, reiniciar o processo. E estamos, nesse momento, fazendo isso, conforme acordado, no âmbito da nossa diretoria. Em relação à contratação de supostos parentes, ela é totalmente improcedente. E eu queria enfatizar uma coisa: no nosso ordenamento jurídico, não existe a figura de parente denominada concunhado. Isso está estabelecido no Código Civil (*palmas*), no Código Eleitoral, na Lei da Ficha Limpa e em toda e qualquer regulamentação que estabelece nepotismo no Brasil.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O senhor contratou então um concunhado para trabalhar?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Contratei uma pessoa...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Compadre e concunhado para trabalhar com o senhor.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Uma pessoa habilitada tecnicamente para o exercício das suas atribuições.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Tudo bem. O senhor então contratou um concunhado, que não se enquadra na lei, mas contratou um concunhado.

Ana Paula Botelho da Luz é sua cunhada?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não é sua cunhada?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Ela foi contratada por V.Sa.?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - E o senhor tem uma firma, parece-me, tem uma empresa. Não acho nenhuma ilegalidade nisso, eu gosto de realçar. Essa empresa presta serviço à FUNCEF? O senhor tem uma empresa, é diretor de uma empresa.



**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Naturalmente não presta serviço à FUNCEF.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não presta serviço à FUNCEF. Mas o senhor tem uma empresa, é diretor de uma empresa.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Sou sócio minoritário de uma empresa, sim.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - É sócio minoritário de uma empresa de comunicação.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O senhor participa de quantos conselhos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Deputada Erika...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Vou concluir.

De quantos conselhos o senhor participa?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Eu sou Conselheiro de Administração na Norte Energia, desde 2014, e, como eu relatei antes, desde julho deste ano, Conselheiro Fiscal da Sete Brasil.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Está ótimo. O senhor participa de dois conselhos.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Todos vocês participam de conselhos? Eu não vejo nenhum problema, acho que é importante participar.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Só complementando, a FUNCEF tem o limite de dois conselhos por diretor, sendo que é obrigatória a devolução à FUNCEF da remuneração recebida de um deles, de livre opção.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Está ótimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Deputada Erika...

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Eu, opcionalmente, Deputada, ainda repasso à FUNCEF a proporção que eu recebo dos conselhos para a FUNCEF, na mesma proporção que a FUNCEF detém participação, porque entendo que aí estou livre e desembaraçado para atuar conforme o interesse da fundação. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - A Deputada Erika Kokay está inscrita como Líder.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Mas o senhor é remunerado, todos são remunerados, não vejo nenhum problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Deputada...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Nós estamos discutindo, Deputado Rocha — eu já encerro, para passar a palavra ao Deputado Assis, que quer falar, ou ao Deputado Pompeo —, apenas para dizer que nós queremos limitar a remuneração dos diretores da FUNCEF. Acho que é justo limitar, e limitar não apenas no que diz respeito ao seu próprio vencimento, mas também à participação dos conselhos. A meu ver, não há sentido um diretor — eu não sei se é o caso dos vocês — ganhar 70 mil, ganhar 60 mil. Então, nós estamos discutindo aqui...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não, não estou dizendo isso.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Posso abrir aqui, não há problema nenhum.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não, não. Não é essa a discussão. E nós não queremos saber qual é a remuneração.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Eu vou pedir à Deputada... Ela está inscrita como Líder.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Apenas vamos fazer esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, mas, antes, há algumas perguntas aqui que eu queria fazer.

Gostaria que os senhores sintetizassem as alçadas, ou seja, as atribuições das diretorias da FUNCEF, no que diz respeito a investimentos em Fundos de Investimentos em Participações — FIP, em especial das seguintes diretorias: Diretoria de Investimentos, Diretoria de Benefícios, Diretoria de Participações Societárias, Diretoria Executiva.

Outra pergunta: qual o peso político e o peso técnico de um parecer da Diretoria de Participações ou um parecer da Diretoria de Investimentos



recomendando que não sejam aplicados valores ou que sejam aplicados valores em determinado percentual, em um determinado FIP?

Outra pergunta: é usual aprovar determinado investimento com parecer não favorável de uma dessas diretorias?

Quarta pergunta: mesmo que não seja usual, como se dá o processo de aprovação de um investimento não recomendado ou recomendado, que se faça, por exemplo, ao patamar de 1% dos recursos garantidores dos planos de benefícios? Quem pode aprovar?

Eu já vou passar aqui as perguntas por escrito, para que V.Sas. possam respondê-las.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Sr. Presidente, a gente está devendo aqui perguntas do Relator, Deputado Marcus Pestana, que não está presente no momento aqui, na Comissão. Mas, eu gostaria de alcançar, pelo menos, algumas delas aqui, que eu acho que seriam ilustrativas para algo que o senhor também já adiantou. Vou fazer uma referência aqui a um investimento, infelizmente, que ainda não se mostrou efetivo na FUNCEF, que é um investimento na aquisição de um terreno na cidade de Araraquara em São Paulo. Ele também vai responder algumas perguntas que o Deputado Marcus Pestana me fez aqui, nos fez. Esse investimento da ordem de 10 milhões de reais previa a construção de um complexo de *shopping*, torres comerciais, naquela cidade, a partir da aquisição desse terreno, de posse de uma empresa municipal daquele Município. Acho que é Vale do Sol, se eu não me engano. Em 2008, esse investimento tramitou no âmbito da FUNCEF e teve parecer da área, das áreas responsáveis pela análise de risco, desaconselhando esse investimento. Ao ir para a Diretoria-Executiva de então, os diretores eleitos, Carlos Caser e Antônio Bráulio, votaram contrariamente a esse investimento e o fizeram por escrito. Registraram de forma formal as razões pelas quais eles entendiam que não era necessário, oportuno, conveniente para a FUNCEF celebrar esse investimento. Apesar disso, esse investimento foi efetivado. A notícia que nós temos até o momento dá conta de que até hoje esse investimento não foi levado a termo, conforme projetado, planejado. Ou seja, nós temos nesse terreno hoje, já se sabendo disso à época, um pátio de reparos da atual empresa ALL, de ferrovias. É um pátio de reparo de locomotivas, vagões, enfim, que se



argumentava na ocasião, em 2008, que ele estava prestes a ser removido ou liberado, e que até hoje essa liberação e esse desembaraço não aconteceram. Então, infelizmente, apesar da atitude dos diretores eleitos de então ser contrária a esse investimento, nós não soubemos de sua manifestação contrária a ele. A FUNCEF e seus participantes investiram, mesmo com o desaconselhamento da área de risco. E esse investimento até hoje não se consumou, sendo apenas um registro imobiliário na nossa carteira, sem nenhum retorno até o momento. Quando foi tramitada na FUNCEF a proposta, também atendendo à pergunta do Relator, Deputado Marcus Pestana, sobre a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital, anteriormente denominada Gradiente, ela também passou pela área de investimentos, não existia área de risco na ocasião, passou pela área jurídica, com os seus pareceres técnicos aconselhando o investimento, com a aprovação unânime da Diretoria e subsequentes diversos problemas no relacionamento com os mentores desse projeto, que nada mais eram do que os então dirigentes da Gradiente, da família Staub. A FUNCEF, junto com a PETROS, abortou cerca de 18 milhões de reais, 17, 18 milhões de reais, nesse investimento, por meio de um FIP que pretendia ressuscitar a marca da Gradiente no Brasil, marca que já tinha tido sua época áurea nos anos 80, mas que tinha contra si uma série de processos trabalhistas, tributários, de fornecedores, por inadimplência. Isso levou à decretação da falência da empresa, se não me engano. A sua tentativa de ressurgimento se deu pela criação de uma nova companhia, que usufruiu o direito da marca e também do seu parque industrial. Ao olhar com o distanciamento que o tempo nos possibilita, toda a fundamentação feita para essa proposta se deu a partir de elementos trazidos pelo próprio proponente. Isso está evidenciado em relatório de auditoria da própria FUNCEF. Ou seja, a nossa área de investimento, a nossa área de controle não evidenciou os riscos decorrentes de se basear em parâmetros, projeções, fundamentações trazidas pela própria proponente, para tomar uma decisão de ingresso nesse investimento que, em 2014, teve que ser alienado ao valor simbólico de 1 real, configurando assim o prejuízo cabível nessa aplicação, para evitar qualquer contaminação ainda maior à FUNCEF, caso viesse a haver uma desconstituição do Fundo de Investimento em Participações, do qual a FUNCEF era cotista, alcançando assim a FUNCEF e outros cotistas com obrigações e



compromissos que a Gradiente originariamente teria. Diante desse desfecho, não nos restou outra alternativa, a não ser solicitar uma auditoria sobre o ingresso e a gestão desse investimento e recomendar, consignado em ata da nossa Diretoria, que o Conselho Deliberativo, que é a instância competente para isso, avaliasse a existência dos elementos para abertura de processo de apuração contra esse investimento. Não temos conhecimento, até o momento, de que o Conselho Deliberativo tenha apreciado ou deliberado nesse sentido. Então, o peso do parecer, Deputado Rocha, vai depender do nível de criteriosidade, de diligência, que os diretores, os gestores da FUNCEF possuem ao examinar as propostas de investimento trazidas à nossa apreciação. Porque todo e qualquer investimento que se baseia no modelo de investimento estruturado ou em projeto de investimento estruturado, de infraestrutura ou de outra natureza, fundamentalmente é baseado em projeções, estimativas, cenários, que podem ser substancialmente diferentes após o ingresso efetivo naquela aplicação, naquele investimento. Justamente por isso, por entender assim, que há esse risco de substancial modificação das condições alegadas na ocasião da apresentação da proposta, que nós temos sistematicamente feito, com o rigor que a diligência legal nos obriga, a análise e a crítica dos parâmetros trazidos em propostas de investimento feitas à Fundação desde a nossa chegada. Aprovamos, em 2014, um investimento estruturado da empresa Carlyle, norte-americana, que, pelo seu renome, pela sua reputação, inclusive no Brasil, deu-nos segurança quanto à conveniência desse investimento, que foi em torno de 80 milhões de reais, e que nos tem apresentado resultados aparentemente satisfatórios até o momento. Mas também recusamos três propostas de aquisição de papéis privados. Todas elas foram rejeitadas neste ano de 2015. A aquisição de papéis das empresas: BRMalls; Paranapanema; Duke Energy, geração de energia, situada em São Paulo. E, por último, papéis de debêntures lançados pela própria Invepar, investida nossa. Todos esses investimentos foram aprovados com voto de minerva. No caso da Invepar, inclusive, com a anuência por alçada do Conselho Deliberativo e também com a manifestação contrária do Comitê de Investimentos da Fundação. Então, esse critério, essa diligência, esse rigor, ela sofreu, a nosso ver, um forte incremento desde a nossa chegada, pelos riscos inerentes a este tipo de negócio, conforme já demonstrado aqui. E entendemos que



a FUNCEF, especialmente com seus planos maduros, deve perseguir a oportunidade de investimento que traga segurança, rentabilidade e liquidez. É o trinômio que todo gestor de investimento deve perseguir.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, apenas para saber, se me permite fora de hora. A Invepar está cumprindo a meta atuarial?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - A Invepar é uma das empresas — agradeço a pergunta da Deputada Erika — que alcança outro aspecto que o Deputado Marcus Pestana nos trouxe. Os principais investimentos da FUNCEF, dentre eles a Invepar, eles têm a sua precificação de balanço feita por meio de laudo de avaliação econômica. No Brasil, a Lei das S.A. estabelece que, quando uma empresa tem uma subordinada sua, seja controlada ou investida, obrigatoriamente a empresa controladora precisa registrar em balanço esta proporção de investimento numa controlada ou numa investida pelo valor de equivalência patrimonial. Os fundos de pensão não são obrigados a acompanhar este preceito, apesar de a contabilidade ter, por princípio, a prudência e o conservadorismo como sua premissa. A Invepar, hoje, está precificada na FUNCEF a 2 bilhões e 800 milhões de reais, em números de 2014, que é o último número disponível. Nós investimos 1 bilhão e 200 milhões de reais antes dessa operação de debêntures, que eu falei recentemente, o que elevou a nossa participação a 1 bilhão e quase 600 milhões de reais. Então, há uma diferença entre o valor investido e o valor contábil de 1 bilhão e 200 milhões de reais. Mas eu pondero, Deputada, que esse preço, no qual nós precificamos, ele é um preço estipulado por meio de laudo de avaliação econômica, que nada mais é do que estimar o valor atual baseado em projeções futuras de crescimento, de faturamento, de rentabilidade. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Superestimado.

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Então, eu tenho o risco, Deputada, de que esse investimento tenha um sobrepreço. No caso da Invepar, poderia ser da ordem de 1 bilhão e 200 milhões de reais. Eu tenho o risco. Eu não tenho a certeza de que este valor estimado, hoje, de fato, vai se concretizar na hora em que eu tiver que dispor dele para pagar benefícios. Então, essa nossa preocupação hoje não é...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Mas hoje, com o valor do laudo,...



**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUSA** - Essa nossa preocupação hoje...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Com o valor do laudo...

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUSA** - ...não é restrita à Invepar, infelizmente.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Foi a discussão...

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUSA** - Foi o que aconteceu com a Vale do Rio Doce, como o Max bem exemplificou aqui, na sua introdução.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O que aconteceu foi uma negociação para privatizar a Vale, em que a FUNCEF não pode nem dispor das ações ou vendê-las até 2017. Trata-se de um caso meio apartado, eu diria, e também conjuntural, porque penso que a Vale do Rio Doce vai se recuperar. Mas ela foi responsabilidade do Governo Fernando Henrique Cardoso, que obrigou os fundos...

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Presidente... *(Manifestação no plenário.)*

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, só me assegure a palavra.

Foi, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Está assegurada a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Aconteceu em 1997, assegurado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Todos nós sabemos disso. Então, nós não vamos aqui ficar utilizando isso.

Mas, do ponto de vista da Invepar, do ponto de vista dos laudos, o senhor pode supor, ou achar, ou desconfiar de que há um sobrepreço. Mas, isso aí não nos cabe supor, ou achar, enfim. Do ponto de vista dos laudos que são aportados hoje, nós não temos um prejuízo. Por outro lado, Guarulhos, por exemplo, é um empreendimento que deu resultados num prazo muito curto.

Portanto, eu queria dizer que nós não podemos ficar aqui... Eu até acho que temos que pegar todos os FIPs e todos os investimentos e ver como é que podemos aprimorar a governança. Estou absolutamente de acordo com isso. Nós, inclusive, já temos o compromisso do encaminhamento de todos os FIPs, para que nós possamos avaliar e fazer proposições.



**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Presidente...

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUSA** - Só um esclarecimento, Deputada, para informar que a Invepar divulgou, em outubro, me parece, esse relatório anual de 3º trimestre, onde, infelizmente, ela aponta que o investimento na sua controlada, que é o Aeroporto de Guarulhos, teve um prejuízo de 980 milhões de reais. Então, nós temos grande receio de que a projeção estabelecida para o preço de Invepar, que é uma projeção futura, não se concretize efetivamente na sua plenitude, por conta de todos os desafios que todo o projeto de infraestrutura no Brasil sofre, desde o planejamento até a sua execução efetiva. Então, nós temos esse receio e temos debatido, sistematicamente, na Diretoria, quanto à necessidade da redução da FUNCEF, de exposição nesses segmentos, conforme nós já tivemos oportunidade de debater aqui.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, só solicitaria uma informação oficial da FUNCEF, porque a informação que nós temos dá conta de que Guarulhos já deu retorno para a própria instituição. E esses são fundos de prazo largo de maturação, o que é natural, porque a aplicação também tem prazo largo de maturação. Gostaria que isso fosse solicitado formalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Solicitadas formalmente informações sobre o que houve de retorno em Guarulhos.

Então, eu gostaria que o senhor anotasse e depois informasse à CPI o que já houve de retorno em Guarulhos, até porque há uma série de dúvidas que precisam ser também clareadas. Se houve retorno e qual é a perspectiva.

Pois não. O senhor pode continuar.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Presidente, permite-me? Só gostaria de chamar a atenção...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Sr. Délvio...

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Obrigado. Só gostaria de chamar a atenção para a importância desses laudos, do que está sendo discutido — laudo de Invepar, de Sete Brasil, etc. A questão principal desses laudos é que nós utilizamos esses laudos, na história da FUNCEF, para pagar aumentos de benefícios aos nossos participantes, por meio do FRB, que eu mencionei na minha apresentação. O que foi esse FRB? Foi uma tentativa da FUNCEF de corrigir uma



tremenda injustiça do passado, quando os nossos participantes aposentados ficaram uma década sem qualquer reajuste. Isso provocou uma defasagem de quase 40%, 50%, e olhe lá. Acontece que esse é um custo que deveria ser, no nosso entendimento, bancado pela patrocinadora, e nós estamos bancado isso. E o que nós fizemos? Nós utilizamos o laudo da Vale, que nos gerou um grande resultado positivo, e passamos isso para os benefícios dos nossos aposentados — mais uma vez, era necessário, mas não com o nosso dinheiro —, só que era um laudo que, ao longo do tempo, mostrou-se, não digo fantasioso, mas, como já foi falado aqui, talvez, superestimado, por causa da forma como ele era feito. E hoje nós pagamos o preço disso. O que nós demos de reajuste no passado, agora vamos ter que tirar de volta, por conta do equacionamento. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Muito bem. Agora passamos às perguntas e aos questionamentos do Deputado Rocha.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente, não tenho como iniciar não dizendo que esta audiência de hoje foi bastante esclarecedora, sob vários aspectos. Eu queria aqui... Acho que nós vamos ter que focar nesses laudos, porque esses laudos superestimaram as ações da Vale — isso ficou claro nos balanços que foram mostrados aqui — para maquiar o balanço da FUNCEF, criando uma realidade que não existia.

Eu tenho duas perguntas para fazer, mas, antes, eu queria fazer aqui também um comentário.

Ontem eu vi aqui vários questionamentos à sua pessoa por conta de uma ação judicial. V.Sa. não teve sucesso na primeira e está recorrendo. Ontem, esta Casa — e, aí, eu tenho que retornar a alguns meses atrás, quando a Presidenta Dilma Rousseff foi condenada pelo Tribunal de Contas da União — esta Casa, ontem, mudou a estimativa de meta, o que seria mais uma pedalada, o que seria, não, o que é mais uma pedalada, uma mudança da ordem de 55 bilhões positivos para 120 bilhões negativos. Na tentativa de se isentar do déficit que ela gerou, que o seu Governo gerou, a Presidenta Dilma Rousseff mudou a lei. É bom que se diga — sou Bacharel em Direito — que essa mudança, ou pelo menos a retroatividade da lei, para beneficiar o criminoso, só é admitida na esfera penal, salvo engano. Isso vai ser questionado. Mas seria bom que todo mundo tivesse o privilégio de mudar a lei



para se isentar das responsabilidades criminais, das responsabilidades civis. Seria muito interessante! O certo é que, neste caso, quem vai pagar a conta somos nós brasileiros. (*Palmas.*) Então, V.Sa., acredito, vai usar os mecanismos que a Justiça dispõe, sem esse mecanismo que a Presidenta Dilma usou, e, aí, vai fazer sua defesa.

Mas eu queria aqui, Sr. Presidente, saber dos depoentes, na condição de diretores eleitos pela FUNCEF, como eles veem a inexistência da necessária e obrigatória Reserva de Contingência no percentual de 25% da Reserva Matemática, haja vista os sete resultados superavitários após o advento da Lei Complementar nº 109. Existe essa previsão na Lei Complementar. Não foi feito!

E uma última pergunta — não quero aqui me alongar nem me estender — ainda nessa mesma área. Sobre os superávits de 2003, 2004 e 2005, os quais, de acordo com os balanços respectivos, não foram destinados em nenhum percentual à Reserva de Contingência, nem à Reserva Especial, tendo em vista que não havia exigências regulamentares de outra ordem. O que os senhores da Diretoria da FUNCEF têm a dizer sobre esses valores respectivos?

Eram essas as perguntas. E, mais uma vez, Sr. Presidente, queria aqui dizer que esta audiência hoje da CPI foi bastante esclarecedora: as ligações, o que aconteceu. E nós temos que focar nesses laudos, não só no caso da Invepar, mas em todos os outros casos — pelo menos foi o que eu ouvi aqui — que causaram prejuízos à FUNCEF, eles decorreram desses laudos fantasiosos feitos por alguém com o interesse, na verdade, de surrupiar recursos da entidade.

Eu queria agradecer e passar as perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - O senhor tem alguma resposta para oferecer em função das perguntas do Deputado Rocha?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Concedo a palavra ao Dr. Délvio, para responder aos questionamentos do Deputado Rocha.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - A questão da Reserva de Contingência é uma previsão legal. Nós temos que fazer um resultado positivo do superávit do Fundo de Pensão. Ele é transferido para uma conta de Reserva de Contingência, até o limite de 25%, e, a partir daí, ele passa para Reserva Especial,



quando, então, ele pode ser distribuído aos participantes sob a forma de um benefício temporário, como foi utilizado na PREVI, ou como redutor de custeio. A FUNCEF, em 2003, 2004 e 2005, como eu já disse na minha apresentação inicial, ela estava sob a influência de um acordo que foi feito com a Caixa, para pagamento da dívida existente desde 1977. Esse acordo, só relembrando, a Caixa pagou 2,7 bilhões, mas condicionou esse pagamento a fazer reajustes nos planos de benefício da FUNCEF e obrigou que o valor desse aporte feito pela Caixa fosse transferido para uma conta de fundo de ajuste para o futuro do plano. Com isso, conseqüentemente, esse valor não foi levado a resultado da FUNCEF. Ele não foi contabilizado como resultado da FUNCEF e, conseqüentemente, não foi levado para a Reserva de Contingência.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Então, não foi obedecido o que está previsto na Lei Complementar nº 109?

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Entendo que, no momento, não. Naquele momento, não. Existe um parecer do jurídico da FUNCEF feito anteriormente a isso, 2002, em que colocava claramente que todo superávit deveria ser passado para a Reserva de Contingência. E isso não foi observado, tanto com o dinheiro recebido da Caixa, naquele momento, quanto com os resultados de 2003, 2004, e 2005. Esse dinheiro foi passado para esse fundo de ajuste e utilizado no saldamento em 2006 e, posteriormente, nas reaberturas em 2008 e 2010. Temos notícia também de um outro parecer jurídico, mas não tivemos acesso ainda, não conseguimos encontrar dentro da FUNCEF, que daria respaldo a isso. Aí, como o senhor é Bacharel em Direito, como o senhor acabou de dizer, é uma disputa de pontos de vista, que um terceiro deveria se posicionar de um lado ou de outro.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Um parecer contrariando a legislação...

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - ...uma lei complementar!

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - No meu entendimento — também sou formado em Direito —, no meu entendimento pessoal também.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Deputado, a lei complementar só está abaixo da Constituição Federal. Então, não tem parecer nenhum que se sobreponha a ela.  
(Pausa.)



Sr. Presidente, eu queria fazer então uma solicitação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Pois não, Deputado Rocha.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Queria que fizéssemos à FUNCEF a solicitação desse parecer que contraria a legislação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - O senhor tem esse parecer lá?

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Desse que contraria temos notícia, mas não o encontramos até agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Mas como é que fizeram algo cujo parecer diz como fazer, mas não existe o parecer que manda que faça?

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Não existe um laudo falando para fazer aquele fundo. O que acontece? O fundo previdencial é criado por orientação do atuário responsável pelo plano. No demonstrativo de resultados atuariais de 2003 consta a manifestação do atuário, falando que foi criado o fundo para fazer ajustes de futuros, e conforme acordo feito com a Caixa. Nesse momento, ele não claramente mostrou a origem dos recursos. Posteriormente, em 2005, quando ele se manifestou novamente sobre esse fundo, ali claramente ele colocou que esse fundo foi criado com o dinheiro pago da dívida, que seriam os 2 bilhões e 700, mas não menciona os resultados. É essa a posição que nós temos até agora.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Isso quer dizer que...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Qual é a preferência aqui?

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Vou concluir, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Ele está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - É bom saber quem foi o atuário, mas, mais do que isso, a constatação de que os participantes são solidários no prejuízo, mas, quando se tem lucro, fica com a FUNCEF e com a Caixa.

É a constatação que eu faço.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, se me permite, ...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - ...eu faria uma sugestão: que solicitássemos à Direção da FUNCEF que fosse emitido esse (*ininteligível*) Porque, é verdade, o que se está discutindo aqui foi o recurso utilizado para recompor as aposentadorias. E as aposentadorias eram aviltadas. Todos nós sabemos disso! O senhor mesmo reconhece que ela deveria ser recomposta.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Então, veja, esse recurso foi utilizado para recompor aposentadorias que estavam praticamente congeladas há 8 anos. A situação que os aposentados e as aposentadas da Caixa vivenciavam era de profunda miséria. Então, é importante que nós possamos ver qual foi o embasamento legal, que solicitemos isso à FUNCEF. Mas quero deixar claro que esses recursos foram para tirar o limite de idade, que era uma reivindicação antiga dos empregados, e também para poder mudar a tábua de mortalidade. Portanto, apenas para que nós possamos trabalhar de forma mais concreta com relação a essa discussão, solicitamos que esse parecer que o senhor não consegue encontrar seja remetido para a CPI.

Com relação à Invepar, quero apenas dizer que confio muito no Max. É a sua Diretoria que faz a avaliação, não é? Quem conduziu o processo de reavaliação da Invepar, que foi questionado aqui, foi a sua Diretoria. Quem contratou a empresa, inclusive, para elaborar o laudo da Invepar também foi a sua Diretoria. Eu confio muito. Max, eu confio na sua honestidade, sobretudo. Então, eu tenho absoluta certeza de que, se houve problema, não foi um problema pautado em qualquer coisa. Até me parece que, em 2014 e 2015, quem encaminhou essa reavaliação para a Diretoria foi a sua Diretoria. Eu confio na sua Diretoria e digo que a FUNCEF deve muito ao seu trabalho, não só o seu, mas o de outras pessoas, outros auditores. Não lembro quando foi, acho que na década de 1990...

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Na década de 1990 e na década seguinte.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Na década de 1990 e na de 2000 foi feita uma auditoria perfeita, mostrando a qualidade dos auditores da Caixa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Está bem.



**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente, quero concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Para concluir, então, tem a palavra o Deputado Rocha.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - O que nós vimos é grave. É o descumprimento da legislação, por conta de um parecer que não existe, ou que está escondido. É muito grave isso, é muito grave isso.

Sr. Presidente, nós temos o episódio das salas aqui do DF. Eu queria que, se fosse possível, se explicitasse como se deu essa alienação desses bens que eram da FUNCEF.

E uma última pergunta, só para finalizar mesmo. Qual é a relação do Presidente do Partido dos Trabalhadores aqui do DF, Sr. Roberto Policarpo, com a FUNCEF? Ele é funcionário? Ele é servidor? Ele ocupa algum cargo? É só isso, só para finalizar. E já agradeço.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Ele trabalha com o...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Quem responde? Alguém responde a isso?

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - V.Exa. está falando das alienações das salas da OAB?

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Das salas da OAB aqui do Distrito Federal. São sete salas que foram vendidas. Se foi aberto ao público, se não foi, e qual a relação do comprador com a FUNCEF.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - O.k. Da alienação das salas da OAB eu vou dizer, porque ela envolveu a minha Diretoria. Envolveu em que sentido? Por que, por norma da FUNCEF, todos os contratos da FUNCEF têm que ser assinados por dois diretores. Esses dois diretores já são pré-definidos por uma portaria assinada pelo Presidente. E se definiu como dupla, no caso de contratos da área de participações, que eles sejam assinados pelo Diretor de Participações e pelo Diretor de Benefícios. No início desse ano, recebi um contrato para assinar de alienação das oito lojas do Edifício OAB. Recebi em março, se não me engano. Esse contrato desde o início me chamou a atenção, por alguns motivos. Primeiro, porque



a empresa que estava comprando as lojas, as salas, desculpe, pertencia ao Sr. Júlio Neves de Carvalho, que já havia sido gerente na FUNCEF na área imobiliária. Depois dali, ele saiu e montou uma empresa em que ele está hoje, chamada PAR Facilities. Outra coisa que me chamou a atenção foi que o laudo de avaliação dessas salas tinha exatamente 179 dias de validade, na data de assinatura, na data aposta no contrato. Daí, eu me vali um pouco da experiência de 20 anos de auditoria na Caixa Econômica. Toda vez que aparece uma operação exatamente no limite de validade de algum documento, isso nos chama muito a atenção. Aí, eu entrei em contato com o Diretor Carlos Borges, da área de participações, que era o responsável pela venda, e pedi a ele que revisse aquele contrato, ou que fizesse pelo menos uma nova avaliação. Ele concordou que se precisava de transparência nos negócios da FUNCEF, não criou nenhum obstáculo e contratou uma nova avaliação. Essa avaliação foi trazida para mim em maio ou junho — não lembro a data certa — e corroborava os dados daquele laudo anterior. O laudo anterior tinha alguns pontos que já tinham chamado... Eu não sou formado em Engenharia, mas um pouco de bom senso é bom nessas horas. Aquilo me chamou atenção, porque os dados coletados perfaziam um período de quase 5 anos, os dados coletados para fazer a avaliação. Aquilo eu achei estranho. Então, contratei uma engenheira aposentada da Caixa, especializada em avaliação de imóveis, que é instrutora de avaliação, para que ela não fizesse um novo laudo, mas para que ela verificasse se aquele laudo apresentado estava correto. Ela, imediatamente, no dia seguinte, já falou assim: *“Délvio, eu nem preciso ver o resto, eu já te falo. A primeira coisa estranha — realmente, você tem razão — é que está muito dispersa a amostra”*. Outra coisa para a qual ela me chamou a atenção é que, mesmo com os anos dados do avaliador numa fórmula normal de avaliação, ela não encontrava o valor que o avaliador tinha colocado. O valor que ela encontrou estava 25% superior. Aí, diante daquilo, eu pedi para ela formalizar isso num parecer. Ela formalizou, eu levei à diretoria, para conhecimento da diretoria, falando que, naquelas condições, eu me recusava a assinar o contrato. O Diretor de Participações pediu vista da minha manifestação, levou para a área dele, apresentou, digamos, uma errata da empresa que fez a avaliação, concordando que realmente tinha errado na utilização daquilo lá. Mas, mesmo fazendo os consertos, não encontrava o valor que a engenheira que



eu contratei encontrava. Na avaliação dele, em vez de 25%, seria de 10%, de 11%, uma coisa assim. Novamente, levei aquele laudo para a engenheira que eu contratei, e ela falou assim: *“Olha, o que ele fez foi o seguinte. Ele concordou que realmente tinha errado, mas, ao invés de simplesmente corrigir o erro, ele, além disso, alterou outros parâmetros da fórmula de cálculo, de maneira a fazer um pequeno jeito no resultado final”*. Tanto que — ela apresentou —, de 50 valores possíveis que poderiam ser obtidos, ele utilizou o terceiro pior. Nem pegou uma média, pegou o terceiro pior para justificar aquele valor. Novamente, eu me recusei a assinar o contrato, levei para a diretoria. Aí, começou uma discussão, inclusive jurídica, porque o nosso jurídico se posicionou no sentido de que aquele negócio, apesar da ausência da minha assinatura, já estava concretizado, porque o comprador estava pagando, apesar dos nossos alertas, tanto da minha área como da área do Diretor Max, para que eles não recebessem os valores. E começou essa discussão. Eu, como bacharel em Direito, me insurgi contra isso, falei que era um absurdo, porque estatutariamente o poder de representação era do Presidente, ele poderia delegar. E ele delegou sob uma forma restrita: dois diretores assinaram. Isso por conta de uma necessidade de governança, para que a vontade de um diretor não obrigasse a FUNCEF. Pelo menos dois deveriam concordar, e isso não estava sendo observado. Diante do impasse, o Presidente Caser sugeriu que fosse contratada uma auditoria externa para verificar a regularidade daqueles laudos todos, para ver se realmente seria concretizada a venda formalmente. Essa contratação ficou a cargo da Presidência, e até agora não tivemos nenhum retorno relativo a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - E não foi contratado? Ou foi?

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Foi aberto ao público?

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Não. Nele não consta a minha assinatura.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Não, eu digo: foi aberta ao público essa alienação?

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Esses imóveis fazem parte de um plano de alienação de imóveis da FUNCEF. A FUNCEF está desenquadrada no



segmento de imóveis, ela pode investir apenas 8% e estar com 11%. Então, ano passado, a Diretoria de Participações conseguiu passar essa política de alienação em que houve uma flexibilização nos critérios, uma flexibilização nos procedimentos de alienação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Está bem.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - E consta que realmente... A única coisa que eu sei é que, desde que chegou a mim o processo anterior, da cotação de preço e tudo, não chegou à minha diretoria.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Ele ficou muito tempo.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Isso é muito grave, Presidente. Isso é muito grave.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Deputada Erika, para concluirmos esse...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - A mesma coisa, vai no mesmo sentido... Se V.Exa. me permite, vai no mesmo sentido do prédio de Florianópolis, que foi avaliado pela Caixa em 23 e foi comprado pela FUNCEF por mais de 40. Aliás, o contrário. Vai no mesmo sentido. Nós temos que ver esses laudos, quem faz esses laudos, porque está dando muito problema. (*Palmas na plateia.*)

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, o primeiro aspecto é que eu penso que nós deveríamos ampliar o percentual de 8%, porque, quando se tem a valorização dos imóveis, desenquadra-se.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - O imóvel é mais seguro.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - É, e se força o fundo a se desincompatibilizar do imóvel quando, em verdade, às vezes o imóvel... O imóvel é rentável. Ele é rentável, aumentou o seu valor, mas ele extrapola os 8%, e tem que se desfazer dele. Mas, a título de informação, porque eu andei investigando sobre isso, esses imóveis ficavam à disposição muito tempo, mais de 1 ano, para que houvesse algum tipo de comprador.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Perfeito.



Eu quero convidar novamente o Deputado Rocha para que assuma a Presidência porque eu quero ir à tribuna fazer também alguns questionamentos. Eu sei que nós estamos indo para o final...

Ou eu faço os questionamentos daqui? Posso fazer os questionamentos daqui?

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Pode fazer daqui, não tem problema.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não tem problema.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não tem problema? Então, Deputado Rocha, vou pedir uma gentileza. V.Exa. pode me ajudar, porque eu tenho algumas anotações que são importantes, para que eu possa fazer os questionamentos? Muito obrigado, agradeço a generosidade.

Quero cumprimentar cada um que está fazendo esta audiência pública, naturalmente os nossos colegas Deputados, e cada um daqueles que estão aqui dando as respostas.

O meu primeiro questionamento eu gostaria que fosse anotado, porque, na verdade, nós estamos assistindo a uma audiência que talvez seja a mais importante, porque são pessoas, são autoridades, dirigentes que estão dentro da FUNCEF, estão na ativa, têm a memória, conhecem o passado, vivem o presente e são aqueles que têm responsabilidade com o futuro.

Mais do que isso, Deputada Erika, como V.Exa. é da Caixa, eles estão tratando um pouco da sua vida também. Eu me sinto também como se estivessem tratando um pouco da minha vida, porque eu também sou da PREVI, eu sou também do sistema de previdência complementar. *(Palmas na plateia.)* Então, é importante.

Eu aqui fiz uma sondagem. Pelo que ouvi aqui, todos os três são funcionários da Caixa. É isso?

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Têm que ser. Têm que ser funcionário.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - É, todos os três são funcionários da Caixa. Mas o que me preocupou é que na PREVI, por exemplo... Eu não quero tirar a PREVI como modelo, mas ela está um pouquinho mais avançada,



eu acho que ela se aperfeiçoa. Na PREVI não há mais o voto de Minerva. (*Palmas na plateia.*) Ela tem lá as suas angústias, mas a PREVI não tem. Acho que no caso da Caixa nós vamos ter que, no final desta CPI, tomar uma providência no sentido de recomendar que a Caixa não tenha mais o voto de Minerva. Não é o fim do mundo o voto de Minerva, mas ele está se revelando problemático. Então, vamos fazer isso para matar de vez o voto de Minerva.

Outra questão é que, na PREVI... Não é que a PREVI seja santa, que não tenha lá seus problemas, suas angústias, mas aquilo que é bom deve servir de exemplo. Na FUNCEF, boa parte dos quadros — não da diretoria, mas dos quadros —, a imensa maioria, não é de participantes, não é isso? Não são funcionários da Caixa Econômica Federal. Ou seja, não são aqueles que na verdade são os donos do recurso do FUNCEF, não são. Terceirizaram, entregaram na mão de outros. (*Palmas na plateia.*)

Eu não estou aqui acusando esses que lá estão de prestar mau serviço. Não, longe disso. Mas eu uso a expressão aqui de que “o olho do dono engorda o boi”. Então, se há alguém que tem de cuidar mais do negócio é o dono do negócio. Então, é melhor que assim seja, amém: que os donos do negócio, os participantes do fundo, sejam os que vão gerir o fundo, fazer a gestão, fazer as recomendações, fazer os estudos, aperfeiçoamentos, enfim, toda essa realidade. Então, eu uso essa expressão para dizer que “o olho do dono engorda o boi”. É bom que sejam lá, a maioria, funcionários da Caixa. É isso que queremos. E acho que essa pode ser também uma recomendação da CPI para a Caixa se adequar.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Tem que ser. Tem que ser.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Então, são duas coisas que nós...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Todos os fundos de pensão. Todos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - É, e não só da Caixa. Naturalmente, todos os fundos de pensão. Eu acho que é uma prática que nós começamos a exercitar, porque cada um aí vai se sentir um pouco mais responsável...



**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Deputado Pompeo, se V.Exa. me permite, a CPI poderia elaborar um projeto de lei para assegurar a eliminação do voto de Minerva em todos os fundos. Isso sairia como resolução da CPI.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Perfeito. Eu acho que essa é uma anotação inclusive que o Relator depois vai ter que ter, esses apontamentos, mas eu me proponho a contribuir também.

Outra questão. Quanto aos conselheiros, eu senti aqui, estou vendo ao longo da CPI que nós temos conselheiros e conselheiros. Quer dizer, daqui a pouco, o conselheiro é conselheiro de uma empresa da qual ele entende pouco, quase nada. Aí, nós temos um conselheiro despreparado, que não poderá dar um bom conselho. Mais do que isso, não poderá representar bem a entidade a qual ele está aconselhando. Ele poderia ir lá, ter uma perspectiva... Conhecendo o negócio, ele poderia levar melhores informações e trazer de lá melhores informações também, para que a Caixa, para que o fundo de pensão, que é o investidor, saiba o que está acontecendo naquela empresa. Ele tem que ser alguém que está lá olhando, com o olhar de fora, do ponto de vista do investidor. E o investidor é a FUNCEF, o investidor é a PREVI, o investidor é a PETROS e o POSTALIS. Ele tem que ir lá e não passar para o lado da empresa. Ele tem que estar lá comprometido com o projeto da empresa, para que dê certo, mas com o olhar de fora, de quem tem a responsabilidade de representar aquele está lhe pagando, pagando a conta, investindo dinheiro na empresa.

Pelo que eu vi aqui, o que acontece? Aí eu entro naquilo que para mim é a questão principal, que é o FIPs. Eu vejo que aqueles que querem o investimento dos fundos vão lá e desenham uma maravilha; depois que desenham uma maravilha, fazem Power Point, não sei o que, não sei o que. Aí a pessoa acredita, aposta, vai lá, paga para ver, mas, quando vê, não é o que pagou, acaba comprando gato por lebre. Quando vai ver, a empresa não é tudo aquilo.

Isso me parece uma coisa que está acontecendo e que, no caso dos FIPs, aconteceu na Caixa. Parece que está acontecendo em outros fundos também, mas na Caixa está muito patente. Isso parece aquela história da pessoa que morreu e foi para o céu, mas disseram que ela tinha que experimentar o inferno. Ela desceu para o inferno, e lá era a coisa mais linda do mundo, era festa, era isso, era aquilo. Ficou



impressionada, encontrou os amigos, estava tudo de bom. Não achava que ia gostar do inferno, mas gostou. Depois, quando foi lá olhar o céu, viu que o céu era muito pacato, muito simples. Avisou lá: *“Olha, já que eu tenho que escolher, eu vou escolher o inferno”*. Disseram: *“Mas se tu escolhes o inferno, já sabes”*. *“Não, eu vou escolher”*. Desceu para o inferno, o elevador desapareceu. Chegou lá, e o inferno era outra coisa. O diabo estava com o tridente, era isso, era aquilo. Quando foi ver a realidade... Aí, perguntou para o diabo velho o que é que houve: *“Ontem havia uma festa aqui, hoje está tudo diferente”*. *“Não, é que ontem nós estávamos em campanha para captar mais adeptos, e hoje é a realidade”*. (Palmas na plateia.)

Então, eles montam esse cenário em que até o inferno fica bonito, até o inferno é bom. Isso vale para todos nós. Até o inferno é bom. Vale para todos nós. Aí, depois que capta o dinheiro, que pega o recurso, que leva o vivente, que convence o cidadão a fazer a escolha, o cara escolhe, aí vem a realidade do fogo do inferno. E é o que está acontecendo aqui com a Caixa.

Então, eu quero que o senhor anote aí, por favor, e me dê quantos dos FIPs, quais são os piores FIPs investidos, não é Deputada Erika Kokay?

Eu queria que ele declarasse aqui pelo nome. O senhor tem aí? Pelo menos uma meia dúzia deles, os principais FIPs, para que nós saibamos aqui, de forma transparente, quais são os tipos de investimentos desse fundo de investimento que deram errado? Errar é humano, mas permanecer no erro é burrice. Eles precisam saber que nós sabemos o que todo mundo precisa saber também.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Precisam saber que nós sabemos que todo mundo sabe.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu sei que tu sabes, tu sabes que eu sei, e eu sei que tu sabes o que eu estou sabendo. E agora todos nós sabemos e vamos contar para os outros, para que saibam também. Então, que nós possamos esclarecer essa questão.

Aliás, eu quero dizer que os conselheiros — esta é outra coisa que nós tínhamos que mudar aqui — tinham que ter curso de conselheiro, tinham que ter formação para ser conselheiros. Não deviam ser conselheiros porque são conselheiros.



**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Deputado, eu penso que nós deveríamos também elaborar uma proposição legislativa para haver critérios para ser conselheiro, senão se coloca qualquer um.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não estou falando dos diretores, que é uma situação diferente. Estou falando que não são só diretores que representam o fundo nos conselhos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Hoje, inclusive, há um nome próprio, que agora não me vem à cabeça, há uma espécie de curso de formação. Esses conselheiros recebem uma formação. *(Manifestação na plateia: Curso do IBGC.)*

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Curso do IBGC. Já vamos fazer uma propaganda do IBGC aqui, então. É um curso que qualifica o conselheiro para ele ter o olhar de conselheiro e para que ele seja conselheiro e não só o Antonio — porque havia o Antônio Conselheiro. Aqui, nós temos um Antonio também. Para que ele não seja só o Antonio Conselheiro, mas que seja um conselheiro de verdade, com quem nós possamos contar.

Outra questão. Sobre a participação na Sete Brasil, eu quero perguntar ao Sr. Antonio, que não é conselheiro, mas que é diretor, sobre essa questão da Sete Brasil.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Ele é conselheiro fiscal.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Ah, ele também é conselheiro da Sete Brasil. O que acontece? Nós temos dito aqui na CPI que a Sete Brasil virou uma “171”. Todo mundo tem consciência disso.

É verdade que o negócio parecia bom e era ruim? É como a coisa do inferno: pintaram uma coisa bonita, depois resultou no inferno. Só que agora que nós vimos que isso é o inferno... Do inferno, dizem que é difícil sair; da Sete Brasil tem como sair? Que saída para a questão da Sete Brasil podemos oferecer? Qual é a alternativa? O senhor saiu da diretoria. Isso eu já perguntei aqui ao Demóstenes. Ele não era mais diretor, então ele não sabia. Disse que teria que perguntar para a diretoria. Está aqui a diretoria. Eu quero perguntar para os três aqui como se sai da Sete Brasil? Como se sai desse atoleiro? Como nós nos livramos dessa bucha? Há



como recuperar esse dinheiro ou não? Tem que investir mais? O que temos que fazer? Nós sabemos que a Sete Brasil, uma empresa que nasceu de um dia para o outro, recebeu dinheiro dos fundos de pensão do Banco do Brasil, da PREVI, recebeu da PETROS e recebeu da FUNCEF.

Eu quero que o senhor observe que a PREVI investiu 180 milhões, não chegou a 200 milhões, na primeira chamada. A FUNCEF, não foi isso também? Investiu 200 milhões na primeira, não foi?

**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Trezentos e cinquenta.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Na primeira? Duzentos e cinquenta? Trezentos e cinquenta. Desculpe-me.

Aí veio uma segunda chamada, não foi?

A PREVI recuou, refugou, sentiu o mau cheiro no ar e refugou. O que a FUNCEF fez? Botou mais 1 bilhão. Isso é dinheiro a dar com pau. Ele não enxergou, não viu, não percebeu. Sabia e fez o que queria. Diante disso, qual é a saída? É muito dinheiro que está lá.

Então, eu gostaria que o senhor fizesse uma leitura sobre isso.

Sobre o voto de Minerva eu já falei.

Outra questão: teto de remuneração. Eu tenho batido muito isso aqui, Deputada Erika Kokay. E V.Exa., que é do ramo, pode nos ajudar também, que seja um trabalho da CPI. Os meus colegas do Banco do Brasil batem muito no tal de teto. É o teto que não tem teto. É o céu aberto, é o “céu de brigadeiro” nos fundos de pensão. No caso dos senhores também não há teto? Qual é o teto?

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Nossa remuneração é definida pela remuneração da Caixa. Os diretores recebem 85% da remuneração do Vice-Presidente da Caixa.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não é sobre isso que estou falando. Tenho o BD e o...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não, está se falando do teto dos proventos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Dos proventos. Não tem teto?

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Proventos.



**(Não identificado)** - Existem dois tipos de planos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, eu sei. Ou seja, é pelo plano, mas não tem teto. É isso?

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - É o teto para as aposentadorias.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Não. Esse projeto para aposentadoria, não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não existe?

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - No Plano BD, é determinado pela média dos salários da pessoa.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, sei.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - É a mesma coisa.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, é igual ao Banco do Brasil.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O que nós queremos é que haja um teto. Ou seja, podem ser as últimas remunerações, mas vamos combinar que se remunera por 3 anos e vai se ganhar por mais 20 anos. Paga-se por 3 anos sobre um determinado valor, depois se vai receber por 20 anos sobre esse valor. É claro que isso não fecha. Então, essa questão do teto... Tem de haver um teto. Como há um teto na função pública, que hoje é de 33 mil reais...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O teto que há é o da remuneração. Então, se tem o teto da remuneração, por que isso? É uma coisa a ser questionada. Se a pessoa ganha aquele valor, por que ela não pode se aposentar, se o plano dela permite isso, com aquele valor, como o servidor público?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não, não é servidor público.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu sei.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - No Banco do Brasil há gente recebendo 40 mil reais, 50 mil reais, 60 mil reais de salário por mês.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Presidente, eu queria volta um pouquinho à pergunta que V.Exa. fez sobre a questão do investimento na Sete Brasil. Fiquei sabendo que um dos membros da diretoria teria votado contrariamente, num primeiro momento, a esse investimento. Como se deu esse processo lá?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Quem votou?



**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Carlos Borges. Pelo menos é a informação que tenho.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Como se deu esse processo lá? Porque ultrapassava o limite de 1%.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim. Está bem.

Vou concluir, até para eu não espichar muito a conversa, aqui, e não cansá-los, até porque sabemos que nessas questões, nesses balanços tem muita maquiagem.

Tenho algumas perguntas para formalizar e para finalizar.

Vou ler três delas e gostaria que os senhores anotassem, para poderem responder objetivamente.

O ex-Diretor de Investimento da FUNCEF, Demóstenes Marques, em depoimento a esta CPI, afirmou que a retirada do limite de idade de 55 anos para se aposentar pela FUNCEF custou aproximadamente 3 bilhões e 700 milhões de reais, que, corrigidos, chegariam a 6 bilhões de reais até 2014.

A Deputada Erika Kokay falou aqui sobre isso. Disse que realmente estavam aviltadas as aposentadorias, que precisavam ser melhoradas.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Esse é o limite de idade, é outra coisa.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, perfeito.

Que no plano, saldado, foram aplicados reajustes acima da inflação, com 27,9 de ajuste real, que teve um custo atuarial em torno de 5,5 bilhões, o que, somado, dá algo em torno de 8 bilhões de reais até hoje.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Isso não dá, não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas que é saldado.

A pergunta é a seguinte: V.Sa. considera que essas medidas foram adequadas, considerando que a expectativa de vida dos brasileiros aumentou em 7 anos, de 1990 a 2010, e que vai aumentar em mais 8 anos, até 2050?

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - É que mudou a tábua.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim. Mudou a tábua.

É para termos uma leitura, porque isso aqui diz respeito ao futuro dos funcionários da Caixa Econômica Federal, os beneficiários.



Essas medidas beneficiaram a maioria dos participantes ou apenas um pequeno grupo em detrimento dos demais e da patrocinadora, ou seja, dos brasileiros que são os donos da Caixa, ao contribuírem para o déficit da FUNCEF?

Então, o pessoal aqui está misturando. A pergunta mistura um pouco a Caixa e um pouco a FUNCEF. Sendo dinheiro público, como está sendo esse tratamento?

Para concluir a pergunta. Essas medidas foram a causa do início da maquiagem dos balanços da FUNCEF, visando esconder o déficit, bem como dar maior exposição a risco, com o objetivo de obter maiores rendimentos? Isso resultou na maquiagem do balanço, que sabemos que há?

Essa é uma pergunta.

A segunda pergunta: a FUNCEF aplicou 198 milhões em 2009 e 2012 no FIP Multiner?

O FIP, desde o início, mostrava-se um investimento de alto risco, baseado muito mais em desejos dos seus organizadores do que em projetos reais, conforme se comprovou em pouco tempo.

Até hoje, a empresa alvo do FIP, a Multiner S.A., tem um prejuízo acumulado até 2005 de 1 bilhão e 27 milhões de reais. Apenas em 2015, até setembro, a empresa acumula um prejuízo de 53 milhões. Pelo método da equivalência patrimonial, o FIP inteiro valeria 160 milhões. No entanto, a administração do FIP informa um patrimônio de 1 bilhão e 260 milhões, ou seja, superestima, mostra algo que de fato, na realidade, não existe, existe só no papel. É aquele FIP papel, o balanço maquiado.

E aí eu pergunto: quanto está contabilizado hoje no patrimônio da FUNCEF e quanto deveria estar? Veja bem: quanto está e quanto deveria estar? O quanto é real e o quanto é fictício?

Isso é outra forma de, digamos assim, inflar e esconder déficit.

Outros fundos de pensão, que têm recursos nesse FIP, como é o caso do PETROS, fazem o mesmo, pelo seu conhecimento? Quem ganha e quem perde com essa maquiagem contábil? A Plane Administradora, a gestora do fundo, ganha com isso?

Então, são essas duas perguntas, que foram distribuídas. Agora, tenho uma última pergunta que, na verdade, a Mesa recebeu. Eu quero aqui oferecer essa



contribuição, porque é importante. Dessas aqui, nós tínhamos a leitura, por conta de todo o debate aqui feito. Mas agora nós recebemos uma pergunta aqui na Mesa.

A pergunta é a seguinte. Até 2008, a FUNCEF precificava as ações da Vale pela cotação em bolsa, como o mercado faz para todo mundo. Em 2009, resolveu adotar a metodologia Fluxo de Caixa Descontado, considerada inadequada pela PREVIC por descolar o preço da ação do real valor de mercado. Ou seja, o que é ação no mercado é uma coisa, e o que é perspectiva é outra. Produz, então, resultados positivos maquiados — que passam a encobrir prejuízos com investimentos duvidosos —, credibilidade e legalidade. A partir de 2012, a FUNCEF atribui somente à conjuntura econômica mundial — aquelas questões que houve na China, com *commodities* — a desvalorização das ações da Vale e imputa aos participantes e responsabilidade total pela cobertura do déficit gerado, quando de fato estão trazendo os preços das ações à realidade e desfazendo a bolha que criaram. Ou seja, estimou-se uma lucratividade muito grande por conta das ações da Vale. Agora que as ações da Vale baixaram, o pessoal alega prejuízo por conta da baixa das ações, mas na verdade havia uma bolha de supervalorização como forma contábil.

A até são apresentados valores aqui. Valor de mercado: 27, quando contabilizavam 44; 55, quando contabilizavam 73; 39, quando contabilizavam 82. Quando era 42 no mercado, contabilizavam com 74; quando chegou a 35, contabilizavam com 66. Então, havia uma contabilidade superior àquilo que valia, e isso aparecia como lucro na FUNCEF. Parecia que era rentável, parecia que tinha patrimônio, parecia que tinha ativo, o que, na verdade, era só uma bolha, era vento. Era só vento.

E aí, então, vêm as duas perguntas. E eu encerro.

A FUNCEF declara que fator importante para o resultado deficitário é o desempenho das ações da Vale. Segundo o relatório da PREVIC, a metodologia adotada pela FUNCEF para contabilização do valor de sua participação indireta na Vale estava equivocada em seis vezes o valor real. Isso foi dito pela PREVIC. O ajuste dessa precificação trouxe resultados negativos? Não é esse o principal motivo do resultado negativo da Vale na carteira?



A segunda pergunta. Observa-se que durante o período em que a FUNCEF apresentou superávit o desempenho dos investimentos era abaixo da taxa necessária — 6% ao ano, mais INPC —, de janeiro a novembro. Com a reavaliação da carteira da Vale e da carteira imobiliária, o resultado se inverte para positivo. Ou seja, sem a metodologia própria da FUNCEF para precificação da Vale e a reavaliação da carteira imobiliária, todos os investimentos tinham desempenhos inadequados.

O senhor concorda que seja feita uma perícia nas avaliações dos imóveis da Fundação, inclusive pela Associação dos Engenheiros da Caixa? Afinal, as avaliações da engenharia da Caixa são utilizadas para avaliação de imóveis em todo o País. Os senhores concordam com isso? Isso é necessário? Fazendo isso, nós teremos uma coisa mais adequada, mais equilibrada?

São esses os questionamentos. É bastante, mas o problema é grande, e as perguntas têm que ser grandes também.

Muito obrigado.

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Só me deem licença antes, um pouquinho. O Deputado Cleber Verde, que honrosamente foi meu Vice-Presidente na Comissão de Direitos Humanos, quando eu tive a honra de presidi-la, e é um Deputado renomado na Casa, está me dizendo aqui que nós temos a visita de Deputados e Senadores da América Latina e do Caribe. Eles nos dão a honra da sua visita. *(Palmas.)*

Quem mais? Pode declarar quem mais o acompanha aqui, Deputado Cleber Verde.

*(Pausa.)*

Eu vejo aqui a Deputada Rosangela Gomes, que é nossa colega na Comissão de Seguridade Social.

Sejam bem-vindos à Câmara dos Deputados, à nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, que trata de fundos de pensão, o que imagino que deva haver em seus países também. Nós estamos aqui a trabalho, e os senhores em visita. Ou seja: estamos trocando experiências.



Sejam bem-vindos ao nosso Parlamento e ao Brasil. Muito obrigado.  
(Palmas.)

Agora, concedo a palavra aos senhores, para responderem aos questionamentos. O Sr. Délvio começará.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Se V.Exa. me permite, nós vamos dividir um pouco essas perguntas. Já foi falado que nós já conversamos bastante sobre a questão do voto de Minerva. Parece que é consenso que há uma necessidade de se alterar a legislação. Nós entendemos que, antes mesmo de alterar a legislação, nós temos um espaço dentro da FUNCEF, que é eliminar o voto de Minerva na Diretoria Executiva, porque na Diretoria Executiva não é questão legal, é uma questão estatutária. Então, há um espaço para se fazer isso. Sei que na última campanha salarial isso foi um assunto que foi discutido com a Caixa, mas até agora a Caixa não se posicionou favoravelmente a isso. Nosso entendimento é de que é possível fazer, e vamos fazer o mais rápido possível essa mudança, porque a ausência do voto de Minerva, além de colocar as coisas mais equilibradas entre eleitos e indicados, em nosso entendimento, qualifica o debate. Porque uma coisa é você debater sabendo que, em caso de você não ganhar, de empatar, você tem a força de impor a sua vontade. Outra coisa é você saber que você precisa, de qualquer maneira, convencer pelo menos uma pessoa que é contra a votar do seu jeito. Isso qualifica bastante o debate. É lógico que isso pode causar alguns problemas, até que pelo menos nós saibamos como tratar dos debates sem o voto de Minerva, mas é uma evolução necessária para FUNCEF. A FUNCEF, até hoje, tem 22 votos de Minerva registrados. Desses votos de Minerva, 13 foram dados em 13 anos, entre 2001 e 2014. Nove foram dados desde que nós entramos na FUNCEF. O que significa? Significa que, com a nossa entrada, nós apresentamos outro modo de discussão, outro ponto de vista, que anteriormente não havia. Até pelo de diretores eleitos e diretores indicados pertencerem ao mesmo grupo político — e, nesse caso, eu menciono, inclusive, sindical —, isso não era necessário com o uso que está sendo feito agora. E esse uso desses nove casos mostra que realmente, nesse 1 ano e meio que nós estamos lá, as coisas que nós somos contra estão tentando passar por cima da vontade dos eleitos. E é uma coisa que nós temos que trabalhar. Nós temos que melhorar esse debate para que esse



voto de minerva, primeiro, ele acabe. Segundo: se não acabar, que ele seja usado talvez na frequência que foi usado na fase até 2014, no máximo até um por ano, quem sabe. Mas é muito importante nós acabarmos. Concordo... A questão dos conselheiros é uma questão bastante interessante. Como o ilustre Deputado falou, o olho do dono é que engorda o gado. E isso é uma verdade que a gente tem que respeitar. A presença dos conselheiros da FUNCEF nas empresas investidas é extremamente importante para qualificar o debate, qualificar as decisões internas da FUNCEF. Mas, concordo, a gente tem que qualificar esses conselheiros. Nós temos que ter formas de acompanhamento real do que acontece e nós temos que ainda solucionar uma questão bastante interessante: a questão de conflito de interesses. Por quê? Há situações em que nós aqui, como diretores... Qualquer um dos seis diretores ou mesmo conselheiros do conselho deliberativo que participam dessas empresas, eles deveriam ser obrigados legalmente a não participar de nenhuma votação, dentro do fundo de pensão, que envolva aquelas empresas, porque, no nosso entendimento, há um conflito evidente nisso. Ele está naquela empresa, recebe por aquela empresa como conselheiro administrativo ou fiscal, vem para a FUNCEF e apresenta uma proposta, digamos, de aumento de capital naquela empresa. cremos — já nos manifestamos com relação a isso em reuniões de diretoria — que deve haver pelo menos a declaração do conflito de interesse, e o diretor envolvido naquela situação deve se abster de fazer qualquer votação a respeito. Teto de remuneração. Eu gostaria de mencionar, Deputado Pompeo, que o sistema de fundos de pensão, ele funciona com capitalização, ele funciona por meio de capitalização. Então, o que acontece? Eu não posso realmente pagar nenhum benefício se eu já não tiver a reserva constituída. Então, não seria o caso de talvez instituir esse teto, mas é que realmente todo benefício tem que ter essa reserva. Aí entra a questão que já foi falada, quando da minha apresentação inicial, do exigível contingencial, porque, às vezes, nós somos obrigados a pagar um benefício e não temos a reserva porque foi decorrente de uma ação judicial, e a Caixa não passou essa reserva para nós até o momento.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Se o senhor me permite... Apenas para dizer o seguinte: o que inquieta o Deputado Pompeo é o fato de você... São três anos na PREVI. Eu acho que são 36 meses, não é isso?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Trinta e seis meses.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Então, assim, a pessoa contribui a vida inteira, 20 anos, 27 anos com um pouquinho. Aí de repente ela ganha...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Com 3 mil reais por mês.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Com 3 mil reais. Aí ela vira vice-presidente. Aí, nos últimos 3 anos, ela contribui com tantos mil e ela sai aposentada pela média dos 3 anos. Na Caixa acontecia isso? Até as pessoas... Dois meses, não é? Doze. Assim, a inquietação dele é essa.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - A questão que eu acho... Exatamente. Nós temos que, para não...

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Eu queria pedir aqui à minha querida Deputada Erika, do meu coração, que anote todas as questões e faça um bloco, porque, senão, você fica num bate-bola e nem todo mundo participa.

Então, eu queria fazer esse apelo. Eu estou inscrito. Sou o seguinte. E, aí, também pedir ao Presidente, que eu sei que está muito aberto, e o debate está bom, que também faça um esforço de síntese, porque, senão, a gente não conclui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Está bem, está bem. Acato a recomendação. Tem razão V.Exa. Vamos tentar sintetizar a resposta e agilizar um pouquinho o processo. Nós temos mais um questionamento, e é importante que nós ouçamos o colega.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Então, com relação ao teto de remuneração, eu creio que é um bom debate. Eu acho que esta CPI vai ser um bom espaço pra debate dessa questão. E o importante é realmente preservar o equilíbrio do plano. Certo? Com relação a esses reajustes que foram dados, de 27%, como foi mencionado, eles se traduziram no fundo de revisão de benefícios, que eu já citei na minha apresentação. Foi um fundo criado, durante o processo de saldamento, para corrigir um passivo que nós tínhamos por conta de benefícios não corrigidos durante quase 10 anos, e, no nosso entendimento, como várias outras questões, ele decorre da política de pessoal da Caixa, e a FUNCEF está pagando. Isso tem um custo atual de aproximadamente 5 bilhões de reais, que realmente pesa no plano.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Ele beneficiou todo mundo? Todos os participantes?

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Ele beneficiou... Sim, os aposentados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Os aposentados. Mas a grande maioria foi beneficiada ou a totalidade?

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Sim, todos os aposentados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Todos.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Hoje, nós temos 40 mil aposentados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Perfeito.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Todos os aposentados foram beneficiados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Perfeito.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não todos os participantes.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Não todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Está bem.

Concluiu? (*Pausa.*)

Agora, quem inicia?

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Dr. Max.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Com relação à pergunta dos fundos, vou começar aqui pelo Multi, né, com valor contábil de 229 milhões e valor patrimonial de 31 milhões. Na sequência, citaria aí o FIP Enseada, Global Equity, Terra Viva, Magnesita — FIP MAG, GG, OAS. Tenho aqui inclusive alguns casos de resultados já configurados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Com prejuízo?

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Vou passar para o Augusto que eu tenho que ir ao banheiro. Desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Não tem problema. Isso aí é... Acho que tem banheiro aqui atrás.



**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Retomando aqui, a gente já mencionou, Deputado Pompeo, sobre o FIP Enseada, né, que já configurou a perda total aí. Mas nós temos notícias de FIPs que estão com redução do valor patrimonial de montante significativo, que são, como o Max estava mencionando: o FIP Terra Viva; o FIP Global Equity, de empreendimentos imobiliários em regiões próximas à sede de instalações da PETROBRAS; o FIP OAS Empreendimentos, que, dentre outros projetos, tem a recuperação e a renovação do Porto Maravilha, empreendimentos lá na região; o FIP Magnesita, de que já foi falado aqui, em que a FUNCEF, junto com a PETROS, fez investimento; o CRP VII — nós já fizemos apresentação sobre ele no começo do nosso debate; e o Governança Gestão, que foi um investimento feito no começo de 2004, me parece, por empresas, dentre as quais a Ediouro, né, e que teve esse desempenho insatisfatório, conforme já exposto aqui anteriormente. A respeito da pergunta do Deputado Paulo Rocha, sobre a questão da Sete Brasil, em 2012, quando houve a proposta de ampliação da participação da Sete Brasil, que era de 350 milhões, a proposta original da Diretoria de Participações era elevar de 350 milhões para algo em torno de 600 ou 700 milhões, ou seja, um acréscimo de 250 ou 300 milhões reais. E que... No debate suscitado dentro da Diretoria, entendeu-se que era oportuno fazer a manutenção da mesma proporção que a FUNCEF tinha originariamente, que era 19% do FIP, porque investir menos representaria uma redução, uma diluição da sua participação. Isso levou ao desfecho, conhecido, de aprovação do investimento adicional de 1 bilhão de reais, com o voto favorável do Diretor de Participações, o Sr. Carlos Borges. A respeito da questão da Vale, como já foi apresentado anteriormente pelo colega Max, em 2009 houve a mudança da metodologia de precificação desse investimento na FUNCEF, que até então era feito baseado na média dos valores de negociação, e volumes de negociação, feitos na Bolsa de Valores, das ações ON da Vale do Rio Doce. Então, apurava-se essa média e, com isso, arbitrava-se quanto... ou reproduzia-se isso nas demonstrações contábeis da Fundação no respectivo exercício. A partir de 2009, passou-se a fazer a estimativa de valor da Vale com base em laudos de fluxo de caixa descontado, que estabelecem as premissas futuras de rentabilidade, faturamento, crescimento, expansão de produção e de comercialização, que, como já debatemos aqui anteriormente, são sujeitos a uma



série de circunstâncias e riscos de alterações de cenário, como agora estamos vivenciando, que podem colocar por terra todas as expectativas que foram assumidas para a provação daquele determinado valor. Cabe ressaltar e enfatizar que essa discussão sobre o valor justo da Vale do Rio Doce já teve guarida na Diretoria da FUNCEF antes mesmo da nossa chegada, porque, em 2013 e em 2012, os diretores eleitos de então fizeram voto conjunto contrário à proposta oriunda da Diretoria de Participações, que é a responsável por apresentar o laudo de avaliação da Companhia Vale do Rio Doce, entendendo que era necessário, já naquele momento, a partir de 2012, reduzir o valor contábil estabelecido pela Vale do Rio Doce, em relação ao que tinha sido originariamente proposto pela Diretoria de Participações, e foram vencidos, tanto em 2012 quanto em 2013, pelo voto de minerva. Então, já poderia ter sido feita uma antecipação desse ajuste, que acabou acontecendo mais intensamente em 2014 — e imaginamos que aconteça novamente, de forma mais intensa, em 2015 — já em 2012, se não houvesse o voto de minerva, que manteve a Vale num preço já considerado, por metade da Diretoria da FUNCEF, como superestimado em relação a expectativas de crescimento e projeções econômicas no horizonte de médio prazo. Ah, sim, sobre a última questão da perícia imobiliária... Você quer tocar no assunto?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Eu peço um pouco mais de objetividade, sem prejudicar o conteúdo, para que a gente possa avançar. Ainda tem um Deputado inscrito. Mas isso sem prejudicar as informações que V.Sas. têm a passar para esta CPI.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Ele já falou dos FIPs na sequência. Está o.k. A questão da responsabilidade interna por quem faz a... acompanha, gerencia o processo de avaliação da carteira imobiliária hoje está com a DIPAR. Vale a mesma observação que já foi apresentada antes aqui relacionada a quem, por exemplo, coordena o processo político de investimento. Se eu sou o gestor da área, o gerente, o diretor responsável pela área que compra imóveis, pela área que gerencia esses imóveis, eu não posso ser o responsável também pela área que faz e coordena o processo de avaliação desses imóveis. Na nossa avaliação, isso tinha que estar fora da carteira da Diretoria de Participações. Esse é um debate que está sendo travado, interno, que a gente pretende evoluir, da mesma forma



como pretende evoluir o da política e investimento, para criar a segregação necessária para evitar esse conflito. Tá? Da (*ininteligível*) já falou, né? Ah, sim, sobre a questão do financiamento que eu apresentei no meu gráfico em verde — todos vocês recordam —, a questão ali básica é a seguinte: as mudanças, os reajustes implementados tiveram custos financeiros e custos atuariais. A questão é: quem vai pagar essa conta? À luz de que interesse esses ajustes foram implementados? Tá? Tem todo um debate antigo, né, e ele mantém-se vivo até hoje dentro da Fundação, que, se o desequilíbrio é provocado por uma questão meramente conjuntural, digamos, o valor da Vale, né, variou negativamente. E repito aqui, faço aspas: a Vale a gente comprou por 251 milhões, subiu para 9 e está com 5. Então, em termos gerais, ainda foi um bom investimento. A gente ainda está... Graças a ela, temos uma boa contribuição no somatório da carteira. Tá? Então, não dá pra condenar a Vale, como sendo a Geni, pelos efeitos, pela situação que a gente vive hoje. Teve uma queda recente de 39%, se não me engano, mas ela ainda está contribuindo robustamente nos resultados que a gente vê. A gente promoveu, naturalmente, um realinhamento, à medida do... momento em que a gente chegou. Mas, fechando os parênteses aí, voltando pra questão do financiamento, tem que se distinguir que, quando se processa ajustes estruturais nas relações contratuais originais, esses ajustes não podem ser tratados como o equilíbrio, a recomposição do equilíbrio, porque esses ajustes estruturais, que provocaram o custo, não podem ser tratados da mesma forma que desajustes ou desequilíbrios meramente conjunturais. Se o desequilíbrio provocado é estrutural, tem que entrar dinheiro novo, de fora — e não a solução que foi dada, de utilizar os 2,7 bilhões, que era já uma dívida anterior, lá de 77. Então, aqueles 2,7 estavam pagando uma dívida de 77. Se hoje eu estou implementando uma série de mudanças que vão aumentar o custeio estruturalmente, tá, eu não posso tirar... financiar o custeio dessas necessidades, desses novos compromissos que estou criando com os resultados do fundo. Estou tirando do bolso, do seu bolso pra te dar um presente. É óbvio. A coisa fica muito bem... muito clara nesse sentido. Então, desvalorização da Vale, avaliação de imóvel... A questão da avaliação dos imóveis me preocupa. Da mesma forma, a gente acompanhou esse *boom*, né, os imóveis valorizaram, agora a



tendência dos imóveis é desvalorizarem. Isso, naturalmente, vai repercutir na nossa carteira, assim como a Vale. Do Multi já foi falado. Passei alguma coisa, Deputado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Acredito que não, mas, se ficar, se tiver alguma, a gente pode retomar.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Tá o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Eu queria aqui já passar a palavra para o Deputado Assis Carvalho, para que ele faça as perguntas.

A palavra está com V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, eu tenho aqui acompanhado benevolmente este debate e acho que nós vamos tirar bons ensinamentos. Eu até acho que esta CPI, ela está ajudando bastante a gente a compreender a lógica do fundo de pensão.

Mas eu precisava, pelo menos para não ficarem aqui as perguntas sem resposta, informar que, na pergunta feita pelo Deputado Rocha... Roberto Policarpo foi Deputado Federal desta Casa na gestão anterior, é funcionário concursado do Judiciário e liberado legalmente, à luz da lei, para esta Casa, e é meu Chefe de Gabinete. Então, ele vai aos Ministérios, ele vai à FUNCEF, ele vai à PREVI; ele vai porque ele vai trabalhar, em função da missão que lhe foi confiada.

Eu iniciaria, aqui... Eu acho que o Deputado Pompeu fez um bom debate, o Deputado Rocha, todo mundo, mas que nós fizéssemos algumas reflexões desmontando um pouco o palanque eleitoral.

Primeiro, eu já fui gestor, fui gerente da Caixa Econômica Federal, sou da FUNCEF, sim, agora aposentado, já, me aposentei este ano; já fui Secretário de Estado da Saúde; fui presidente de Departamento de Trânsito; fui presidente de Companhia de Águas e Esgotos; e compreendo o papel do auditor, que tem um papel relevante na Constituição e no controle da gestão da coisa pública.

Muitas vezes, o gestor faz determinadas coisas com a melhor das intenções — quando o auditor vai lá, avalia que não era bem daquela forma. Aí, não adianta, como bem disseram com uma frase aí, não adianta ficar jogando pedra na Geni. Nem sempre as coisas são feitas com má intenção, como às vezes se passa a ideia, muito embora o auditor, pela sua própria formação, ele já chegue a tudo com um



grau de desconfiança, que é praticamente da sua formação. Mas é preciso ter muito cuidado, porque senão a gente começa a jogar pedra em todo mundo.

Eu posso lhes dizer que não votei nessa chapa, votei na outra. Fui derrotado. Faz parte da lógica da política. Agora, na hora em que vocês passaram a assumir, vocês são os meus diretores, e o meu papel é fortalecer os seus mandatos, porque vocês me representam lá. Na política é assim.

Não teve nenhum erro. O meu partido pediu: *“Vote em outra chapa”*. Partidos em que alguns daqui são filiados pediram para esta chapa. Não tem nenhum pecado. Isso faz parte da lógica democrática, que nós conquistamos com muita luta. Só para não ficar criminalizando, com aquelas perguntas meio forçadas: *“Você é de qual partido? Seu partido lhe ajudou?”*. Poxa, eu acho que, na democracia que nós construímos, isso não ajuda. Só pra gente poder aqui, logo, dar uma limpada nessa área.

E lhes dizer que eu acho que eu estou muito bem representado, em que pese não conhecê-los. Mas estou muito bem representado por vocês lá no fundo de pensão. Eu quero que o meu fundo de pensão seja bem protegido. Então, quero lhes dizer... bem claro. Sempre ouvi da Deputada Erika, que é minha grande amiga, que fala muito bem do Max... Não conhecia, mas, extensivo aos elogios dela, eu espero que eu esteja muito bem representado. Então, inicialmente, pra gente poder desmontar um pouco desse palanque...

Dito isso... Nós temos hoje um patrimônio ativo na FUNCEF da ordem de 56 bilhões de reais. Nós tínhamos, em 2002, 9,7 bilhões de reais. Eu acho engraçado que, quando a gente projeta esses números negativos, ninguém atribui, parece que foi, assim, uma força invisível, sabe, caiu das nuvens, não tem nada a ver com gestão. Agora, quando é negativo, a culpa é da gestão. Isso não é justo. Eu acho que nós temos que dividir a responsabilidade. Nós conseguimos ter um bom patrimônio na FUNCEF porque a gestão bem-sucedida de 2003 para cá melhorou os meus ativos, no fundo de pensão de que eu sou sócio e de todos vocês.

Então, a gente tem que dar os parabéns a quem fez uma boa gestão. E aqui são números. Contra números não há argumentos. Nós temos 56 bilhões. Eram 9,7 bilhões em 2002. Então, primeiro, vamos logo dizer que nós temos uma gestão que tem governança, representada aqui pelo Carlos Borges. A Oposição tem que fazer o



seu papel, mas eu acho que a Oposição responsável precisa reconhecer que nós temos governança, responsabilidade e que nós estamos diante de uma crise internacional. Aí, jogar nas costas de gestor isso e aquilo...

Aí, eu quero pedir emprestado ao Deputado Pompeo de Mattos a frase, durante as campanhas... da redação do céu e do inferno. É natural que... A chapa vai lá — *“Eu vou resolver, vocês arreventaram a FUNCEF”*. É do jogo político. Agora, depois não conseguem resolver, porque vocês sabem que não foi a gestão que arreventou a FUNCEF. É uma questão conjuntural. Mas eu não condeno vocês por terem vendido essa ilusão para quem votou em vocês. Vocês fizeram o jogo correto. Nós também faríamos. É assim mesmo, quando a gente está na luta política. Agora, depois que assumo, eu tenho que ter a responsabilidade de estabelecer a verdade: *“Companheirada, eu ganhei as eleições e tal, mas vocês vão ter que compreender que aquilo que a gente disse lá não depende da gente”*. Porque qualquer um que venha cinicamente a esta CPI dizer que as *commodities* lá da Vale, que dependem da compra do ferro lá da China, dependem de um diretor eleito do fundo de pensão... É muita falta de responsabilidade, sabe? Está mentindo para os 137 mil sócios. Isso não é justo. Isso tem preço no futuro. Então, primeiro, a gente dá aí uma “mediada” sobre essa situação.

Nós temos, em números, mais ou menos, em torno de 5,5 bilhões atribuídos aos problemas que a FUNCEF passa, de um crescimento de um ativo de 9,7 para 56 bilhões. Agorinha eu ouvi: *“Olha, a questão da Vale ajudou muito”*. É verdade. Ajudou a crescer, como também ajudou agora no prejuízo. É a mesma Geni que ajudou no crescimento. Foi a mesma que... Setenta por cento dos 5,5 bilhões, Deputado Rocha — e aqui foram apresentados os dados —, foram um problema da Vale, que foi uma relação, na época, que politicamente eu não acho que era bem aconselhável, porque tinha como finalidade pegar da FUNCEF para privatizar a custo de banana a Vale, né, do Governo tucano. Mas eu não estou nem entrando no mérito.

Eu estou lhe dizendo que agora, com as *commodities*, que independem de gestor A ou B, nós tivemos um prejuízo que... 70% dos 5,5 bilhões foram de um problema que não tem governança nem do diretor indicado, nem do diretor eleito. E a gente não deve mentir para os sócios... que esses problemas dependem do diretor



A ou diretor B. Vinte e cinco por cento dos 5,5 bilhões são um contencioso trabalhista, que foi uma das maiores vergonhas do Governo tucano. Eu era dirigente sindical. Já tinha saído da condição de gerente da Caixa Econômica e era dirigente sindical. Corri este País para poder salvar essa empresa que era para ser privatizada pelos tucanos.

E eles, para poder usar o modelo coronelista, Deputado Rocha, sabe o que os tucanos faziam, para criminalizar a nossa relação? Eles pegavam um gerente com um “tetozinho”, lá embaixo, e um valor extrateto, absurdo, que se ganhava bem, mas não havia o recolhimento devido. Está hoje o pagamento... Nós estamos pagando a conta.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Exatamente. Estamos pagando a conta. Isso é culpa da gestão vigente? É muita cara de pau alguém dizer que é culpa da gestão vigente uma situação trabalhista como essa, que vem da criminalidade do Governo tucano. E nós estamos pagando a conta agora. Eu acho até que está correto, a patrocinadora tinha até que pagar mesmo, não devia jogar isso nas nossas costas. Mas hoje está nas nossas costas. Como é que vamos criminalizar uma gestão por conta disso?

Então, eu acho que é preciso botar o pé no freio. Eu acho que a gente não pode jogar para a plateia dessa forma, porque isso deseduca essa juventude, deseduca as crianças, a gente ficar mentindo, aplaudindo esse tipo de situação. Eu acho que nós temos que ser mais responsáveis com a coisa pública, e ser responsável é restabelecer a verdade, doa a quem doer. E, nesse caso, nós temos que bater palmas para uma gestão que pegou um ativo de 9,7 bilhões e elevou para 56 bilhões. Eficiente, tem governança!

No entanto, dentro das coisas macros, aí nós temos realmente as coisas que, às vezes, não estão tão bem recomendáveis — e eu queria que vocês anotassem aqui alguns pontos, que é para não ficar respondendo, para não fazer bate-bola; depois a gente faz uma bateria de respostas.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - É um direito sagrado de um Deputado...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Não, eu estou...

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Você está assegurando? Eu só estou pedindo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Eu estou aqui, eles estão conversando um outro assunto lá, não tem nada a ver com a sua fala.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Tudo bem. Desculpe-me, desculpe-me, desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Estou dizendo, para ressaltar também, que a Mesa está sendo bastante tolerante.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Eu sei disso. Então, desculpe-me. Eu peço desculpas porque entendi mal.

Então, eu queria que fosse anotado.

Pós-eleição, vocês assumiram — já conheciam, porque, como auditores, têm até mais facilidade de ler: foi identificada e confirmada alguma irregularidade grave na FUNCEF nessa gestão, como dolo, roubo? Essas coisas têm que ser ditas à luz, porque uma coisa é discordar de um parecer aqui, de um parecer acolá, que essa aplicação foi bem feita. Agora, houve apropriação? Essas coisas têm que ser ditas com todas as letras, porque aqui vocês juraram, não é, falar a verdade, somente a verdade, e nós estamos aqui numa CPI, que se estabelece como um tribunal, e porque, se tiver, nós vamos ter que fazer a apuração devida. E tem que ser dito com todas as letras.

Concordar ou não concordar com o parecer é um olhar do auditor. A Lei nº 109, de 2001, no seu art. 20, diz o seguinte:

*“Art. 20. “O resultado superavitário dos planos de benefícios das entidades fechadas, ao final do exercício, satisfeitas as exigências regulamentares relativas aos mencionados planos, será destinado à constituição de reserva de contingência, para garantia de benefícios, até o limite de vinte e cinco por cento do valor das reservas matemáticas.”*

Ainda diz lá a Resolução, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar, nº 26, de 2008, no seu art. 5º:



*“Na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.*

*Parágrafo único. As regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais deverão constar da nota técnica atuarial, do parecer atuarial e das notas explicativas às demonstrações contábeis.”*

Bem registrado aqui, com a finalidade colocada pela Deputada Erika, que era para resolver um problema, mas está assegurado em lei. Pode até um ou outro auditor dizer: *“Olha, mas não é bem assim”*. É. Não houve nenhum crime nesse parecer, porque está aqui na lei. Então, vamos mudar a lei. Só para deixar bem claro. Em que pese... Pode ter discordância, é normal, porque pode ter um outro olhar. Mas aqui a lei está assegurada, portanto não houve nada de absurdo.

Dentre algumas questões, e aí eu retomo... Quando a gente vai lá e vende um produto e, quando chega, não consegue entregar, como bem colocou o Deputado Pompeo de Mattos, quando está em campanha... Eu vou aqui registrar um fato que eu li no documento de... Eu acessei essa informação, e eu queria que vocês me ajudassem a compreender, porque eu tenho dificuldade de compreender isso. Na chapa de V.Sa., havia um candidato ao Conselho Deliberativo que informou a sua residência — está lá publicado que residia em Recife, Pernambuco —, mas, quando assumiu o cargo de conselheiro, afirmou que não era em Pernambuco que ele residia, residia nos Estados Unidos, e vocês, integrantes da chapa, propuseram que a Fundação pagasse mensalmente a passagem de ida e volta desse conselheiro para os Estados Unidos. Eu quero saber se vocês confirmam essa informação e como foi resolvida essa questão, porque nós tivemos acesso a essas informações, estão inclusive aqui os documentos, e aí a gente tem que estabelecer a verdade, entre o que foi vendido na campanha e o que foi colocado depois.



Eu queria consultar aqui o Sr. Antonio Augusto — não sei se é verdade, mas pelo menos eu também acessei aqui na Internet e me surpreendeu — primeiro sobre se ele conhece a Sra. Ana Cláudia de Miranda. Depois poderia me responder.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Conhece? É sua irmã? É sua parente?

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - O.k. Essa pessoa, que eu não conheço, mas, com os dados que nós acessamos... Diz aqui que ela é sócia do Sr. Augusto Miranda na comunicação... nesta empresa de comunicação e *marketing* — Capital Comunicação & Marketing. O fato de ser sócia é normal. Nenhum problema. Qual é o problema? É que a lógica de você conduzir a coisa pública é a lógica da impessoalidade. Essa é uma lógica sagrada na Constituição. Mas aqui, pelo que me chegou, essa pessoa, ela consta como... ela foi contratada recentemente para o cargo de analista da FUNCEF, pelo menos é o que está colocado, embora ela continue... Ela consta como Coordenadora de Comunicação da empresa de comunicação e *marketing*, conforme os documentos que inclusive estão aqui, porque, se forem questionados, eu tenho que apresentar aqui as cópias. E eu... Pode até alguém dizer: "*Não, mas isso é legal, é não sei o quê*". Tem coisas que realmente podem ser ilegais; mas, se isso for verdade, é imoral.

O Sr. Augusto disse que esta pessoa, o Andrew Max Carlos, que foi indicado para o cargo de coordenador... de Coordenação de Tecnologia da Informação da FUNCEF... Ele confirma que é seu concunhado e que não caracteriza nepotismo. Tudo bem. Agora, eu não acredito que um funcionário da FUNCEF e da Caixa que tenham vergonha na cara batam palmas para uma imoralidade dessas, porque isso fere o princípio da impessoalidade. Mais do que isso, é imoral. Pode ser legal, mas é imoral.

Me passaram aqui, e até me surpreende, por mais... por pequeno que seja o cargo, que tem uma pessoa que trabalha lá, a Sra. Maria de Fátima Muniz...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Deputado, eu vou pedir que seja mais objetivo, para a gente...

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Estou fechando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Não deixe de fazer... mas seja mais objetivo.



**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Aí eu vou ter... Eu vou fazer o possível, o possível, mas já me inscrevi na condição de Líder, né, fechadas aqui as minhas perguntas. Eu vou dividir o meu tempo de Líder, para que eu possa concluir, porque eu sou da FUNCEF, funcionário da Caixa, não é, e acho que ninguém mais do que nós aqui temos todo esse interesse. Então... Eu estou aqui quase do início, ouvi todos benevolmente, pacientemente, então eu só quero o tratamento igualitário.

Então, a Maria de Fátima Muniz — eu perguntaria ao Sr. Augusto —, ela trabalhou de forma particular na sua casa? Anote isso, porque o senhor depois vai me responder, e que consta que ela hoje está contratada para o cargo de copeira.

Rodrigo Márcio Dantas de Mafra Lima. Chegou a informação de que era o seu motorista particular — agora, ficou mais fácil, para amenizar o encargo do bolso —, contratado para o cargo de motorista, pago pela FUNCEF. Eu vou verificar se isso é verdade. *“Ah, mas isso é legal.”* É imoral, porque tem um grupo de pessoas concursadas, trabalhando e tal. Mas é um processo para ser analisado.

E, por fim, Sr. Presidente, eu queria também... Para anotar aí, Sr. Max. Primeiro, se ele conhece o Sr. Ciro Cormack Junior. Chegou uma informação de que ele foi cedido pela Caixa para trabalhar com V.Sa., mas a FUNCEF solicitou a anulação da cessão. O que motivou o retorno do Sr. Ciro à Caixa? Qual foi o seu posicionamento no processo de anulação da cessão do Sr. Ciro? Gostaria de ter essa situação respondida.

E vou concluir. Tinha uma situação, que me chamou bastante a atenção, mas eu resolvi me aprofundar mais. Depois, talvez, vou encaminhar essa situação, porque não quero cometer nenhuma injustiça. Posso concluir reafirmando aqui, Sr. Antonio Augusto, que a situação manifestada por V.Sa. se caracterizou, sim, em uma posição que a primeira instância já reconheceu, vai ser na segunda e em tantas quantas, porque eu conheço o teor da situação e conheço a história de uma das pessoas honradas deste País que, infelizmente, tem que se criminalizar por uma questão partidária, porque não há nada que pese contra a sua história.

E o senhor já respondeu também sobre a questão do Comitê de Ética lá da Fundação, mas eu posso lhe dizer que, como sócio, me causa muito constrangimento ter uma pessoa — assim, um único caso, não se conhece essas



situações antes, porque queremos pessoas com conduta ilibada — respondendo processo na constituição de um dirigente do Comitê de Ética.

Eu não poderia deixar de fazer aqui esse registro e de dizer que me alegra muito, Deputado Rocha, parabenizando-o pela iniciativa. Eu acho que tudo aquilo que pudermos fazer para um bom debate, eu acho que está um debate bom, com muitas informações positivas, mas que saíamos desta CPI com uma grande contribuição não só para a FUNCEF, mas para todos os fundos de pensão, em que pese que a FUNCEF se apresenta com uma boa governança, que mostrou que cresceu pela eficiência de gestão, e eu acho que isso tem que ser aplaudido por todos os homens de bem que tenham vergonha na cara neste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Antes de passar a palavra aos depoentes, quero só fazer o registro de que — quem me acompanha sabe que eu nunca fugi do debate — eu não estou aqui fazendo a defesa do meu partido. Eu estou fazendo aqui a defesa do que é correto e do que deu prejuízo a muitas famílias. Depois entramos no mérito.

Então, aqui quero dizer e reafirmar que, enquanto estive na Mesa, sempre tive tolerância. V.Exa. usou um tempo, eu nem contei, mas foi muito além do que o da Deputada Erika Kokay.

Então, eu queria aqui passar...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Não, sem problema.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Deputado Rocha, eu estou dizendo que eu falei, eu contei aqui um tempo inferior ao de V.Exa. e ao do Deputado Pompeo. E eu só quero um tratamento igualitário, está certo? Então, sem nenhum problema sobre isso aqui, eu fico até à noite; agora, eu não vou abrir mão de dialogar sobre um fundo do qual sou sócio e de dizer dos prejuízos que são colocados na imprensa, e eu estabeleci aqui a origem e o senhor sabe quais são.

Agora, também, os ativos positivos passaram de 9,7 bilhões para 56 bilhões, isso ajudou obviamente a estruturar um fundo do qual sou sócio, e eu quero parabenizar a gestão de 2003 para cá, que chegou a um patamar tão bom quanto esse. Isso não pode deixar de ser registrado aqui nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Com a palavra os depoentes.



**O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** - Deputado Assis Carvalho, eu agradeço a oportunidade aqui das respostas, porque, infelizmente, no mundo atual, a Deputada Erika Kokay, como defensora da equidade de gênero, sabe muito bem, até pela sua atuação aqui nesta Casa, como é que as redes sociais hoje propiciam, dentre outras série de crimes, os crimes de calúnia, de difamação, de injúria, sob a ilusão de que podem se ocultar da mão da lei, da mão do Judiciário por meio de perfis falsos da Internet e outros elementos equivalentes para tentar com isso intimidar, manchar a honra, denegrir a imagem, entre outras hipóteses. Todas essas alegações, Deputado Assis Carvalho, que foram feitas sobre essas pessoas aqui mencionadas, são infundadas, são totalmente infundadas. Então, eu posso comprovar isso aqui à Casa, esses elementos todos, e com isso demonstrar que são feitas de forma a tão somente macular a honra e a imagem dessa pessoa que aqui está depondo. Com que objetivo eu não sei, mas sei que as medidas judiciais cabíveis serão por mim tomadas para assegurar que a devida responsabilização seja feita pelos recursos judiciais de que o nosso País dispõe, graças a Deus. Quanto à alegação aí sobre os processos da Comissão de Ética ou no Judiciário, eles podem ser interpretados — a meu ver, não de forma correta — como crimes de calúnia. Eu não entendo dessa forma, porque, ao longo da minha vida profissional, pessoal, tive muito cuidado sempre em emitir opinião sobre qualquer pessoa ou juízo de valor sem base documental e comprobatória para isso, tanto é que, ao longo dessas quase 5 horas em que estamos aqui depondo, não fizemos — e eu, pessoalmente, não fiz — nenhuma insinuação, alegação ou evidenciação, apontamento ou juízo de valor quanto à conduta de quem quer que seja dentro ou fora da FUNCEF, mas, sim, criticamos, apontamos erros, apontamos aspectos que podem e devem melhorar. E, nesse sentido, podem ter certeza de que, enquanto formos diretores da Fundação, atuaremos diuturnamente com esse propósito, cumprindo assim a nossa obrigação junto aos participantes, por quem fomos eleitos e por quem fomos honrados com esse mandato para resgatar a FUNCEF do desequilíbrio atuarial, da sua situação de crise de credibilidade e, certamente, recolocá-la no caminho da segurança, da liquidez e da solvência, como é nosso propósito, e acredito que todos os participantes da FUNCEF também assim o desejam. Sobre o colega aqui nominado, porque foi falado a respeito de residência



numa cidade ou em outra, ele tem residência tanto nos Estados Unidos quanto aqui no Brasil, em Recife. Por ocasião da sua inscrição na FUNCEF, para a sua candidatura, ele declarou, orientado pela FUNCEF, a sua residência aqui em Recife, porque lhe foi informado que a declaração de residência tinha por propósito principalmente facilitar a comunicação por escrito, caso fosse necessário. Os recursos tecnológicos de que nós dispomos atualmente não impedem que um conselheiro que esteja ocasionalmente fora da cidade onde a reunião ocorre possa participar de forma plena dos debates e das intervenções necessárias num órgão dessa relevância. Não é incomum que a própria FUNCEF, por meio dos seus conselheiros, participe remotamente de reuniões por audioconferência, por videoconferência nas diversas empresas das quais ela participa. Esse conselheiro tem participado frequentemente em reuniões presenciais e ocasionalmente também em reuniões por meio de recursos de teleprocessamento, para assegurar o pleno exercício do seu mandato. Acho que de parte é isso. Acho que o Délvio poderia complementar na questão da contingência e do fundo de ajuste.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Eu fiz uma pergunta e queria a resposta dos três: se foi identificada alguma situação grave de roubo, de desvio, como foi colocado aqui, em relação, porque aqui estamos em uma CPI, e preciso que fique registrado nesta Casa.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Prezada Excelência, Deputado Assis, eu vou citar alguns casos aqui que talvez o senhor vá discordar conosco. Mas na nossa avaliação, toda vez que, independentemente do dolo, os ativos da Fundação sejam colocados ou aplicados, conduzidos de forma imprudente, eu acho grave — na minha avaliação, tá? A questão do FIP Sondas, por exemplo. Não foi, na sua apreciação, observada toda a norma interna da Casa. O segundo aporte do FIP Sondas, por exemplo — já que o senhor nos fez essa questão de forma tão reiterada, Excelência —, não houve parecer de risco relacionado ao segundo aporte, ao aporte adicional, e a nossa área existe desde 2009, se não me engano. Já estava ativa para essa finalidade. Então, ao primeiro aporte, de quase 300 milhões, houve parecer de risco; ao segundo aporte, não houve parecer de risco. Não foi um aporte compromissado para que o primeiro parecer de risco fosse considerado. O parecer de risco avaliou isso para aquele valor em torno de 300



milhões; para o 1 bilhão, não houve. Na minha avaliação, isso requer explicações das pessoas que conduziram esse processo. Se o senhor quiser mais, eu tenho outros casos. Eu tenho aqui o caso do TG Participações, tenho o caso do FIP OAS, tenho o caso do Multiner. Posso citar aqui e detalhar uma série de procedimentos que não foram cumpridos. Não foram cumpridos, e são procedimentos graves. E todos esses ativos, todos esses investimentos estão dando problema hoje. Estão dando problema. O Multiner já teve que buscar socorro. Já buscou um sócio adicional, está aí pedindo mais dinheiro novamente. Por que não se observaram, lá no início, as boas regras, os bons procedimentos? Qual é a necessidade que eu tenho de tirar dinheiro da segurança de ativos mais líquidos e mais protegidos para aportar em certos negócios, como o Fundo Multiner ou qualquer um FIP desses? Mais ainda, Deputado. Mais, complementando a segunda parte da pergunta que lhe diz respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Deputado, eu vou pedir que deixe ele responder. Depois, V.Exa. vai ter direito à réplica.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Essa questão que o... essa questão que o Augusto trouxe sobre essa relação tensa com que o senhor começou sua explanação, que esclareceu e gostaria que tivesse sido ultrapassada na eleição, ela não ultrapassou até hoje. Não porque, de nossa parte, esteja havendo a extensão da eleição após a nossa posse, não. Nós estamos tentando dar o tratamento mais técnico possível, mas esse tipo de levantamento em cima do caso Otto, esse tipo de levantamento em cima do caso Augusto... Incluo a mim também, a minha pessoa. Não sei se o senhor sabe, eu acabei de receber uma representação do Conselho, de um dos conselheiros, que, sem apresentar nenhuma prova, apresentou esse documento no Conselho Deliberativo, para o qual eu tive que ir lá me explicar. Não sei que explicação tinha que dar num caso desses, onde ele disse que eu o ameacei. Se o senhor quiser, eu leio aqui, na íntegra, esse documento para o senhor: *“Ao final daquela reunião, o requerente encontrava-se no banheiro, foi interpelado de maneira extremamente agressiva e desrespeitosa pelo Diretor Max Mauran Pantoja da Costa, descontente com a deliberação aprovada pelo Conselho no sentido de restringir a representação institucional da entidade”*. Não sei se o senhor sabe, passou, foi aprovado um voto em que a nossa liberdade de trânsito



(viagens) para estar em contato com entidades que a gente representa, entidades de associação de aposentados e outras semelhantes, foi contingenciada. A gente não pode mais viajar, os três simultaneamente, a não ser que a entidade que convida pague. Ou seja, a entidade de aposentados, quando nos convidar, vai ter que pagar para que nós estejamos, os três. Isso passou. Não existia isso antes de a gente chegar. Por que não existia antes? Viajava-se livremente antes da nossa chegada. Então, isso é extensão da eleição. Eu lamento que seja assim. Eu deploro esse tipo de comportamento, mas tem acontecido. A questão do Ciro — eu trouxe o Ciro —, um engenheiro da Caixa graduado de longa reputação, de vastíssimo conhecimento. Inclusive, foi a minha primeira pessoa lá que se deparou com essa questão da OAB. Ele que trouxe para mim essa questão da OAB: *“Olha, está tendo problema na OAB. Esses laudos aqui não estão legais.”* Pela experiência dele. Por mim, os laudos da Caixa para avaliação imobiliária não seriam contratados por consultorias de mercados. Eu utilizaria os serviços da Caixa. O senhor sabe que a gente tem mais de 70 unidades de habitação distribuídas pelo Brasil que poderiam perfeitamente suprir esse serviço para a gente, sem nenhum problema. Quando houvesse algum conflito de natureza... tipo avaliar relações entre Caixa e FUNCEF, como foi a dação de imóveis lá de 93, 94, imóveis de caráter suspeitíssimo. Na época, a gente recebeu 90, quase 100 imóveis por um valor e os vendeu, atualizando o valor da venda, com prejuízo de quase 400 milhões. Tudo bem. Então, não pode ser. Para esse fim, não pode, porque há um conflito. Mas nos demais, quando a gente vai comprar imóvel no mercado, qualquer engenheiro da Caixa vai ter o maior zelo e comprometimento de fazer a melhor avaliação possível. Essa situação não pode. Agora, esse documento aqui que eu li, ele é grave. Ele é grave porque, primeiro, ele alega que eu agi dessa forma, com essa agressividade toda. E arremata da seguinte forma...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Quem é que foi?

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Eu vou falar o nome da pessoa. *“Evidencia-se do contexto que o referido Diretor fez transparecer”* — olha a ilação — *“fez transparecer que perseguirá empregados contratados na gestão anterior como forma de retaliar a decisão do Conselho Deliberativo desta entidade.”* Ou seja, insatisfeito com a decisão do Conselho, eu teria ameaçado, dentro do



banheiro, esse Conselheiro, dizendo que eu iria demitir todo mundo da minha área que foi contratado por eles. Eu pergunto, e o senhor pode consultar: quantas pessoas eu demiti da minha área? No vácuo disso, sai agora uma portaria da Presidência. O Conselheiro é o conselheiro eleito na gestão anterior à nossa, Antonio Luiz Fermino, que fez esse documento aqui. Eu deixo à disposição de vocês para quem quiser ler. Saiu uma portaria agora simplesmente confiscando o nosso direito de selecionar as pessoas que vão trabalhar conosco nos cargos de confiança, nossos gerentes e nossos coordenadores. A partir de agora, a mera assinatura da portaria, como reza o estatuto... Quando quiser contratar alguém, eu vou ter que perguntar para o Presidente da FUNCEF. Isso está numa portaria. Eu tenho ela aqui. Se o senhor quiser, eu deixo ela para o senhor ler. A portaria diz: *“Não, o senhor vai contratar. O senhor vai mandar a pessoa para cá, eu vou entrevistar ela. Se eu gostar dela, eu aprovo ou não.”* É assim que está a portaria. Literal. Eu tenho ela aqui para o senhor ler. Então, essa relação, não fomos nós que criamos. Esse tipo de picuinha — que o Otto, nosso Conselheiro, mora aqui ou mora nos Estados Unidos... Ele está nos Estados Unidos, acompanhando a esposa dele, que está fazendo uma pós-graduação, um mestrado, uma coisa assim.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Não, não é, não. Ele tem uma casa nos Estados Unidos. Espera aí, senhora!

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Mora nos Estados Unidos, o que é isso?

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Não faça isso. Você defender uma coisa dessas? Eu vou mudar minha lógica em relação aos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Está garantida a palavra. Pode continuar.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Sim. O que ele pediu, minha prezada e nobre Senadora... Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Deputada, Deputada.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Promovi a senhora, V.Exa. O que ele pediu foi que... Eu me lembro desse detalhe. Já está bastante distante, mas o que ele pediu, que eu lembro, foi que a FUNCEF complementasse a passagem. Em vez de pagar uma passagem daqui...



**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Dos Estados Unidos para cá.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Não, senhora. A FUNCEF pagasse a passagem relativa ao que ela paga para o Diretor Gilson, que vem de Recife, da minha cidade, todo dia, e ele pagaria a diferença. Ele pagaria a diferença. Não que isso tenha contado com a nossa promoção. Em nenhum momento nós fomos consultados sobre isso. Só esclarecendo, porque parece, pela forma como o senhor colocou, que a gente teria promovido. Isso foi um ato isolado. Eu não estou fazendo nenhuma crítica a respeito, entendeu? Agora, esse tipo de comportamento quem está alimentando não somos nós. Não fui eu que criei isso aqui. Não fui eu que criei, não fui eu que devolvi. Eu pedi o engenheiro Ciro, ele veio, a Caixa cedeu. Depois que ele já estava aqui alguns meses trabalhando comigo, uma pessoa que era importantíssima na estratégia de governança lá dentro da minha área, três Diretores nomeados assinam um voto, aprovam, por voto de Minerva, e devolvem esse engenheiro. Um engenheiro que tinha, primeiramente, capturado aquela questão da OAB. Foi ele quem primeiro detectou isso. Devolvem, arbitrariamente. Me deixam sem essa pessoa do meu... alegando que era uma pessoa cara para a Fundação. A alegação do voto: era caro para a Fundação. Não dava para enquadrar no Plano de Cargos e Salários da Fundação, porque é muito cara. Não somos nós que estamos alimentando isso, Deputado. Não somos mesmo. Pelo contrário: por nós, nós teríamos mantido, enterrado a eleição quando a gente tomou posse. Mas isso aqui é alimentação da eleição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Peço a V.Sa. que conclua.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Antes de passar a palavra à Deputada Erika Kokay como Líder, eu queria também me manifestar com relação a essa questão da passagem. Toda semana...

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Posso só esclarecer, porque acho que o Max não deixou exatamente claro? O pedido do Conselheiro Otto foi que a Caixa, desculpe, que a FUNCEF pagasse o valor da passagem até Recife. Ele pagaria a diferença. Ele ia... Do bolso dele, ia pagar o restante.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Mas ele mora nos Estados Unidos, gente. Ele mora nos Estados Unidos.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Deixe-me só concluir essa situação. Eu queria reportar o meu caso.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - V.Exa. mora nos Estados Unidos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Toda semana, eu... Só para concluir, toda semana, o Estado, o contribuinte brasileiro paga uma passagem para mim mais cara do que uma passagem para os Estados Unidos. Eu moro no Acre. Eu venho para cá e me esforço para que essa passagem que o contribuinte paga não seja um prejuízo para o contribuinte. Procuro me empenhar ao máximo. Quem me conhece sabe disso.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - É, nós sabemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Então, essa questão de ser uma passagem para os Estados Unidos ou não é mais uma questão figurativa, porque, para o meu Estado, uma passagem custa mais caro do que uma passagem Brasília-Miami — só para a gente deixar claras as coisas. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Permita-me...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Eu queria... Não, desculpe-me. Pois não, pois não.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Permita-me, Presidente. Eu não estou falando de valor, de preço; estou falando de mentir. Ele disse que morava no Recife — depois da eleição, disse que era lá. Ninguém está entrando... eu acho que esse é um debate que pode parecer pequeno, mas é por trás desses... Porque eu terminei de ouvir aqui o Sr. Antonio Augusto questionando o que está aqui. Eu estou lhe dizendo que nós estamos com os dados que Ana Cláudia Miranda...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Ela não é sua parente?

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Não, não é parente. Eu não estou falando de parente. Ela é sócia dessa empresa do Sr. Augusto. Está aqui o documento dizendo que ela...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - É dirigente.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - É dirigente. Que ela assumiu um contrato de cargo de analista da FUNCEF.

O senhor bem aí deixou meio no vazio que vai entrar na Justiça, como se fosse mentira. E aí, eu preciso de um “sim” ou “não”, porque, se o senhor não estiver



falando a verdade, eu tenho que tomar as providências devidas. O que nós tratamos aqui foi a questão da imoralidade da contratação do seu concunhado, independentemente... E aqui não é negócio de rede social; é um fato...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Eu queria... V.Exa. tem o tempo como Líder. Pode entrar...

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Não, mas é porque eu fui devolve, e o senhor, no final, disse que me devolvia.

Então, eu estou colocando que é imoral. Eu não acredito que um auditor que conhece a história e tem um pouco de ética não ache isso aqui imoral, ache que é normal. Eu acho que não é possível um negócio desses.

E por último — eu estou fechando já —, a questão do motorista, a questão da copeira, essas são coisas pequenas. Eu não estou falando de valor. É a lógica. Esta lógica: quando as pessoas aprenderam a colocar um dedo chamando alguém de desonesto e tem três para si, porque isso aqui eu não acho uma atitude honesta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay como Líder.

V.Exa. tem 4 minutos.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, o primeiro aspecto é que eu nunca vou aplaudir a contratação de concunhado. Porque pode até não estar enquadrada no nepotismo, mas não é moral. Eu nunca vou aplaudir a contratação de pessoas que trabalharam na minha casa para estarem servindo a minha empresa e serem pagas pelos participantes do fundo, nem também o meu motorista particular ou coisa que o valha. Nunca vou aplaudir isso. Eu nunca vou aplaudir ter um conselheiro que mora nos Estados Unidos. Eu não estou entrando no mérito da passagem, se vai, se não vai e tal. Ele mora nos Estados Unidos! Que conselheiro é esse que faz uma avaliação remota, que participa das discussões via Internet! Eu vou aplaudir isso?

E eu quero saber se as pessoas, se nós... se foi divulgado que ele morava nos Estados Unidos na eleição, se foi divulgado para o conjunto dos eleitores da FUNCEF que esse rapaz morava nos Estados Unidos, porque — aí, sim — o funcionário da Caixa achou por bem elegê-lo, mesmo morando nos Estados Unidos.



Mas ninguém sabia que ele morava nos Estados Unidos. Ninguém sabia. Ele mora nos Estados Unidos e é conselheiro da FUNCEF.

Então, veja: nós temos preocupação com o fundo? É óbvio que nós temos preocupação com o fundo. É por isso que nós...

Eu vou indagar à FUNCEF, formalmente, se Ana Cláudia de Miranda trabalha lá, e vou ver se ela realmente é dirigente da empresa Capital Comunicação & Marketing, de que o Sr. Antonio Augusto disse que era sócio minoritário. Até porque, nós temos também, e eu vou solicitar isso...

Me parece que houve uma auditoria na FUNCEF, porque foi contratada a empresa BP Educação Corporativa, que era de um funcionário da FUNCEF — do Sr. Flávio Augusto Coelho Diniz, que, aliás, era substituto do Sr. Augusto. E ele foi demitido, tinha dupla contratação. Ele foi demitido depois que a auditoria da FUNCEF atestou esse processo. Até nem quero saber, porque, aqui, o Sr. Augusto diz que pagou todas as suas viagens particulares. Mas, pela informação que aqui está, o pagamento só foi feito depois. Só foi feito depois porque essa empresa Mundo Tur... Essa Mundo Tur. foi mudada. Houve uma mudança na empresa, e, depois que houve a mudança na empresa que prestava esse serviço, essa viagem foi paga.

Nós vamos investigar tudo isso. Nós vamos investigar tudo isso, até porque eu não posso vir aqui e escutar alguém dizer que a depreciação das ações da Vale foi fruto de uma bolha que foi construída — até porque não foi isso que foi falado pelo próprio Diretor Max. Houve uma depreciação das ações da Vale, do minério de ferro. Isso é fato!

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Isso é fato.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Isso é fato! Eu não posso dizer aqui que o prejuízo, ele foi construído, porque houve uma superavaliação, uma sobre... um sobrepreço, e depois, quando se colocou o preço real, houve a depreciação; foi uma depreciação fictícia, porque a valorização era fictícia. Não posso permitir! Isso aí fere a minha inteligência, até porque todos os depoentes, PREVI, PETROS, todos os que estiveram aqui falaram sobre o impacto das ações da Vale. Porque todos foram organizados para comprar ações da Vale — e só podem dispor delas em 2017



— para viabilizar a privatização. Todo mundo sabe disso aqui. E eu digo: não foi um negócio ruim. Não foi um negócio ruim.

Nós éramos contra o processo de privatização, mas, para o fundo, em determinado momento, não foi ruim. E ainda acho que é um prejuízo conjuntural, porque é uma empresa de fôlego e vai se recuperar. Mas eu não posso dizer aqui que esse prejuízo, ele foi construído, porque ele veio para o preço real no processo de sobrevalorização, porque não corresponde aos fatos. Até porque se fala muito nos FIPs aqui, e nós achamos que é preciso olhar os FIPs e fazer as travas.

Mas você fala do Multiner. O Multiner, a perspectiva é que ele dê resultado, ofereça resultados, em 2017. Aqui já foi falado por vários e vários representantes do fundo de pensão dos investimentos em “J”. Os investimentos em “J” são investimentos que, no primeiro momento, não dão resultado — porque são investimentos, e são em “J” —, porque a perspectiva é que eles façam o resultado a *posteriori*. Como você tem um fundo de pensão, em que você não precisa dispensar de imediato os recursos, porque se trata de complementação de aposentadoria, você pode proporcionar esses investimentos. Mesmo assim...

Olha o Multiner aqui. Você tem: PETROS, 24%; POSTALIS, 19%; FUNCEF, 18%, INFRAPREV, 13%, uma série de empresas. Então, portanto, eu não posso dizer que ele não vai concretizar o valor ou o resultado, porque está previsto para o ano 2017. Está calculado no processo.

Entretanto, concordo com você, Max, que nós temos que analisar todos os FIPs, buscar travas, mudar, se for o caso, as regras no Conselho, na CVM, enfim, para que nós possamos assegurá-lo para tudo. Mas também... Eu vou aqui só falar, e me calo, Sr. Presidente, porque o senhor já está ansioso para tanto...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Vou pedir a V.Exa. que conclua.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Apenas quero dizer que, aqui — e você mesmo disse —, se nós compararmos a governança de 1990 com a governança de hoje, houve um avanço substancial, com duas leis complementares que foram frutos de uma CPI como esta — frutos de uma CPI como esta —, sugestão, inclusive, do então, à época, Deputado Luiz Gushiken que houvesse essas duas leis complementares de 2001, que foram fundamentais para assegurar a governança.



É preciso aprimorar a governança, não tenho dúvida. Foram só três votos de Minerva esse ano, e dois não foram consolidados, os negócios. Não importa. Não pode ter voto de Minerva! Não pode ter voto de Minerva! Não importa se foram só três, não importa se foi só um; não pode ter voto de Minerva! Estou de acordo, até porque nós construímos esse modelo de governança da PREVI. Nós construímos a gestão compartilhada na PREVI, no momento em que o banco queria se apropriar do superávit para resolver os seus problemas. Max se lembra disso porque participou também, de certa forma, dessa discussão, em 1997.

Portanto, eu vou encerrar dizendo que não vou aplaudir aqui contratação de concunhados, eu não vou aplaudir aqui eleição de conselheiro que mora nos Estados Unidos, eu não vou aplaudir aqui que tenhamos uma empresa de uma pessoa que é adjunta de um diretor e que essa pessoa possa prestar serviço de capacitação para a própria FUNCEF. E mais: ou que se contratem motoristas ou empregados domésticos ou coisa que o valha. Não vou aplaudir isso aqui. Isso é muito fácil de comprovar, e todos aqui fizeram juramento.

Por fim, quero dizer: metade da diretoria da FUNCEF está aqui. Metade da diretoria da FUNCEF está aqui. Metade da diretoria da FUNCEF que está aqui, em um 1 ano, 1 ano e meio, não resolveu o déficit. E aí se atribui ao voto de Minerva o impacto? Mas não foi o voto de Minerva que provocou o déficit! Metade da diretoria da FUNCEF, que está aqui, não resolveu o déficit.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Deputada, eu quero pedir...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Além de não resolver o déficit, não houve nenhum benefício para os participantes nesse 1 ano e meio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Passo a palavra ao Deputado Assis Carvalho.

V.Exa. dispõe de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Na verdade, só vou reafirmar a fala da minha companheira Deputada Erika, porque eu acho que o Brasil está cheio dessa hipocrisia. Todo dia, tem-se uma mídia que, de forma bem seletiva e parcial, tenta dar um corte no Brasil — um país que incluiu milhões de brasileiros, que tem gestões bem-sucedidas —, que tenta passar uma borracha em toda essa história. Mas ela não põe na pauta isto que foi colocado numa reunião como esta: os



prejuízos criminosos da era tucana; as lutas dos trabalhadores que nós temos hoje, esse contencioso que nós estamos pagando. Isso, sim, é rombo em nosso fundo de pensão, e as coisas não são ditas. A boa governança é: pega-se um patrimônio de 9,7 bilhões e deixa 56. Não quer falar disso.

Eu concordo, Max, como bem colocou aqui a companheira Deputada Erika, que nós temos que avançar cada vez mais na governança, questionar, nos preocupar. Agora, com um cuidado muito grande para não transformar isso em palanque, porque isso não foi a razão desses prejuízos. Agora, não. Pode até ser no futuro, mas agora, não.

Agora, há outra questão também. Eu acho que, se um bom representante meu tem algum questionamento sobre uma decisão que foi tomada não à luz da lei, mas fora dela, entre na justiça e mostre: *“Eu estou entrando na Justiça por isso e tal”*. Não dá para ficar apenas jogando para a plateia. Eu acho que isso não ajuda.

O que aconteceu aqui, para ser bem claro e objetivo, é que vocês fizeram o bom debate de rua sobre toda a política: Governador, Prefeito... É assim mesmo. Você vai lá, esculhamba, fala, mente e tal. Disseram. Mas não disseram coisas como essas que a companheira disse: *“Olhe, esse rapaz bem aqui está dizendo que mora em Recife para ganhar as eleições, mas ele vai ser o nosso conselheiro lá nos Estados Unidos.”* Aí, sim, se o sócio concordasse, sem problema. Mas não foi dito. Não foi dito. Isso não é ético! É uma vergonha a mão de um funcionário da Caixa e da FUNCEF bater palma para uma imoralidade dessas! Só quem não tem mesmo vergonha na cara é que chega a um absurdo desses. Não é ético!

Estamos bem aqui discutindo determinadas situações: *“Vendemos a esperança de que temos 5,5 bilhões. Se votarem em nós, somos a metade da diretoria, resolveremos esse problema”*. Qual foi a ação concreta? Sabe por que vocês não fizeram nenhuma ação concreta? Não foi porque vocês não quissem, não, porque vocês são bem-intencionados. Foi porque as razões desse prejuízo não dependiam nem de vocês, nem do Caser, nem do Carlos Borges e nem, se tivesse sido eleito, o superior que nós defendemos. Não depende, porque vocês não têm governança nenhuma sobre o preço da laranja que vai para o exterior, sobre o barril de petróleo, sobre o preço do minério de ferro. Vocês não têm, rapaz! Por que não



explicam isso para as pessoas? Está na hora de tirar essa máscara e jogar para a plateia os problemas dos 5,5 bilhões.

Em nada, nenhum gesto foi culpa de gestão temerária, coisa que o valha; foram problemas e situações externas que independem da vontade de A ou de B. *“Ah, mas o problema é o voto de Minerva”*. Quanto a isso aí, nós estamos de acordo. Sabe de um negócio em que nós temos consenso? Eu acho que nós estamos de acordo, assinamos aqui e vamos recomendar, isso aqui não tem nenhum problema. Agora, não me venha vender para a categoria que o voto de Minerva foi a razão para o prejuízo A ou o prejuízo B.

Por que vocês fazem isso? Vocês, não. Por que fazem isso se reproduzir internamente? Quem faz isso é uma mídia maldosa, golpista, que mandou neste País através da ditadura, que sufocou a nossa vida todinha e que agora está apaixonada pelo velho golpe, porque não consegue viver em paz com a democracia, e vocês não devem fazer isso. Não consegue viver em paz com a democracia, porque a democracia é um processo lento e difícil.

A gente sabe — todo mundo que tem vergonha na cara também sabe — o que foi a ditadura neste País, que liquidou com a educação do nosso povo, que reduziu o crescimento do nosso País, e nós ficamos à margem da realidade mundial, porque a ditadura só faz mal. Só há dois tipos de gente que defende a ditadura: os mal-intencionados, que se aproveitam dela, e os desinformados, porque não sabem o que foi a maldade que a ditadura trouxe para o nosso País. Isso é um fato. Então, a mídia fica todo o dia vendendo esse tipo de comportamento.

Para concluir, meu querido Presidente, quero dizer que V.Exa. faz o bom debate, sem nenhum problema. E tem até elogiado. V.Exa. tem uma fala dura, como faca que corta, mas é na política e não no pessoal. Eu acho que é assim mesmo, cada qual usa o seu método, não é?

Ter que esconder em seus discursos as maldades tucanas que tentaram liquidar com a Caixa Econômica faz parte do seu jogo. Eu sou contra os tucanos, porque tentaram acabar com o meu emprego, tentaram demitir os empregados da Caixa, votaram um plano de transferência involuntária, em que o cara ia, de manhã, para São Paulo; de tarde, para São Luís. Era assim a perseguição doentia da gestão



da Caixa à época. Mas é assim. Quem está no Governo hoje, ou na Oposição, não pode dizer isso para não rememorar as memórias vergonhosas da época.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer que esta CPI está avançando bem. Nós temos feito bons debates técnicos. Eu acho que o Deputado Pompeo de Mattos fez aqui uma fala muito boa, e a gente pode avançar bastante. Nós já tivemos outros momentos aqui da apresentação do Relator. Eu acho que, se nós sairmos daqui, depois de fazer todo o debate do palanque político, colocá-lo um pouco de lado, sentar e tecnicamente apresentar para o Brasil uma boa governança, nós vamos dar uma contribuição para o País, independentemente de quem venha governar e de quem já governa.

Nós temos que pensar nas futuras gerações. E, pensando nisso, eu posso dizer, como bem colocou Max, que a governança, o controle social e a forma de controle que nós temos hoje são infinitamente superiores e melhores do que tínhamos antes. E isso foi fruto de um processo democrático. A gente elege os nossos representantes lá, que são trabalhadores e se dedicam. E todo mundo que está na gestão pública corre risco. Só tem um tipo de gente que não corre risco nenhum: são os preguiçosos, que ficam em casa, balançando numa rede e ficam só esperando a hora em que você pode ter um ou outro gesto positivo.

Quem trabalha todos os dias é que corre. Corre risco. É da vida. Não há erro nenhum quanto a isso. E, às vezes, a gente faz uma coisa na melhor das intenções, mas lá na frente, infelizmente, essa droga não era o que se pensava — venderam gato por lebre, como é dito lá no interior.

Sr. Presidente, queria apenas fazer esse registro aqui e um apelo final. De minha parte aqui — e sou da FUNCEF, sou aposentado da Caixa —, naquilo em que eu puder fortalecer os vossos mandatos, não tenham dúvida, eu o farei. Farei o bom debate, vou lá e contribuo. Se houver projeto de lei que ajude, pode contar conosco. Agora é preciso ter certo juízo para não alimentar os palanques políticos pós-eleitorais, porque isso não contribui para o bem da FUNCEF.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Eu quero indagar aos depoentes se querem fazer uso da palavra para alguma consideração.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Só arrematando aqui, Deputado, de nossa parte, nós estamos desarmados com relação à extensão da



eleição do ano passado. Não há, de nossa parte, nenhuma vontade. Só gostaríamos de também ter da outra parte a mesma posição, o mesmo pensamento. Porque o que a gente tem constatado, à luz do que eu trouxe aqui em termos de documentos, restringindo a nossa mobilidade em termos de viagem, restringindo a nossa...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Isso está previsto no estatuto, não é, Max? O estatuto da FUNCEF prevê isso aí.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Não, não está previsto no estatuto, não.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - É.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Não é, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Deputada, eu quero garantir a palavra ao depoente.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - O estatuto prevê que ele assina a portaria de destituição e nomeação, mas a indicação é do Diretor. E o recrutamento de seleção ou é do Diretor ou é da área...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não seja concunhado...

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Pense na coisa surreal que é eu, eleito num debate, num confronto de posições — porque o Caser e os demais Diretores estavam na posição oposta; nós somos chapa vitoriosa —, ter que pedir para ele selecionar o meu gerente e o meu coordenador?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Quero garantir a palavra ao...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Presidente, só um minuto, se me permite.

Eu sugiro que a CPI encaminhe uma carta ao Presidente da FUNCEF pedindo esclarecimentos sobre isso.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Seria bom.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Agora, tem que ter um mecanismo para impedir que concunhado seja eleito, que servidor particular seja nomeado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Vamos garantir a palavra ao depoente.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Eu não vou estender... Acho que as informações de que precisavam a respeito da nossa posição sobre o déficit é



o que já foi dito pelos três Diretores. Foram várias componentes que construíram esse déficit: componentes atuariais, ajustes exógenos ao que foi concebido nas normas originais, sem o devido ingresso do financiamento para esse fim, usando os próprios recursos da Fundação e sem — não há como negar — resultados, por dolo, culpa ou meramente questões de mercado, que se acumularam ao longo de décadas. Eu não estou carimbando nenhuma gestão específica, mas nós temos lá uma prateleira de casos malsucedidos de investimentos, casos estranhos, que hoje estão pesando; que hoje, naturalmente, na hora de pagar a conta... Enquanto éramos jovens e a FUNCEF não tinha que honrar os compromissos — era fase de acumulação —, isso não fez falta. Mas agora que está na hora de pagar a conta, faz falta, principalmente de um plano de características como o saldado.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Você está dizendo que tem risco de não pagar as aposentadorias hoje? Você está dizendo isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Deputada, vamos garantir a S.Sa. palavra.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Prezada Senadora, o que eu estou dizendo é que nós temos um plano saldado que paga 2 bilhões mensais, anuais de benefícios — 2 bilhões e um pouco. A FUNCEF arrecada, com contribuições tanto dos participantes, quanto da patrocinadora, algo em torno de 1 bilhão e 700. Desse 1 bilhão e 700, não vai nenhum centavo para o plano saldado. De 1 bilhão e 700, a maioria... O plano saldado é um plano fechado tanto para ingresso de novas pessoas, como pelo próprio princípio de saldamento. Não entra mais recurso. Nós, saldados, não contribuimos mais para o plano. O plano vai ter que viver com o estoque de ativos que ele acumulou, com o resultado desses estoques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - É para V.Sa. concluir, por favor.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Que aumentou muito nos últimos anos.

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - E as características de alocação desses ativos, dentro desse plano, nos preocupam. Tem características que não deveria ter para um plano velho e um plano que não tem mais fluxo positivo. É isso que eu estou dizendo para a senhora.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Vou pedir para V.Sa. concluir.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. MAX MAURAN PANTOJA DA COSTA** - Eu não vou querer debater. Depois a gente pode conversar, para eu explicar a minha visão sobre o crescimento dos ativos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Vou passar a palavra para o Sr. Délvio.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Obrigado. Eu gostaria de falar aqui pouca coisa. Nós estamos lá há 18 meses trabalhando e temos trabalhado muito. Nós temos trabalhado demais, primeiro para entender o que aconteceu com a FUNCEF. A nossa natureza de auditores nunca foi de jogar pedra em ninguém. Nós só trabalhamos com fatos. Essa foi a natureza, com mais de 20 anos de auditoria dedicados à Caixa Econômica Federal, inclusive 5 anos dedicados aqui no Ministério Público, naquele trabalho que foi citado pela Deputada Erika Kokay. Nós trabalhamos com fatos e apresentamos as conclusões baseadas em fatos. Nós apresentamos aqui hoje diversos números que nos levam a acreditar que o déficit da FUNCEF não pode ser reputado como meramente conjuntural, de forma alguma. *(Palmas.)* Como foi falado no início, ele tem componentes conjunturais, estruturais, de fiscalização pelo Estado brasileiro. *(Palmas.)* Tudo isso. Ele tem componentes conjunturais, estruturais, de fiscalização pelo Estado brasileiro. *(Palmas.)* Tudo isso.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Falo. Já foi mostrado. O Max mostrou na apresentação dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Eu quero garantir aqui a palavra do depoente. Nós aqui tivemos bastante tolerância.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Ele mostrou na apresentação. Chegou ao total de 9 bilhões e atualmente está em 5,6. E é importante mencionar e é importante falar! É importante!

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Fica ruim a gente dizer que não está entalando, quando há uma coisa como essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Eu quero garantir aqui a palavra do depoente. Pode continuar.



**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O passivo é estrutural.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Exato. Gostaria de terminar a fala. Exatamente, nós perdemos muito dinheiro com a Vale. Ganhamos muito. E no período em que nós ganhamos, nós distribuimos, fizemos passivos em cima disso. E agora o que está acontecendo? Quando nós perdemos, o passivo ficou em aberto. É isso.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Está fazendo justiça com os trabalhadores.

**O SR. DÉLVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** - Justiça que deveria ser feita com o dinheiro da Caixa Econômica Federal. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Então, eu...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O que estou vendo aqui é um conselheiro ou um diretor eleito pelos trabalhadores dizer que não se deveria ter reajustado as aposentadorias. É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Deputada, não foi isso que foi dito. Eu quero aqui deixar... Eu quero encerrar...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu exijo respeito daqueles que aplaudem o concunhado, que aplaudem o trabalhador doméstico na FUNCEF.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Deputada...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Gostaria de respeito dos que aplaudem os concunhados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - O horário já está bastante avançado.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, é o seguinte: nesta Casa, não aceito ser constrangido por quem está aqui dentro vaiando, quem está trabalhando. Gostaria que V.Exa. estabelecesse o respeito aqui dentro, porque nós não podemos ser constrangidos em nosso trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Deputado Assis Carvalho, vou pedir a colaboração da plateia.

Eu quero aqui encerrar esta audiência da CPI e lembrar a quem não sabe que esta Casa é uma casa política e o debate aqui não deixa de ser político, de forma alguma, mas mesmo o debate, passando pela ótica da política, não pode ser míope.



Ele não pode ser míope! E esta CPI cumpriu um papel muito importante ou está cumprindo um papel muito importante de desvendar os desmandos que aconteceram nos fundos de Previdência.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Inclusive da Vale.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - E aqui se falou em salas aqui de Brasília, nesta audiência. Grave, muito grave! Quem comprou foi um ex-membro da FUNCEF, nas suas relações.

Aqui também se falou da reserva de contingência que não foi obedecida, que está prevista na legislação e que tem um parecer que ninguém sabe onde está. Não é esse, não. O parecer, não. A lei, não. A lei foi desrespeitada. Aqui se falou de laudos fictícios que inflaram o balanço dos fundos de pensão.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - De responsabilidade da diretoria do Sr. Max.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Eu abri a oportunidade para ouvir todos. Aqui, falou-se de laudos que inflaram o valor de determinadas ações para maquiar um superávit da FUNCEF. Isso é grave, muito grave! Falou-se *en passant* aqui do prédio de Florianópolis, que eu trouxe aqui, inclusive, com laudo, com avaliação que foi feita pela própria Caixa Econômica Federal, em que foi estimado um valor de 23 milhões e a FUNCEF pagou 45. Um prejuízo para os participantes.

Esta CPI, certamente, vai contribuir porque da forma como está não vai ficar mais. Da forma como está, não vai ficar mais! Eu vi aqui falando de jogar para plateia. Nós temos aí 13 anos de Governo do PT e parece que não esquecem que Fernando Henrique Cardoso já saiu há 13 anos. Ele não saiu ontem. E o pior de tudo, Fernando Henrique Cardoso passou 13 anos, e eu vejo o pessoal do Governo falando dos desmandos, dos desmandos, e aí vou dizer jogam para a plateia, porque até hoje não representaram, não foram à Justiça. Não vi nesta Casa, quando o Presidente Lula e a Presidenta Dilma Rousseff têm maioria, aqui e no Senado, uma CPI para apurar os desmandos da era Fernando Henrique Cardoso. Uma CPI!

O certo é que hoje nós temos dois tesoureiros do PT na cadeia e boa parte da estrutura de Governo comprometida. (*Palmas.*)

Se houver gente do meu partido, eu não estou aqui para aplaudir, não, porque eu cheguei aqui e sei como. O meu compromisso é com o meu partido, mas o meu



compromisso, primeiro, é com quem me elegeu, para não envergonhar aqueles que acreditaram em mim.

Então, eu quero que se traga o debate para o lado político, é verdade. Vai ter que ser. Vai ter que permear o lado político.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Com isso eu concordo. Nós não estamos questionando V.Exa. do ponto de vista do seu compromisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rocha) - Mas tem que passar pelo lado político, porque é uma Casa política. Nós não podemos ser míopes. Eu não quero passar a mão na cabeça de ninguém do meu partido que tenha errado, mas os fatos apontam outra direção.

Então eu quero encerrar e agradecer aos depoentes, o Sr. Antonio Augusto de Miranda e Souza, o Sr. Délvio Joaquim Lopes de Brito e o Sr. Max Mauran Pantoja da Costa, que contribuíram, e muito, com o andamento desta CPI.

Quero dizer também que, de minha parte, estou à disposição para receber mais informações.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária para a tomada de depoimento do Sr. Ludovico Tavares Giannattasio, Presidente do grupo CANABRAVA, e para a audiência pública, com exposição dos Srs. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil; Sérgio Djundi Taniguchi, Diretor de Fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC; Francisco José Bastos Santos, Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários — CVM; e Julya Sotto Mayor Wellisch, Procuradora Federal da CVM, a realizar-se no dia 8 de dezembro, às 14 horas e 30 minutos, em plenário a ser informado oportunamente.

Está encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)